



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2024

FOLHA nº 12

INEXIGIBILIDADE Nº 17/2024-PMB
REFERENTE A REPASSE LEI 13019/2014

OBJETO: TERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024.

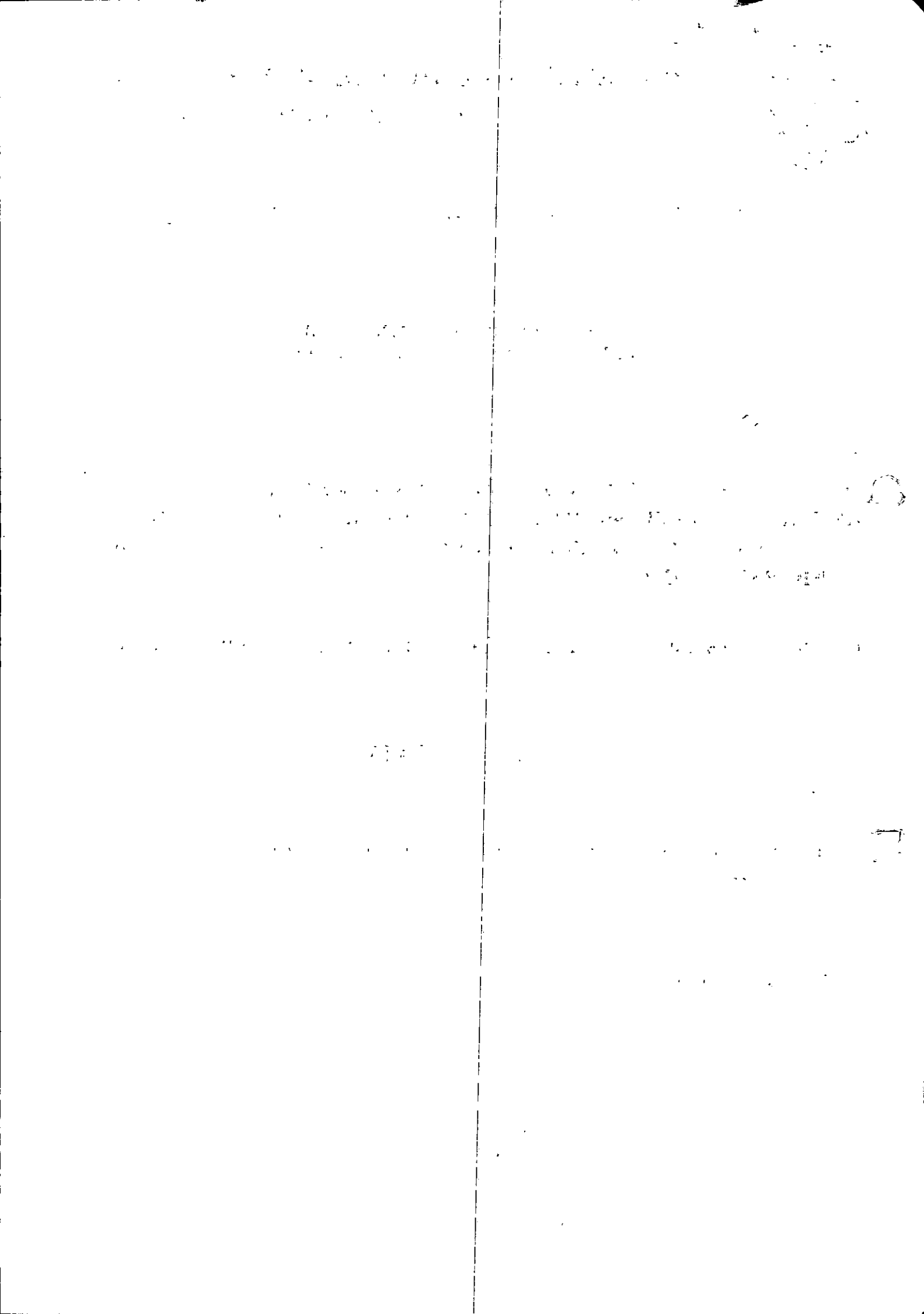
INTERESSADO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

AUTUAÇÃO

Nesta data, autuei o presente processo na Comissão Permanente de Licitação.

Em 30 de abril de 2024.

Marcos de Moraes
Comissão de Seleção



**ESTADO DO PARANÁ**
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Rua Frei Rafael Pröner, 1457 - Centro - Bandeirantes
CEP: 86360-000 CNPJ: 76.235.753/0001-48 Telefone: (43) 3542-4525
E-mail: rh@bandeirantes.pr.gov.br Site:

Solicitação de Compra Nº 107/2024

Solicitante: Ana Carolina de Andrade Leite Bisetto **Data da Solicitação:** 19/04/2024
Organograma: 0900000000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAM
Local de Entrega: NA SEDE DA ENTIDADE
Objeto: TERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024.
Justificativa:
Observações:
Desdobramento:
Fundamento Legal:
Justificativa Valores:
Prazo Execução:
Modalidade:

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	215958-1	1,00	UN	Repasse referente Lei Municipal nº 4.423/2024 - Emenda Parlamentar destinada ao Lar São Vicente de Paulo	100.000,0000	100.000,00

Preço Total: 100.000,00**Dotações Utilizadas:**

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
278 - 09.001.08.244.0809.2064.3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS - ASSISTENCIA COMUNITARIA	05017/01016.12.99. 00.00.2.706.3110	100.000,00

Bandeirantes, 19 de Abril de 2024.

Assinatura do Responsável

Ana Carolina de Andrade
Leite BisettoPortaria nº 14.159/2023
Secretária de Assistência Social
e Assuntos da Família



Sociedade São Vicente de Paulo
Lar São Vicente de Paulo
Conselho Central de Jacarezinho
Bandeirantes – Pr.

3
9

PLANO DE TRABALHO			
1 - DADOS CADASTRAIS			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Razão Social – Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes			CNPJ: 76.135.540/0001-44
ENDEREÇO COMPLETO: Av. Edelina Meneghel Rando, 2525		EMAIL: saovicentedePaulobandeirantes@hotmail.com	
CIDADE: Bandeirantes	UF: PR	CEP: 86360-000	DDD/FONE: 43 3542-4536
NOME DO RESPONSÁVEL: GERALDO FONTOLAN			CPF: 044.463.999-34
CARTEIRA DE IDENTIDADE / ÓRGÃO EXPEDIDOR: 1.031.942 SSP/PR	CARGO: Presidente	FUNÇÃO: Presidente	EMAIL: geraldofontolan1@hotmail.com
QUALIFICAÇÃO COMPLETA: Brasileiro, viúvo, aposentado, nascido em Bandeirantes/PR.			
ENDEREÇO: Rua: Benedito José de Andrade, 116 Vila Maria, Bandeirantes - PR			
NOME DO TESOUREIRO: VITOR HUGO FRUTUOSO			CPF: 080.456.069-24
CARTEIRA DE IDENTIDADE / ÓRGÃO EXPEDIDOR: 1.060.605-SSP/PR	CARGO: Tesoureiro	FUNÇÃO: Tesoureiro	EMAIL: vitorhugofru2020@outlook.com@gmail.com
QUALIFICAÇÃO COMPLETA: Brasileiro, casado, aposentado, nascido em Bandeirantes/PR.			
ENDEREÇO: Rua: Arthur Conter, 479, Centro, Bandeirantes - PR			
2 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO			
TÍTULO DO PROJETO: Vida de luz – aporte de sistema solar fotovoltaico		PERÍODO DE EXECUÇÃO: 12 meses	
TIPO DE SERVIÇO: Instituição de Longa Permanência para Idosos			
JUSTIFICATIVA DO PROJETO:			
O Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, na modalidade de Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI) trata-se de serviço de natureza continuada, imprescindível para a garantia de direitos aos idosos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social e/ou pessoal, com os vínculos familiares rompidos ou fragilizados. Diante dessa realidade e do aumento da demanda de acolhimento de idosos dependentes por esta instituição, faz-se necessário uma melhora constante na estrutura física, para que possamos dar continuidade em um atendimento de qualidade para esses idosos. A instituição, devido a quantidade de idosos que residem aqui e de funcionários que permanecem diariamente, há um gasto significativo de energia elétrica, na ala de idosos dependentes onde possui um número maior de idosos, mas principalmente na lavanderia, onde são usadas máquinas industriais nas lavagens das roupas de uso geral, toalhas, lençóis, mantas. Etc. Assim, se faz necessário pensarmos em meios de diminuir os gastos com energia elétrica. As fontes de energia sustentáveis, como a solar, são muito mais vantajosas para o consumidor e toda a sociedade. Elas são imunes ao risco de desabastecimento, têm fonte inesgotável, possibilitam a redução nos gastos com a conta de luz e não agredem o meio ambiente. A aquisição do sistema solar fotovoltaico vai de encontro com a necessidade vivenciada pela entidade pois são 50 idosos com necessidades básicas para suprir, com saúde comprometida, portanto além de fortalecer como um todo nossos acolhidos, com certeza teremos avanços significativos em vários aspectos, pois a instituição busca sempre meios para estar mais próximos da realidade vivenciada, auxiliando no que for cabível. Entendemos a importância de fazer economia na energia pois assim usaremos o valor economizado para suprir outras necessidades. Há a necessidade de explorar novas fontes de energia sustentável, que trazem mais autonomia e economia aos consumidores, além de diminuir significativamente os impactos ambientais. Os benefícios da energia fotovoltaica já são conhecidos e utilizados por todo o mundo, principalmente nos países mais desenvolvidos.			
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: Atendimento integral a idosos.			

Assinatura

72



Sociedade São Vicente de Paulo
Lar São Vicente de Paulo
Conselho Central de Jacarezinho
Bandeirantes – Pr.

OBJETIVO GERAL: O presente Plano de Trabalho tem como objeto a Aquisição de um sistema solar fotovoltaico objetivando atender as necessidades da instituição e dos acolhidos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Diminuir gastos na conta de energia;
- Contribuir para o meio ambiente;
- Contribuir para um mundo sustentável;
- Disponibilizar um ambiente adequado à idosos dependentes;
- Valorizar o convívio e promover o envelhecimento saudável.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA: Bandeirantes / PR

PÚBLICO ALVO / BENEFICIÁRIOS: 50 idosos

3 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE): PROJETO I

META	ESPECIFICAÇÃO	DURAÇÃO INÍCIO	TERMINO
I FASE	Instalação de Sistema de Energia Solar Fotovoltaicos na instituição Lar São Vicente de Paulo	A partir do crédito do recurso na conta própria para o convênio	12 meses após o crédito do recurso na conta própria para o convênio

4 – PLANILHA DE CUSTOS / PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

NATUREZA DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO			ANUAL
QNT	UND	DESCRIÇÃO DOS ITENS	R\$ 100.000,00
56	und	Painel solar fotovoltaico 665w 132 células monocristalino CS7N-665MS	
01	und	Inversor solar 50,0/75,0KW trif. 380V CSI-50K-T400GL03-E c/ Wi-Fi c/ Prot. 5.MPPT 10E	
160	mts	Cabo solar 1,8 kvcc flex 6,0mm ² preto classe 5 NBR 16612	
160	mts	Cabo solar 1,8 kvcc flex 6,0mm ² vermelho classe 5 NBR 16612	
04	und	Conector elétrico fêmea MC4 4,0-6,0mm ² 1500vcc PV-KBT4/6II-UR	
04	und	Conector elétrico macho MC4 4,0-6,0mm ² 1500vcc PV-KST4/6II-UR	
01	und	Transformador auto trafo 75KVA 380/220vca c/ caixa IP-21	
14	kit	Estrutura fix: Telha cerâm. P/ 04 placas 660w retrato 5,50m/30-35mm completa	
01	kit	Materiais p/ infraestrutura CC, fixação e proteção CA do sistema	
TOTAL GERAL:			R\$ 100.000,00

Assinatura



Sociedade São Vicente de Paulo
Lar São Vicente de Paulo
Conselho Central de Jacarezinho
Bandeirantes – Pr.

5
9

4.1 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARCELAS ¹ (R\$ 1,00)		
META	DESPESAS	PARCELA ÚNICA
FASE 1	Instalação de Sistema de Energia Solar Fotovoltaicos na instituição Lar São Vicente de Paulo	TOTAL: R\$ 100.000,00

5 PARCERIAS:

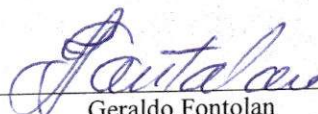
Nome do Órgão ou entidade Parceira: Prefeitura Municipal de Bandeirantes
Classificação do Órgão na estrutura administrativa: Órgão Público do Poder Executivo
Posição do Órgão na estrutura federativa: Municipal
Origem dos recursos repassados: Municipal
Natureza do instrumento de parceria: Colaboração
Nome do Órgão ou entidade Parceira: Secretaria de Assistência Social e assuntos da Família
Total de recursos financeiros previstos para ano 2024: R\$ 100.000,00
Resumo do objetivo da parceria: Colaboração

6 – DECLARAÇÃO

Declaro para fins de prova junto a prefeitura do Município de Bandeirantes/Secretaria Municipal do Idoso que: Inexiste qualquer débito de mora ou situação de inadimplência com o TESOURO NACIONAL ou qualquer órgão da Administração Pública ou do MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no Orçamento do MUNICÍPIO, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede Deferimento.

Bandeirantes, _____ de _____ de 2024


Geraldo Fontolan

7 – APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Este Plano de Trabalho encontra-se APROVADO, por estar em concordância com o que rege o Decreto 3637/2024, no seu artigo 1º, de acordo com a Lei 14.133/21 e Resolução nº 46/2014/TCE.

Bandeirantes, _____ de _____ de 2024.

data?

(Autoridade)

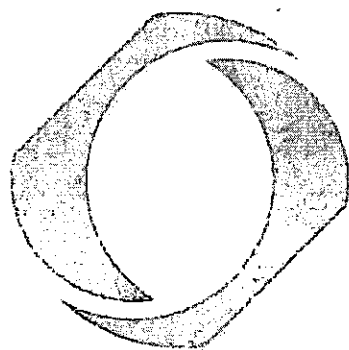

Iaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

100

100

100

100



AHRI

SOLUÇÕES EM ENERGIA

PROPOSTA COMERCIAL PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ENERGIA SOLAR

CLIENTE: LAR SÃO VICENTE

ENDEREÇO: BANDEIRANTES/PR

DATA: 27/02/2024

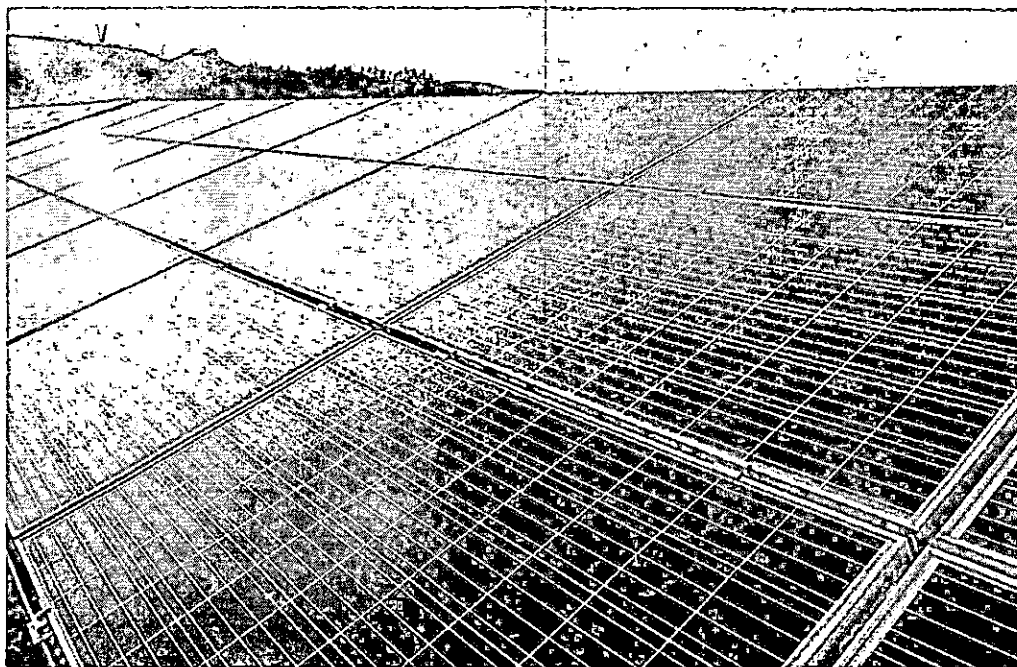
QUEM SOMOS

A Ahri - Soluções em Energia é uma empresa focada em desenvolvimento de projetos na área de energia, cujo o objetivo é **possibilitar que nossos clientes consigam economizar dinheiro.**

Sediada em Cornélio Procópio-PR, oferecemos soluções para clientes em todo o Brasil.

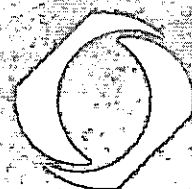
A empresa é formada por dois sócios Engenheiros Eletricistas e atua com equipe devidamente treinada para oferecer as melhores soluções para os nossos clientes e uma entrega com alta qualidade, seguindo todas normas e padrões das distribuidoras de energia.

Todos os equipamentos utilizados pela empresa são devidamente selecionados, buscando a melhor qualidade dos produtos e também garantia dos nossos fornecedores.



☎ (43) 9 9640-3977

📍 Rua Hitoshi Myamoto, 30, sala C, Cornélio Procópio

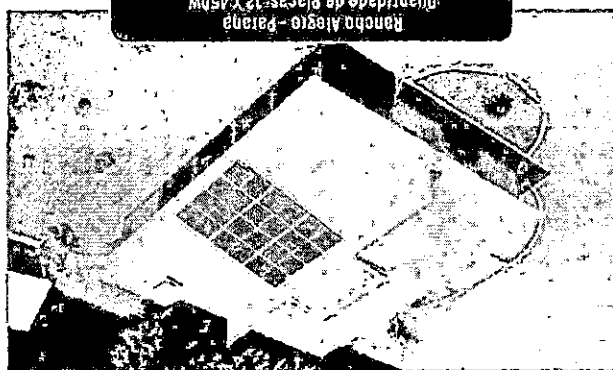


NOSSOS PROJETOS

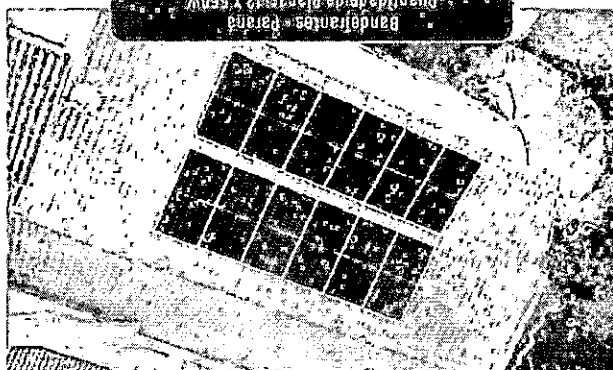
CONFIRA ALGUNS PROJETOS REALIZADOS PELA NOSSA EMPRESA.



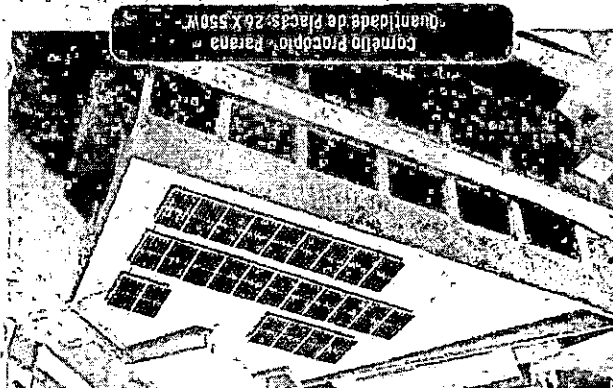
Gratão em Leopoldo - Paraná
Quantidade de placas: 191 X 550W



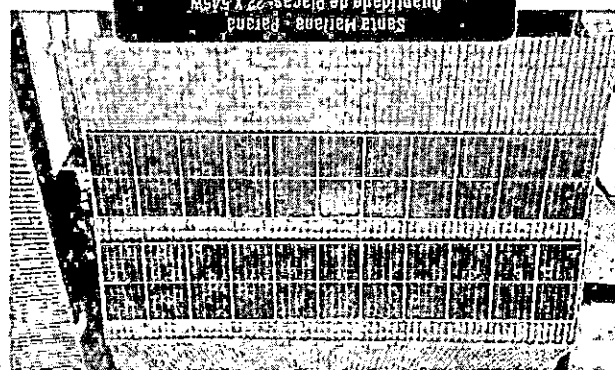
Rancho Alegre - Paraná
Quantidade de placas: 12 X 450W



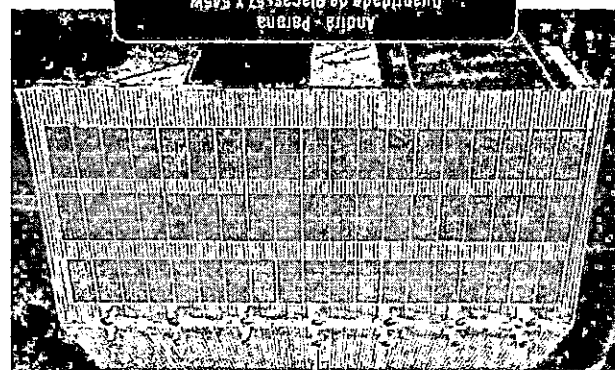
Bandeira - Paraná
Quantidade de placas: 12 X 550W



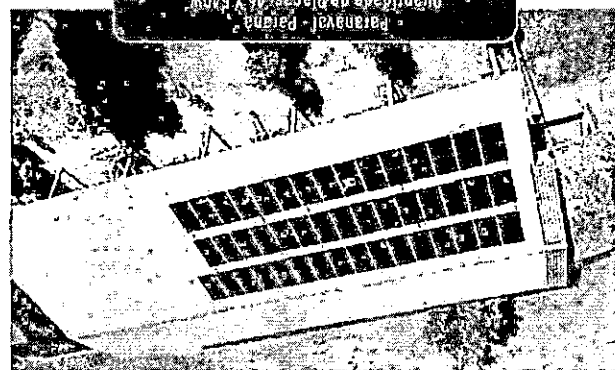
Cornélio Procopio - Paraná
Quantidade de placas: 26 X 550W



Santa Helena - Paraná
Quantidade de placas: 22 X 545W



Andaraí - Paraná
Quantidade de placas: 57 X 545W

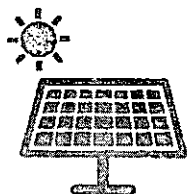


Paranaíba - Paraná
Quantidade de placas: 36 X 540W



Bandeira - Paraná
Quantidade de placas: 14 X 455W

A PARTE TÉCNICA DO PROJETO



SISTEMA DE ENERGIA SOLAR

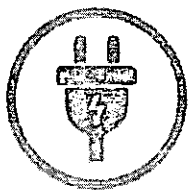
- Potência Total do Sistema: 36,68 KWp
- 56 Placas CANADIAN de 655 W
- 1 Inversor GROWATT 50 KW

*Todos os equipamentos (cabos, conectores ..) para a instalação do seu sistema de energia solar está incluso nessa proposta



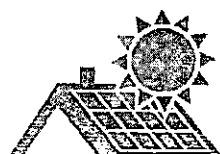
ESTIMATIVA DE GERAÇÃO

4207,73 KWh/mês



CONSUMO

4000 KWh/mês



ÁREA DE TELHADO NECESSÁRIA

180 m²



PESO DOS MÓDULOS

1900 Kg

☎ (43) 9 9640-3977

📍 Rua Hitoshi Myamoto, 30, sala C, Cornélio Procópio

GARANTIA

Inversor: 10 Anos contra defeito de fabricação

Módulos Solares: 12 Anos contra defeito de fabricação e 25 Anos com no mínimo até 80% da eficiência;

Instalação: 1 Ano

ITENS EXCLUSOS DESSA PROPOSTA

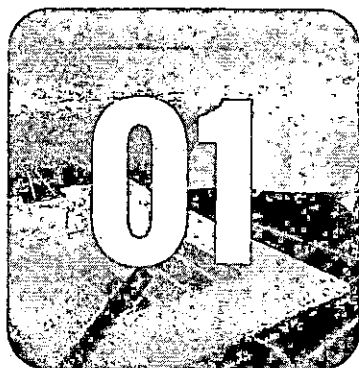
- Materiais para adequação das instalações elétricas internas do cliente;
- Adequação da entrada de energia (localização, sistema de proteção, etc);
- Custos com obras civis, caso necessário;
- Seguros relacionados à obra;
- Cálculos estruturais.
- Qualquer outro item necessário não incluso nesta proposta;

☎ (43) 9 9640-3977

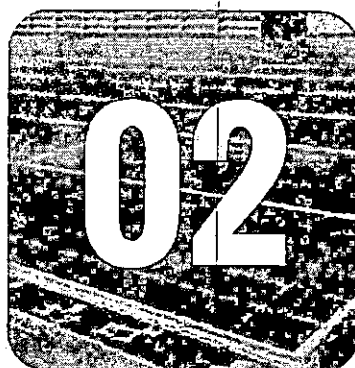
📍 Rua Hitoshi Myamoto, 30, sala C, Cornélio Procópio

ETAPAS DO SEU PROJETO

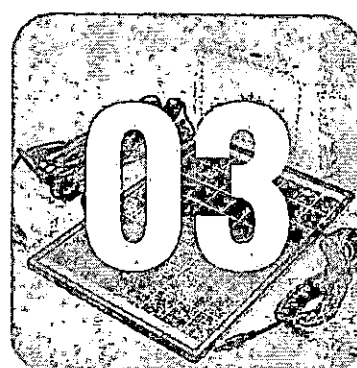
FECHAMENTO
DO PROJETO



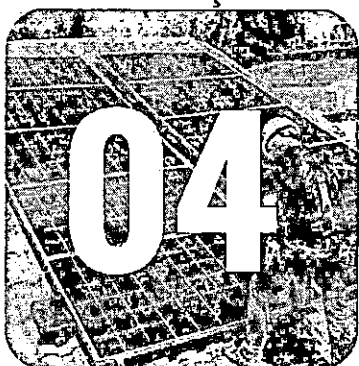
HOMOLOGAÇÃO COM
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA



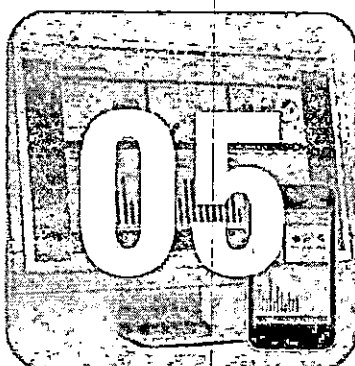
CHEGADA
DOS MATERIAIS



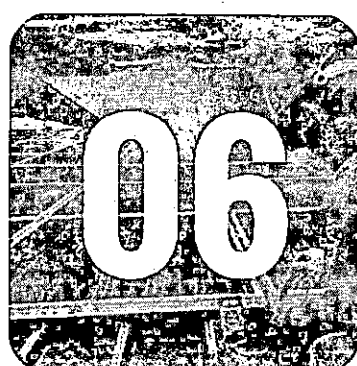
INSTALAÇÃO



MONITORAMENTO



SUPORTE

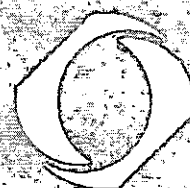


Prazo de Entrega: O prazo regulatório de entrega do sistema fotovoltaico é de até 90 dias, a partir da assinatura do contrato.

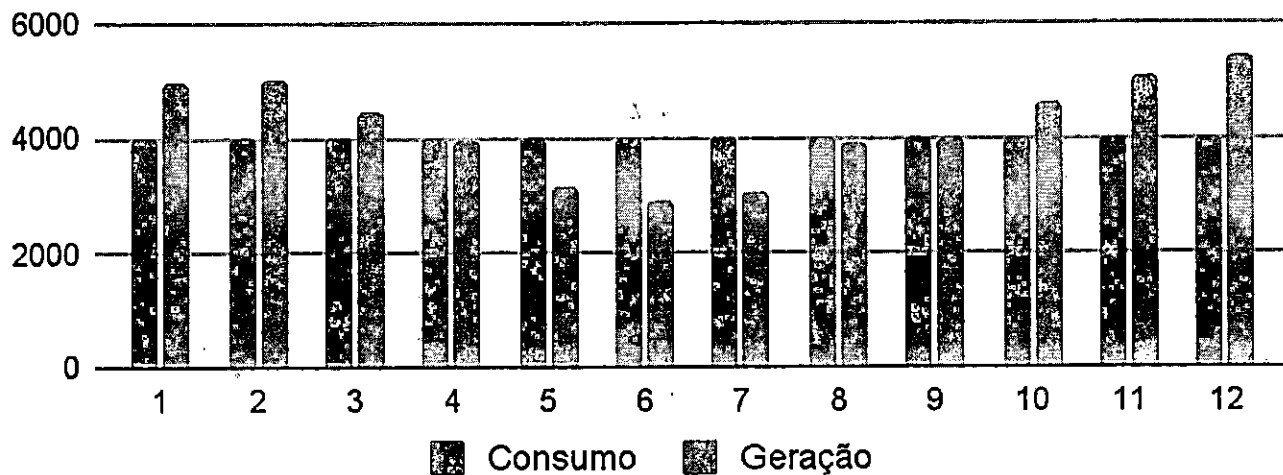
Não nos responsabilizamos por atrasos referentes a concessionária de energia.

☎ (43) 9 9640-3977

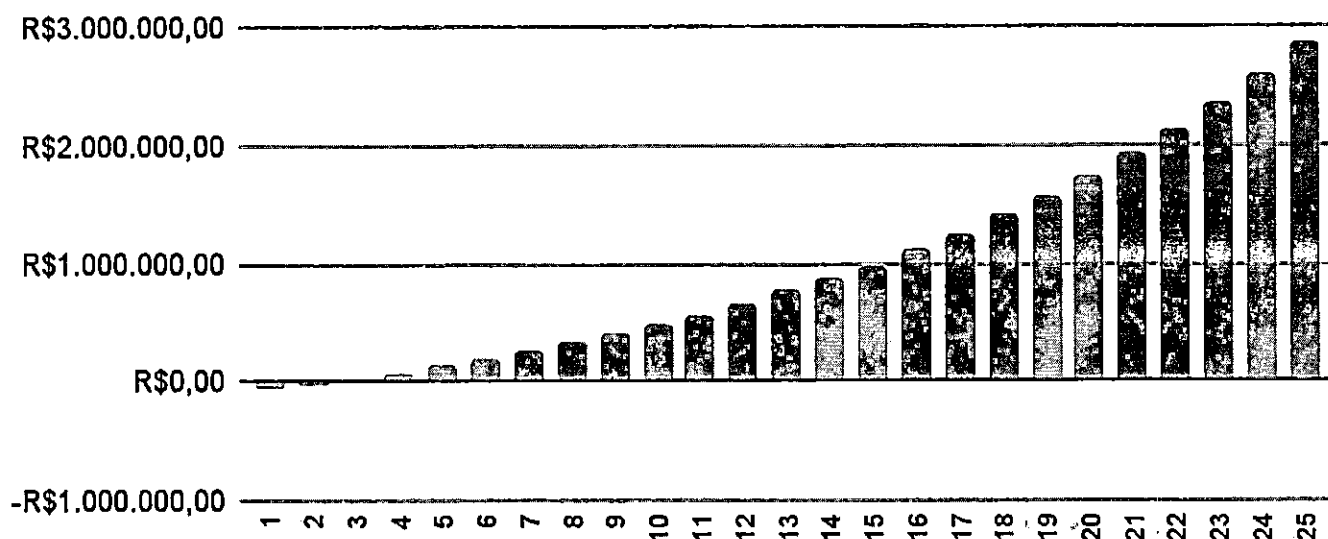
📍 Rua Hitoshi Myamoto, 30, sala C, Cornélio Procopio



O SEU RETORNO FINANCEIRO



Consumo X Geração



Retorno X Investimento

PAYBACK ESTIMADO: 3 anos

ECONOMIA ESTIMADA NO 1º ANO: R\$ 41.374,01

☎ (43) 9 9640-3977

📍 Rua Hitoshi Myamoto, 30, sala C, Cornélio Procópio

O INVESTIMENTO PARA O PROJETO

À VISTA R\$ 107.000,00

Parcelado em 60x de R\$ 3.383,36

Simulação de Financiamento sujeita a análise e aprovação de crédito (Taxa de juros 1,80% a.m)

OPÇÕES DE FINANCIAMENTOS:

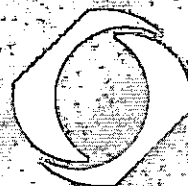


VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta tem validade de 05 (CINCO) dias.

☎ (43) 9 9640-3977

📍 Rua Hitoshi Myamoto, 30, sala C, Cornélio Procópio



PREMISSAS

A Ahri - Soluções em Energia não assumirá os termos de garantia quando o equipamento for utilizado em desacordo com as especificações ou quando qualquer pessoa, sem autorização escrita da Ahri - Soluções em Energia, promover alterações no sistema;

A Ahri - Soluções em Energia isenta-se de responsabilidade de redução de produção de energia por questões ambientais ou climatológicas.

Por estar conectado à rede da concessionária de energia, o sistema não irá funcionar durante quedas de energia.

Os painéis fotovoltaicos perdem eficiência com o passar do tempo devido a degradação natural das células em operação, sendo que os fornecedores garantem que eles terão 80% da eficiência inicial após 25 anos.

A produção de energia do seu sistema está relacionada a irradiação solar e a temperatura média da localidade. Como há variação destes dois parâmetros durante os meses do ano, a geração pode variar.

Não está incluída nesta proposta a adequação do padrão de entrada, instalação de malha de aterramento, alterações na instalação elétrica interna do local, sistema de proteção contra descargas atmosféricas ou outras obras civis, caso as mesmas sejam necessárias.

O estudo para o Sistema Fotovoltaico é feito com base em um consumo médio mensal. Desse modo, caso o cliente aumente o padrão de consumo após a instalação, arcará com os custos da fatura de energia elétrica.

A projeção considerada é um aumento médio anual de 9% na fatura de energia pelos próximos 10 anos.

Os módulos fotovoltaicos serão instalados em área de telhado, laje ou solo visando obter o melhor ponto de irradiação solar para geração de energia elétrica renovável.

TERMO DE ACEITE

CLIENTE

EMPRESA

Agradecemos a oportunidade concedida para te atender e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

☎ (43) 9 9640-3977

📍 Rua Hitoshi Myamoto, 30, sala C, Cornélio Procopio



SOLARplan
Soluções Tecnológicas EIRELI

SOLARPLAN SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EIRELI

RUA EDUARDO LUNARDELLI, 147 – LONDRINA – PR CEP: 86047-340

FONE: (43) 99929

4565/ 3341 8659

EMAIL: salmeldapart@gmail.com

CREA 5060043447/D

CNPJ: 30.168.070/0001-14

www.solarplan.com.br

Londrina, segunda-feira, 26 de fevereiro de 2024

CARTA PROPOSTA Nº: SP 010 / 2023 R 03

Estudo Preliminar

IMPLANTAÇÃO DE USINA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA

CATEGÓRIA: Microgeração Distribuída (GD)

CLIENTE: Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes

AVC: Nilcelene

FONE: 43 3542-4536

EMAIL: 0

ENDEREÇO: Av. Edelina Meneghel Rando, 2525 - Centro, Bandeirantes – PR - CEP: 86360-000

CNPJ/CPF: 76.135.540/0001-44

VENHO POR MEIO DESTA APRESENTAR PROPOSTA TÉCNICA COMERCIAL ELABORADA COMO BASE NOS DADOS APRESENTADOS EM SUA FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA:

nº de Identificação (UC):	12314676
Consumo médio mês kwh	Tarifa R\$ / kwh
5.453	0,6603

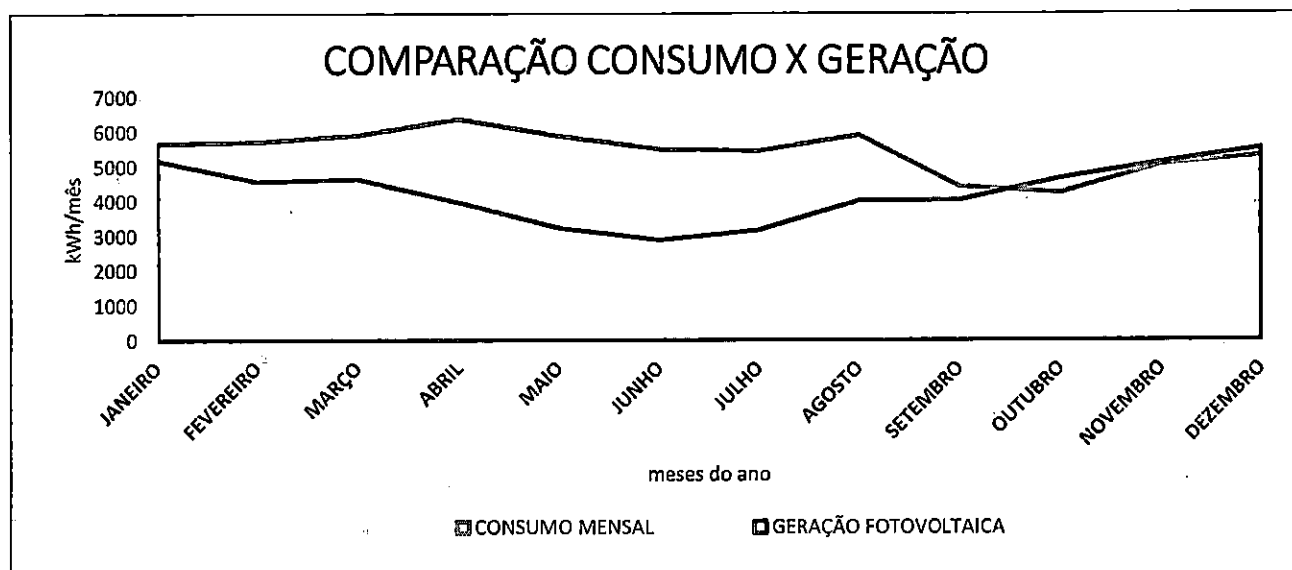
Baixa Tensão – 127/220 volts.

1. APRESENTAÇÃO DO SISTEMA PARA A GD (GERAÇÃO DISTRIBUIDA).

Potência Instalada:	Potência Instalada (kWp):	37,24	
Geração Média anual:	Potência geração média anual Prevista (kWh/mês)	4.253	
Módulos:	Numero de módulos solar	56	
*Material para instalação CC:			
Qtde	Un.	Descrição	Marca
56	Pç	Painel solar fotovoltaico 665w 132 células monocristalino CS7N-665MS	Canadian
1	Pç	Inversor solar 50,0/75,0KW trif. 380V CSI-50K-T400GL03-E c/ Wi-Fi c/ Prot. 5 MPPT 10E	Canadian
1	Pç	Transformador Auto Trafo 50kVA, 380/220Vca IP23	Eletrotrafo
4	Pç	Par de conector MC4 macho e fêmea	Staubil
160	Mt	Cabo 1,8KVCC Flex 6mm2 Vermelho	Cordeiro
160	Mt	Cabo 1,8KVCC Flex 6mm2 Preto	Cordeiro
1	Kit	Conjunto de Kit P4 para fixação de 56 módulos 40 mm	Pratyc
Garantia do fabricante: MÓDULOS		10 anos	
Garantia do fabricante: INVERSORES		12 anos	
Garantia das instalações: Inversor e módulos solares		5 anos	
Área do Sistema Fotovoltaico (M2):		161,5152	

* Materiais estimados, a lista de materiais definitiva para compra será elaborada somente após detalhamento do projeto

12
8



Obs.: Estima-se que o sistema fotovoltaico poderá gerar a energia (consumida média anual) correspondente a: 78%

ITENS INCLUSO NO FORNECIMENTO:

- ❖ Projeto Executivo da Usina Microgeradora Fotovoltaica (kWp)
- ❖ Mão de obra para execução com engenheiro resp. técnico.
- ❖ Conjunto fotovoltaico - Fornecimento e logística de instalação dos módulos fotovoltaicos para captação de energia solar, incluindo estrutura de suporte em alumínio, cabos de ligação cc e acessórios MC4, miscelâneas elétricas/mecânicas e adaptação à arquitetura predial.
- ❖ Fornecimento e instalação dos componentes para conexão da rede elétrica, incluindo cabos, transformadores, conectores, tubulações e eletrocalhas.
- ❖ Configurações, parametrização e proteção.
- ❖ Aprovação do projeto junto a concessionária (COPEL)
- ❖ Solicitação de vistoria junto a concessionária para vistoria e substituição do medidor.
- ❖ Mão de obra de montagem (todos colaboradores qualificados e certificados pelas normas NR10 e 35).
- ❖ Fornecimento e instalação do(os) inversor(es) para transformação de energia DC em AC, string boxes, quadro com disjuntores/barramento e proteção, incluindo cabos CA até barramento QGBT, conectores, tubulações e eletrocalhas.
- ❖ Comissionamento e startup.
- ❖ Treinamento operacional para conhecer o sistema.

ITENS NÃO INCLUSO NO FORNECIMENTO:

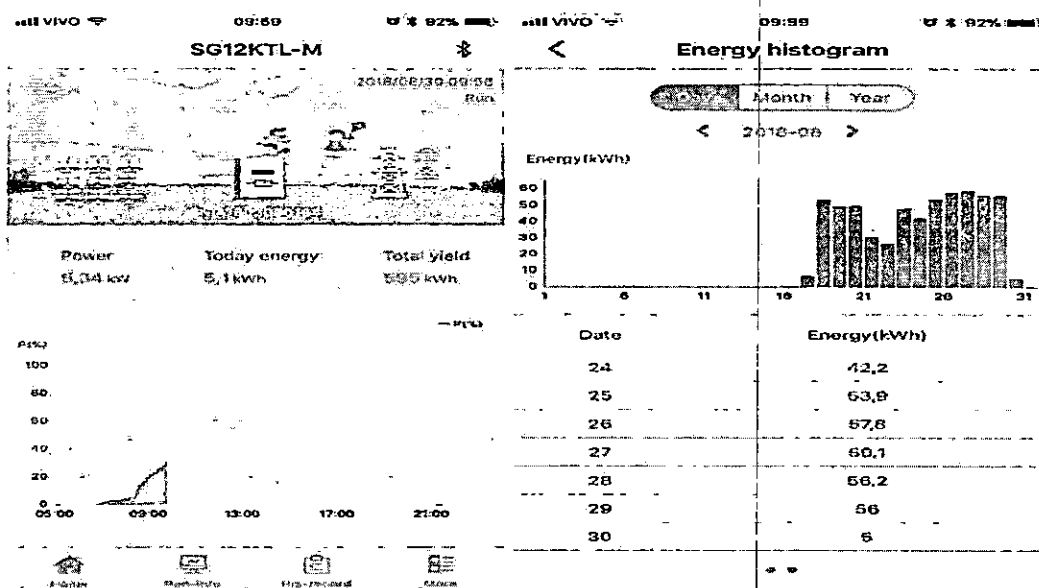
- ❖ Custo com readequação do padrão de entrada, caso necessário.
- ❖ Reconfiguração do modulo de comunicação com a rede WIFI do cliente por alteração de senha, etc.
- ❖ Manutenção fora da garantia ou por mau uso do equipamento.
- ❖ Serviço civil caso necessite para readequação/ instalação dos equipamentos.
- ❖ Reforço de telhado caso seja necessário.
- ❖ Fornecimento de matérias /equipamentos não contemplado no projeto.

2. ETAPAS PARA IMPLANTAÇÃO EM ORDEM CRONOLÓGICA

- ❖ Proposta preliminar – estudo
- ❖ Visita técnica
- ❖ Proposta final
- ❖ Projeto executivo
- ❖ Aprovação concessionária
- ❖ Implantação – montagem
- ❖ Vistoria da concessionária e startup

3. MONITORAMENTO PERSONALIZADO

É possível o monitoramento do sistema via web e celular, basta fazer um download do aplicativo do fornecedor no seu desktop ou celular, veja o exemplo ilustrado a seguir:



4. PROJETO E SERVIÇOS DESENVOLVIDOS CONFORME NORMAS ABAIXO:

- ❖ ABNT NBR10899 - Energia Solar Fotovoltaica
- ❖ ABNT NBR 11.704/2008 - Sistemas Fotovoltaicos
- ❖ NTC 905200 Acesso de Micro e Minigeração Distribuída ao Sistema da Copel
- ❖ ANBT NBR 5410/2004 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão
- ❖ ABNT NBR 16.149 e 16.150/2013 - Sistemas Fotov. Caract. Interface de Conexão com a Rede Elétrica.
- ❖ ABNT NBR 16.274/2014 Sistemas FV Conectados à Rede.
- ❖ ABNT NBR 13.248/2014 - Cabos de Potência e Condutores Isolados sem Cobertura.
- ❖ NR-10 e NR-10 SEP - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.
- ❖ NR-18 Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- ❖ NR-12 Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.
- ❖ NR-35 Trabalho em Altura.

5. INVESTIMENTO:

Opções de financiamentos - Simulações				
Banco BV				
Condições de financiamento	Entrada	36X	48X	72x
	R\$ -	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Custo financeiro mensal (parcela + conta de energia)		R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Impacto financeiro mensal (valor da conta antes do investimento - Custo financeiro mensal)		R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Banco				
Condições de financiamento	Entrada	36X	48X	60X
	0	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Custo financeiro mensal (parcela + conta de energia)		R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Impacto financeiro mensal (Custo financeiro mensal - valor da conta antes do investimento)		R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
manda Gerada (kW)			50	
Fornecimento: Materiais, MO montagem, Projeto e Aprovação na Concessionária				
Valor global do Investimento:		R\$110.521,05		
CENTO E DEZ MIL E QUINHENTOS E VINTE E UM REAIS E CINCO CENTAVOS				

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

❖ A combinar

7. VALIDADE DESTA PROPOSTA

❖ 7 dias

Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Respeitosamente,



Silvio Francisco de Almeida

Engenheiro Eletricista

salmeidapart@gmail.com

(43) 99929 4565

A presente proposta passa a valer como aceite de compra a partir das assinaturas pelas partes.

Silvio Francisco de Almeida
CPF:104.394.738-88
Vendedor

Assinatura: _____

Nome:

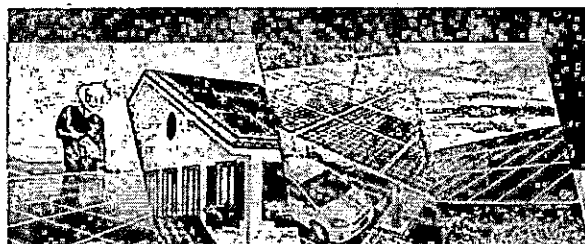
CPF:

Comprador



Eletrotrafo Solar

GRUPO
COMTRAFO



Eletrotrafo Solar

PROPOSTA Nº: 9096.30.01.24HPCP - REV.02

Cliente: Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes
Cidade: Bandeirantes – PR

**Eletrotrafo Solar**GRUPO
COMTRAFO**PROPOSTA E TERMO DE COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA Nº: 9096.30.01.24HPCP**

REV.02

Data: 27/02/24

Unidade Consumidora: 12314676 / 45111960 / 47500409

Dados do Cliente

Cliente: Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes
CNPJ/CPF: 76.135.540/0001-44
Endereço: Avenida Edeline Meneghel Rando Nº 2525 - Centro
Cidade: Bandeirantes - PR - CEP: 86360-000
Fretê: CIF Area Urbana
Vendedor: Hyggor Patrick (43) 3520-5092

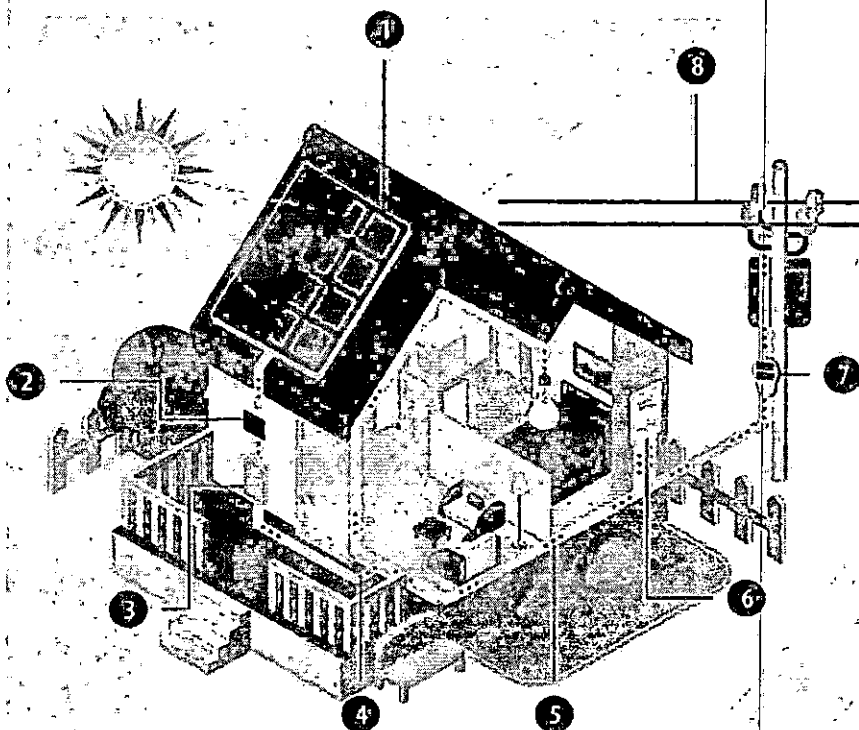
Responsável:
RG/I.E
Telefone: (43) 99982-8895
E-mail:
Transportadora Eletrotrafo
Representante: Hyggor Patrick (43) 3520-5092

1. Proposta comercial para fornecimento de sistema solar fotovoltaico ON-GRID.

Fornecimento de Gerador Solar Fotovoltaico e serviço técnico especializado para implantação de geração de energia solar fotovoltaica de acordo com a Resolução Normativa nº 687 da ANEEL, de 01 de março de 2016.

2. Como Funciona o Sistema Solar Fotovoltaico ON-GRID Eletrotrafo.

On-Grid é o tipo de sistema onde não há armazenamento de energia, toda energia excedente gerada pelos painéis fotovoltaicos é direcionada à rede elétrica, sendo convertida em créditos de energia gerando descontos em sua conta de luz, através do sistema de compensação.

**1. Painéis Solares Fotovoltaicos**

Recebem energia do sol e convertem em energia elétrica contínua (CC)

2. String Box

Quadro de Proteção da parte contínua (CC)

3. Inversor

Converte toda a energia elétrica contínua produzida pelos painéis em energia elétrica alternada (CA) para consumo na residência e exportação para a rede

4. Energia Gerada (CA)**5. Energia Consumida (CA)****6. Quadro Elétrico de Proteção e Distribuição****7. Medidor de Energia Bidirecional**

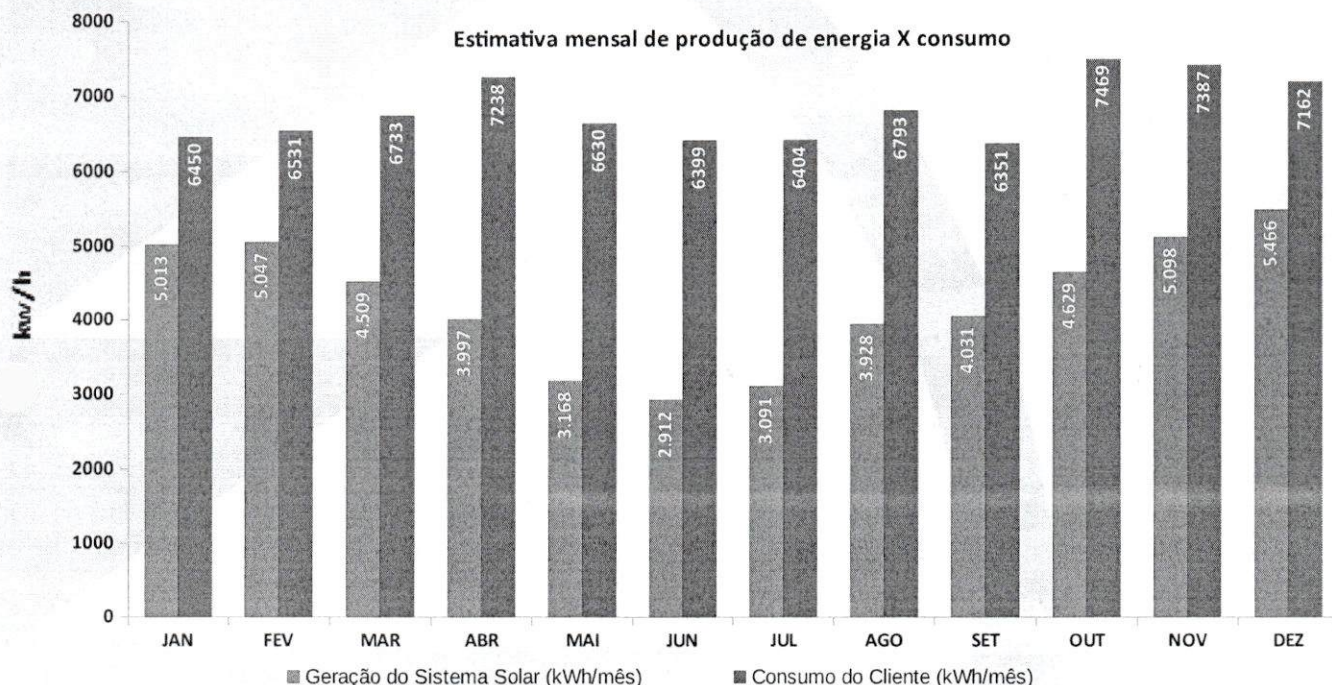
Registra a energia consumida e excedente gerado para compensação de créditos no final do mês

8. Rede da Concessionária de Energia

Todo o excedente de energia gerado e não consumido é injetado na rede, gerando créditos e economia no final do mês (R\$)

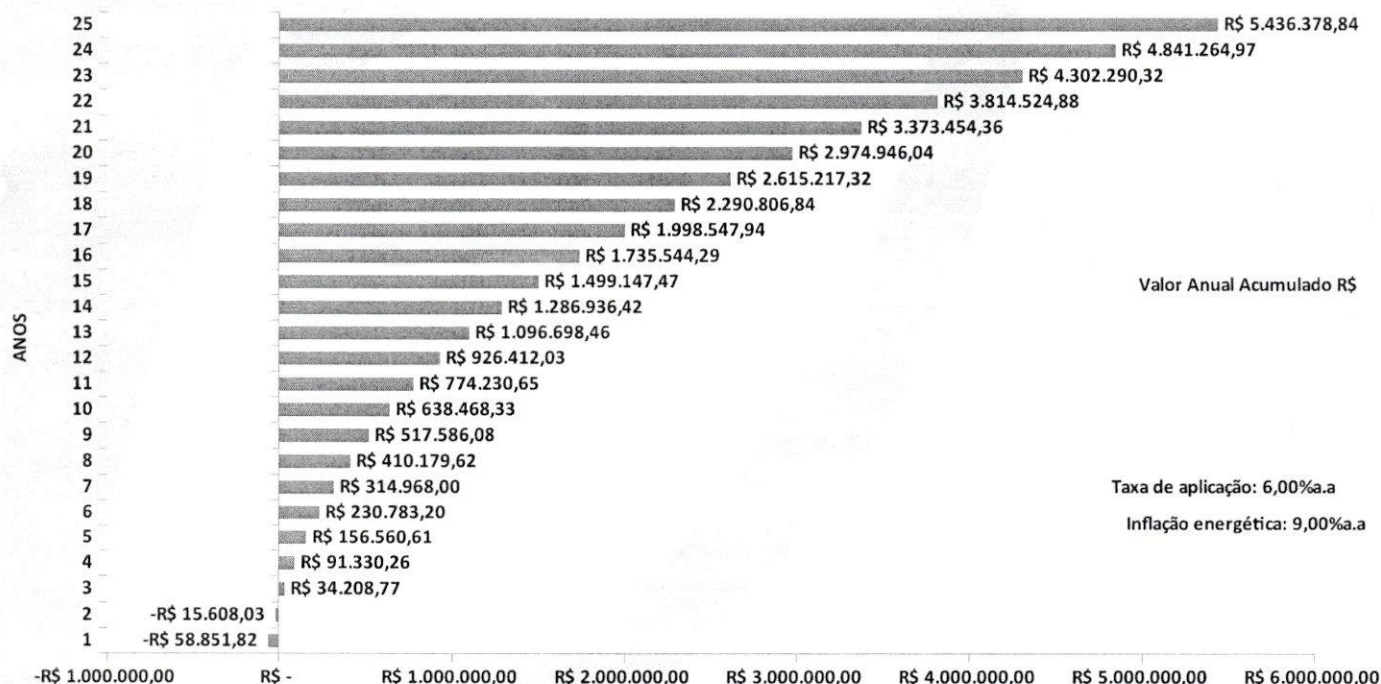
3. Detalhes de geração estimada do gerador de energia solar.

Entrada de Energia:	Trifásico 125A	Valor kWh/mês Fora de Ponta:	R\$ 0,80859
Orientação de telhado:	Nordeste	Valor kWh/mês Ponta:	
Área prevista p/ instalação:	226 m²	Inclinação prevista:	0°
Consumo Médio Atual:	6.046 kWh/mês	Peso Aprox. em telhado:	2.128 Kg
Geração Média Estimada:	4.241 kWh/mês	Consumo Médio Estimado:	6.796 kWh/mês



Obs: Estimativa de geração e compensação com base na radiação no Plano Horizontal fornecido por órgãos de metrologia e "Cadernos Temáticos ANEEL de Micro e Minigeração Distribuída, Sistema de Compensação de Energia Elétrica, 2ª edição.

4. Economia financeira sobre a geração de energia remunerada.



Tempo estimado de retorno do investimento: 2 anos

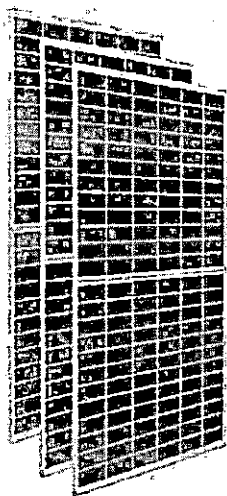
5. Potência total de geração instalada: 56 placas X 665 Wp = 37,240 kWp

5.1. Especificações de Área e Peso / Descrição dos Produtos.

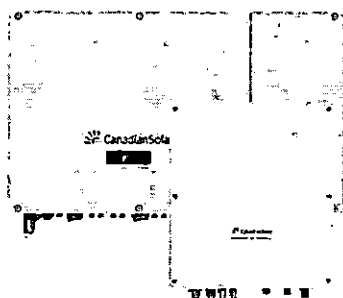
Área de ocupação do gerador fotovoltaico			226 m ²
Peso do gerador fotovoltaico			2.128 Kg
Geração estimada: (desde que instalado voltado para o Nordeste)			4.241
Sistema Gerador Solar Fotovoltaico com Potência de 37,240 kWp			contendo:
Qtde.	Unid.	Descrição dos Produtos	Marca
56	Unid.	Painel solar fotovoltaico 665w 132 células monocristalino CS7N-665MS	Canadian Solar
01	Unid.	Inversor solar 50,0/75,0KW trif. 380V CSI-50K-T400GL03-E c/ Wi-Fi c/ Prot. 5 MPPT 10E	Canadian Solar
160	Mts.	Cabo solar 1,8 kvcc flex 6,0mm ² preto classe 5 NBR 16612	Cabel
160	Mts.	Cabo solar 1,8 kvcc flex 6,0mm ² vermelho classe 5 NBR 16612	Cabel
04	Unid.	Conector elétrico fêmea MC4 4,0-6,0mm ² 1500vcc PV-KBT4/6II-UR	Staubli
04	Unid.	Conector elétrico macho MC4 4,0-6,0mm ² 1500vcc PV-KST4/6II-UR	Staubli
01	Unid.	Transformador auto trafo 75KVA 380/220vca c/ caixa IP-21	Eletrotrafo
14	Kit	Estrutura fix. Telha cerâm. P/ 04 placas 660w retrato 5,50m/30-35mm completa	Pratyc
01	Kit	Materiais p/ infraestrutura CC, fixação e proteção CA do sistema	Eletrotrafo

6. Especificações de produtos e serviços.

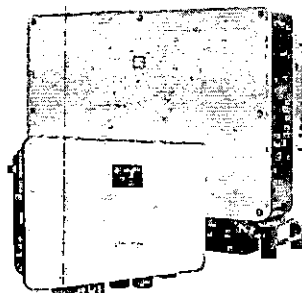
Projeto, aprovação, mão de obra de instalação do sistema solar e primeira configuração do monitoramento estão inclusos nesta proposta.
O sistema será composto pelos equipamentos e serviços especificados acima.



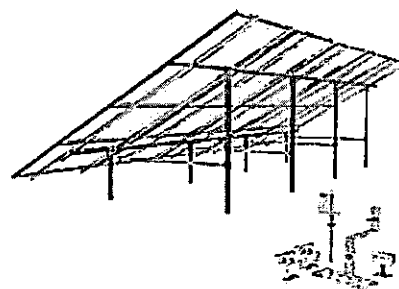
 CanadianSolar



 CanadianSolar



SUNGROW



 Eletrotrafo Solar



7. Itens excluídos desta proposta.

16
8

- Materiais para adequação das instalações elétricas internas do cliente;
- Adequação da entrada de energia (localização, sistema de proteção, etc);
- Custos com obras civis, caso necessário;
- Cálculos estruturais e adequações estruturais caso seja necessário;
- Seguros relacionados à obra;
- Armazenagem do equipamento;
- Cabos de alimentação CA da rede ao quadro de proteção CA da Usina Solar;
- Qualquer outro item necessário não incluso nesta proposta.

Obs: Qualquer produto ou serviço não incluso nessa proposta, o custeio será de responsabilidade do cliente.

8. Prazo de Entrega.

O prazo regulatório de entrega do sistema fotovoltaico é até 120 dias úteis, a partir da aprovação do projeto.

Local de Instalação.

Os módulos fotovoltaicos serão instalados em área de telhado, visando obter o melhor ponto de irradiação solar para geração de energia elétrica renovável. Caso haja interesse em outro local de instalação, favor solicitar um orçamento personalizado.

10. Data Base / Câmbio.

O preço indicado nesta proposta está baseado no dólar Ptax da semana e com insumos baseados nas commodities, os quais, poderão sofrer reajustes e, caso ultrapassem 5% do valor informado, o índice será reajustado integralmente.

11. Garantia dos equipamentos pelo fabricante:

Painel Fotovoltaico:  **CanadianSolar**

- De acordo com a garantia do fabricante, a garantia das placas solares é de 11,9 (onze vírgula nove) anos, que acrescido da garantia legal de 3 (três) meses, prevista no CDC – Código de Defesa do Consumidor, totaliza uma garantia total de 12 (doze) anos contra defeitos de fabricação.
- Classificação "A" do Inmetro
- Certificações internacionais TUV, UL IEC e VDE

Inversor:

SUNGROW
Clean power for all



CanadianSolar

- De acordo com a garantia do fabricante, a garantia contra defeitos de fabricação dos inversores Sungrow e Canadian é de 4,9 (quatro vírgula nove) anos, que acrescido da garantia legal de 3 (três) meses, prevista no CDC – Código de Defesa do Consumidor, totaliza uma garantia de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de emissão da nota fiscal

SUNGROW
Clean power for all

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA



**12. Valor total desta cotação:**

Valor para pagamento à vista	R\$ 100.000,00	Cem Mil Reais		
Consumo Mensal Médio kWh	Valor Médio Mensal R\$	Valor a Pagar Mensal R\$	Economia Mensal R\$	
6.796	R\$ 7.438,37	R\$ 2.792,58	R\$ 4.645,79	
Simulação para pagamento c/ juros aproximados de 1,3% ao mês conforme score.	Parcela do financiamento R\$	Economia mensal da fatura R\$	Valor Complementar	
60 Parcelas de	R\$ 2.410,60	R\$ 4.645,79		
COMPARATIVO – FINANCIAMENTO X ECONOMIA EM ANOS				
ANOS	FINANCIAMENTO		ECONOMIA NA FATURA	SALDO 12 MESES
1º ano	R\$ 28.927,24		R\$ 55.749,51	R\$ 26.822,27
2º ano	R\$ 28.927,24		R\$ 60.766,97	R\$ 31.839,72
3º ano	R\$ 28.927,24		R\$ 66.235,99	R\$ 37.308,75
4º ano	R\$ 28.927,24		R\$ 72.197,23	R\$ 43.269,99
5º ano	R\$ 28.927,24		R\$ 78.694,98	R\$ 49.767,74
*Financiamento de Energia Solar sujeito a análise de crédito/ score. *O valor da parcela poderá sofrer alteração no momento da contratação.				
Opcional: Contrate o seguro das placas fotovoltaicas por 1 ano em 4 parcelas				

Lembrando que esta é uma proposta de consulta prévia. Para estudos mais exatos, precisamos dos dados completos para dimensionar o tamanho e a viabilidade do sistema. Preços, produtos e serviços poderão sofrer alterações após detalhamento técnico em função da formatação e instalação do sistema.

A presente proposta tem validade de 10 (Dez) dias a partir de sua data de emissão ou enquanto durarem os estoques a que a mesma se refere.

A fim de prestar o melhor serviço e garantir a satisfação de nossos clientes, a ELETROTRAFO PRODUTOS ELÉTRICOS LTDA. coloca-se à disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,

Guilherme Peres de Araújo
Assistente de Vendas

Raimundo Minato
Diretor Comercial

Comprador,

TERMO DE COMPROMISSO E ACEITE DE PROPOSTA

Assinatura: _____

Responsável:

CPF:

RG:

E-mail:

Data:



17
9

4ª REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DO LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES, OBRA UNIDA A SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO (SSVP), VINCULADA AO CONSELHO CENTRAL DE JACAREZINHO DA SSVP.

PREÂMBULO

O Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes, fundado em 12/04/1959 inscrito no CNPJ/ME sob nº 76.135.540/0001-44 com Estatuto Social primitivo registrado no Cartório do Serviço Registral Civil de Títulos e Documentos da Comarca de Bandeirantes, Livre de Registro das Pessoas Jurídicas A-4, folha 10 em 29/08/1989, promove a alteração de seus atos constitutivos, por decisão de seus associados, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 01/06/2020, regendo-se doravante pelo presente Estatuto Social, pela legislação aplicável e pelo Regimento Interno, passando a vigorar, doravante, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINALIDADE

Artigo 1º O Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes, Obra Unida a Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), doravante denominado simplesmente Lar é uma associação de direito privado, filantrópica, beneficente, sem fins lucrativos, de assistência social, Organização da Sociedade Civil (OSC), com natureza de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), de duração por tempo indeterminado, com personalidade jurídica distinta de seus membros, com sede e foro nesta cidade de Bandeirantes, a Av. Edelina Meneghel Rando, nº 2.525 - Vila São Vicente - CEP: 86.360-000 - PR.

Artigo 2º O Lar, por sua origem, natureza e formação, foi criado no seio da SSVP no Brasil, para a prática da caridade cristã no campo da assistência social e da promoção humana e está vinculado estatutariamente ao Conselho Central de Jacarezinho da SSVP e ao Conselho Metropolitano de Caimbé da SSVP, na forma da Regra da SSVP no Brasil.

Parágrafo Único: Caberá aos Conselhos Particulares e às Conferências Vicentinas instaladas no município de Bandeirantes, prestarem auxílio ao Lar no desempenho de suas atividades, sempre que solicitados.

Artigo 3º O Lar tem por finalidade prestar serviços de relevância pública e social de acolhimento institucional a idosos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal, na área da Assistência Social, quando esgotadas todas as possibilidades de auto-sustento e convívio com os familiares, proporcionando-lhes proteção social especial de alta complexidade, prestando serviços de atendimento de forma gratuita, universal, continuada, permanente e planejada, visando especificamente:

- I) Manter unidade institucional com característica domiciliar destinada a acolher pessoas idosas de ambos os sexos, com 60 (sessenta) anos ou mais, independentes ou com diversos graus de dependência, que estejam nas seguintes situações: falta de condições dignas para permanecer com a família, sendo vítimas de atos de violência e negligência, em situação de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, em conformidade com o capítulo de procedimentos de acolhimento institucional, inserido no Regimento Interno da Instituição.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- II) Proporcionar aos idosos institucionalizados assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, bem como atividades culturais e recreativas, visando a preservação de sua saúde física e mental;
- III) Propiciar ambiente acolhedor aos idosos institucionalizados na instituição em conformidade com o Estatuto do Idoso e na observância das políticas públicas de assistência social e atendimento de saúde, conforme a necessidade do idoso, visando sempre a longevidade e o bem-estar deles;
- IV) Incentivar e promover a participação da família e da comunidade na atenção aos idosos institucionalizados, visando em todas as ações a integração social e o fortalecimento do vínculo familiar, como formas de sociabilidade;
- V) Ofertar serviços, programas, projetos e benefícios socio-assistenciais na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
- VI) Garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socio-assistenciais.

§ 1º. O Lar prestará de forma gratuita, continuada e planejada suas ações assistenciais aos idosos em situação de vulnerabilidade ou risco pessoal ou social, utilizando-se da prerrogativa disposta no artigo 35 e seus parágrafos, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, que prevê a cobrança da participação do idoso no custeio da entidade no limite previsto na lei, da aposentadoria ou de outros rendimentos equivalentes na mesma proporção.

§ 2º. Para atender o custo das despesas mensais realizadas em favor dos serviços prestados aos idosos, o Lar aceitará doações espontâneas feitas pelos familiares dos idosos acolhidos.

§ 3º. O Lar promoverá ações de transparência na apresentação dos planos de trabalho, relatórios de atividades e demonstrativos financeiros, para comprovação da aplicação de seus recursos integralmente no território nacional e na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

§ 4º. Considerando que o Lar possui natureza privada, seus programas e projetos serão desenvolvidos sempre em sintonia com o seu orçamento econômico, privilegiando o acesso gratuito aos seus programas pelos seus usuários, guardados os seus limites financeiros, em especial aqueles conferidos pela lei.

§ 5º. A fim de cumprir suas finalidades, o Lar se organizará em tantas Unidades de Prestação de Serviços (UPS), quantas se fizerem necessárias, as quais serão disciplinadas por deliberação da Diretoria.

§ 6º. Poderá o Lar instituir filiais para desenvolver outros ramos de atividades com natureza empreendedora, com o objetivo de angariar receitas para manter suas finalidades estatutárias e sociais, buscando sempre a auto-sustentabilidade.

§ 7º. Para a instituição de filiais, conforme o § 6º deverá essa deliberação ser aprovada pela Diretoria do Lar, com a maioria simples, com base em estudos prévios, com a devida comunicação ao Conselho Central de Jacarezinho da SSVP e homologação do Conselho Metropolitano de Câmbé da SSVP, depois de consultado o Departamento de Normatização e Orientação (DENOR) desse mesmo Conselho.



18
e

Artigo 4º. No desenvolvimento de suas atividades o Lar observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência. E não se fará distinção alguma quanto à etnia, cor, sexo, condição social, credo político ou religioso, gênero, orientação sexual e quaisquer outras formas de discriminação dos idosos acolhidos.

Artigo 5º. O Lar adotará um Regimento Interno que, aprovado por sua Diretoria após a homologação expressa do respectivo Conselho Central respaldado em parecer do Denor competente, disciplinará o seu funcionamento, a sua organização, a capacidade operacional, os procedimentos de acolhimento e de desacolhimento institucional, os critérios e as normas a serem observadas, inclusive quanto à aplicação da Regra da SSVP no Brasil e outros assuntos de seu interesse.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO E DOS ASSOCIADOS

Artigo 6º. O Lar é organizado e constituído por um número limitado de associados, denominados vicentinos, que são confrades e consócios que ingressaram voluntariamente na SSVP no Brasil, através de uma de suas Conferências Vicentinas, que estejam na condição de membro da diretoria da própria Obra com direito a voto, de membro da diretoria do Conselho Central respectivo com direito a voto e dos presidentes dos Conselhos Particulares vinculados ao Conselho Central.

Parágrafo Único. O Lar se regerá pelo presente Estatuto Social, pela legislação brasileira aplicável, pelo Regimento Interno e, subsidiariamente, pela Regra da SSVP no Brasil, registrada e arquivada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da cidade do Rio de Janeiro/RJ, pelas Instruções Normativas, Resoluções, Portarias, Comunicados, Circulares e demais dispositivos que regem a SSVP no Brasil, emanadas do Conselho Nacional do Brasil da SSVP.

Artigo 7º. São direitos de cada associado:

- I) Participar das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- II) Ser votado para os encargos eletivos, atendendo os requisitos previstos neste Estatuto Social;
- III) Apresentar sugestões à Diretoria, por escrito, para o aperfeiçoamento operacional do Lar e apontar qualquer ação ou omissão que venha ferir as normas estatutárias e regimentais;
- IV) A qualquer tempo, por escrito, se desligar a título de renúncia voluntária (demissão);
- V) Votar nas eleições convocadas e deliberar sobre as matérias constantes no artigo 14 e seus incisos deste Estatuto Social, desde que esteja na condição de: a) Membro da Diretoria do Lar, com direito a voto; b) Membro da Diretoria do Conselho Central de Jacarezinho da SSVP, com direito a voto; e c) Presidentes dos Conselhos Particulares da SSVP vinculados ao Conselho Central de Jacarezinho da SSVP. Convocação do Órgão Deliberativo far-se-á na forma do Estatuto, garantindo a 1/5 dos Associados o direito de promovê-la.

§ 1º: O exercício dos direitos constantes do "caput" deste artigo e o cumprimento dos deveres pelos associados serão regidos por este Estatuto Social e pela Regra da SSVP no Brasil.

§ 2º: Os associados não adquirem direito algum sobre os bens e direitos do Lar a qualquer título ou pretexto.

§ 3º: As atribuições dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal do Lar serão inteiramente estatutárias, voluntárias e gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, bonificação ou vantagem, sob nenhuma forma ou pretexto, quer direta ou indiretamente.



J

el
11

3
Soto

Jo

46

Artigo 8º. São deveres do associado:

- I) Cumprir o presente Estatuto Social, o Regimento Interno e a Regra da SSVP no Brasil;
- II) Acatar as decisões da Diretoria, as orientações do DENGR do Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP e as resoluções das Assembleias;
- III) Zelar pelo decoro, bom nome e funcionamento do Lar e da SSVP no Brasil;
- IV) Prestar, como voluntário, colaboração vicentina ao Lar, incumbindo-se dos encargos e ofícios que lhe forem atribuídos, sem direito a salários, indenizações, compensações, benefícios ou quaisquer outras remunerações de qualquer espécie ou natureza; não gerando em hipótese alguma qualquer vínculo empregatício entre o Lar e o associado, colaborador ou voluntário;
- V) Cientificar por escrito e de forma fundamentada a Diretoria, eventual conduta ilícita de associados, funcionários, prestadores de serviços, voluntários ou de idosos acolhidos.

Artigo 9º. Deixará de ser associado:

- I) Por falecimento;
- II) Por vontade própria, quem assim o desejar, desde que o faça por escrito;
- III) Aquele que, comprovadamente, em função de sua conduta, tornar-se motivo de escândalo ou atentar contra os princípios estabelecidos na Regra da SSVP no Brasil;
- IV) Aquele que utilizar-se da instituição para fins políticos e/ou para promoção pessoal;
- V) Quem deixar de cumprir as condições estabelecidas no artigo 8º e seus incisos deste Estatuto Social;
- VI) Por abandono de encargo, aquele que for eleito ou nomeado para desempenhar suas atribuições durante o mandato da Diretoria ou do Conselho Fiscal.

Artigo 10. A exclusão do associado se dará por meio de procedimento administrativo, por decisão da Diretoria e referendada em Assembleia Geral convocada para tal fim.

§ 1º. Objetivando facultar-lhe ampla defesa o associado, poderá, sucessivamente e na ordem indicada, no prazo de 15 (quinze) dias:

- I) Solicitar uma nova Assembleia Geral para apreciar seu recurso de reconsideração, por escrito e fundamentado;
- II) Caso mantida a decisão, recorrer ao Comitê de Reconciliação do Conselho Nacional do Brasil da SSVP;
- III) Sendo mantida, ainda, a decisão, recorrer ao Presidente do Conselho Geral Internacional da SSVP.

§ 2º. Igual procedimento será adotado no caso de o Lar, por sua Diretoria, que desejar apresentar possíveis recursos da decisão da Assembleia Geral.

Artigo 11. Excluído do Lar por qualquer que seja o motivo, ou dele retirando-se, o associado não terá direito a qualquer indenização, compensação ou remuneração de qualquer espécie ou natureza pelos serviços prestados nesta condição de associado, nos termos do inciso II do artigo 38 deste Estatuto Social.

Artigo 12. Os associados não respondem solidária ou subsidiariamente pelos encargos e obrigações do Lar.



19
2

Parágrafo Único. Os associados que são membros da Diretoria respondem diretamente à SSVP no Brasil e perante terceiros prejudicados, desde que tenha ocorrido dolo ou culpa grave no desempenho de suas funções.

CAPÍTULO III – DO MODO DE CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Artigo 13. O Lar é constituído dos seguintes órgãos:

- I) Assembleia Geral, como órgão deliberativo;
- II) Diretoria, como órgão administrativo;
- III) Conselho Fiscal, como órgão fiscalizador.

Artigo 14. A Assembleia Geral é constituída pelo número limitado de associados com direito a voto, na forma do artigo 7º, inciso V, deste Estatuto Social, possui as seguintes competências, de modo soberano:

- I) Eleger o administrador e o Conselho Fiscal, entendendo-se por administrador o Presidente;
- II) Aprovar a reforma do Estatuto Social, submetendo a decisão à manifestação oficial do Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP;
- III) Destituir o Presidente, ou quaisquer outros membros da Diretoria;
- IV) Destituir qualquer um dos membros do Conselho Fiscal;
- V) Decidir, em grau de recurso, o pedido de exclusão de associado;
- VI) Decidir sobre a extinção do Lar, quando impossível a continuidade de suas atividades;
- VII) Apreçar, discutir e deliberar sobre todo e qualquer assunto de interesse do Lar, para o qual for convocada a Assembleia Geral;
- VIII) Após o devido parecer do Conselho Fiscal, apreçar e deliberar sobre o Balanço Patrimonial Anual, o Demonstrativo dos Resultados do Exercício e suas Notas Explicativas.

Parágrafo Único – para as deliberações a que se referem os incisos I, VII e VIII, deste artigo é exigida a deliberação em Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim.

Artigo 15. A Assembleia Geral convocada pelo presidente da diretoria realizar-se-á anualmente, no prazo previsto no Regulamento da SSVP, para os efeitos do inciso VIII do artigo 14 deste Estatuto Social.

Artigo 16. A Assembleia Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

- I) Pela Diretoria do Lar;
- II) Pelo Conselho Fiscal do Lar;
- III) Por requerimento de no mínimo 1/5 (um quinto) dos associados com direito a voto;
- IV) Pelo Conselho Central de Jacarezinho da SSVP;
- V) Pelo Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP;
- VI) Pelo Conselho Nacional do Brasil da SSVP.

Artigo 17. A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital, contendo data, horário, local e pauta, afixado na sede do Lar, e/ou enviado por outros meios convenientes a todos associados que a compõem conforme art. 6º deste Estatuto.

- I) De regra geral com antecedência de 08 (oito) dias;
- II) Ou com antecedência de 30 (trinta) dias, para a hipótese de convocação de eleições.

§ 1º. Será instalada, em primeira convocação, com a totalidade dos associados com direito a voto, ou em 30 (trinta) minutos após, com a presença de, no mínimo, três (03) associados.

§ 2º. Será presidida pelo Presidente da Diretoria e, em suas ausências ou impedimentos, pelos seus substitutos legais e, na falta destes, por associado designado por seus integrantes.

§ 3º. Nos casos de destituição da Diretoria ou do Conselho Fiscal, ou qualquer de seus membros, bem como reforma estatutária, é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto presentes à Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados com direito a voto presentes, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§ 4º. Nos demais casos previstos no art. 14, a deliberação será feita pela maioria dos presentes.

§ 5º. Somente se deliberará sobre os assuntos específicos para as quais tenham sido convocadas.

§ 6º. As atas de eleição serão lavradas e aprovadas ao final e assinadas pelo Presidente da Assembleia Geral e pelo Secretário, sendo que os demais associados e visitantes presentes deverão assinar a lista de presença; as atas das demais assembleias deverão ser assinadas por todos os presentes.

Artigo 18. O Lar será administrado por uma Diretoria constituída pelo Presidente e, no mínimo, por 1 (um) Vice-Presidente; 1 (um) Secretário; 1 (um) Tesoureiro.

§ 1º. O Presidente e o Vice-Presidente deverão ser obrigatoriamente associados (confrades ou consócias) com, no mínimo de 02 (dois) anos de atividade vicentina ininterrupta, no período imediatamente anterior à data da eleição.

§ 2º. Caso não se encontrem associados (confrades ou consócias) disponíveis para assumirem os demais encargos e atribuições, com anuência prévia e apreciação de currículos pelo Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP, poderão fazer parte da Diretoria pessoas católicas apostólicas romanas, desde que conhecedoras e comprometidas com a Regra da SSVP e que respeitem suas tradições e princípios. Sendo que os membros da Diretoria nessas condições não terão direito de voto, nas Assembleias Gerais.

§ 3º. A Diretoria cumprirá mandato de 02 (dois) anos, salvo interrupção por qualquer motivo, sendo admitida apenas uma reeleição consecutiva do Presidente, vedada a sua participação como vice-presidente, secretário ou tesoureiro na gestão imediatamente subsequente à sua.

§ 4º. Importará em abandono do encargo a falta injustificada de membros da Diretoria a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) intercaladas ao longo do respectivo mandato.

§ 5º. O membro da Diretoria que for afastado por ausência prolongada ou por exclusão não poderá ser eleito nem designado para a Diretoria do mandato subsequente.

§ 6º. O Presidente do Lar e os demais membros da Diretoria que forem associados (confrades e consócias) não estão dispensados de suas obrigações junto às respectivas Conferências Vicentinas das quais fazem parte.

§ 7º. O Presidente eleito nomeará os demais membros de sua Diretoria, definindo quais deles terão direito a voto, mas em número sempre inferior ao número dos membros da diretoria do respectivo Conselho Central com direito a voto.

§ 8º. Os membros da Diretoria são substituíveis em qualquer tempo, a critério do Presidente, e seus respectivos mandatos terminam com o do Presidente que os nomeou.





6





Artigo 19. Compete à Diretoria, dentre seus direitos e deveres:

- I) Cumprir e fazer cumprir rigorosamente o Estatuto Social, o Regimento Interno e as deliberações da Assembleia Geral e da própria Diretoria;
- II) Elaborar em conjunto com a Equipe Técnica Interdisciplinar do Lar o Plano de Trabalho do ano seguinte e executá-lo, de forma a cumprir com os objetivos estatutários da instituição;
- III) Elaborar em conjunto com a Equipe Técnica Interdisciplinar do Lar o Relatório Anual de Atividades Institucionais, até o dia 31 de março de cada ano;
- IV) Apreçar o Balanço Patrimonial Anual, o Demonstrativo dos Resultados do Exercício e as Notas Explicativas, referentes ao exercício anterior e encaminhá-los para a apreciação do Conselho Fiscal até o dia 30 de março de cada ano e apresentar à Assembleia Geral até 30 de abril acompanhados especialmente dos extratos bancários das contas de movimento e aplicações financeiras e também o Relatório do Inventário dos bens patrimoniais;
- V) Relacionar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum que elevem a qualidade de vida dos idosos acolhidos;
- VI) Encaminhar antecipadamente para ciência do Conselho Central de Jacarezinho da SSVP e do Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP, as campanhas que objetivem angariar fundos financeiros;
- VII) Obter autorização prévia e expressa do Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP para celebrar parcerias com o Poder Público (União, Estado e Município) ou com órgãos e autarquias públicas, por meio de termos de colaboração e/ou termos de fomento ou contratos de qualquer natureza, desde que haja consonância com as finalidades estatutárias do Lar;
- VIII) Acompanhar o cumprimento do objeto e o alcance dos resultados das ações planejadas nos Planos de Trabalho, no âmbito das relações jurídicas de parceria com o Poder Público (União, Estado e Município);
- IX) Apreçar e decidir, quando necessário, sobre a utilização dos fundos e reservas financeiras disponíveis;
- X) Determinar a execução de construções e reformas de bens imóveis que não comprometam sua posição socioeconômica, com prévio conhecimento e autorização do Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP, exceto as que são necessárias e prementes para evitar prejuízos ao Lar. Tais construções e reformas poderão ser executadas de imediato com posterior conhecimento ao Conselho Central de Jacarezinho da SSVP e ao Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP;
- XI) Apresentar e decidir sobre matérias relacionadas a sua administração, observando-se o presente Estatuto Social e o Regulamento da SSVP no Brasil;
- XII) Solicitar ao Conselho Central de Jacarezinho da SSVP o encaminhamento ao Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP do pedido de autorização para aquisição (doação, permuta, legado, e outros), alienação ou constituição de ônus sobre seus bens imóveis, instruindo-o com a cópia da ata da Reunião da Diretoria que deliberou sobre o assunto, juntamente com 03 (três) avaliações prévias de imobiliárias idôneas e existentes na região. O referido pedido será previamente analisado pelo DENOR do Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP, sob pena de responsabilização civil dos membros da Diretoria, sem prejuízo de abertura de processo interno de destituição;
- XIII) Elaborar e/ou alterar o Regimento Interno, encaminhando-o ao Conselho Central de Jacarezinho da SSVP para homologação, com prévio parecer do DENOR do Conselho Metropolitano de Cambé;

- XIV) Zelar pelo patrimônio do Lar e tomar providências quando do conhecimento de que o patrimônio da mesma não esteja sendo bem administrado;
- XV) Contratar empresa ou profissional com habilitação legal junto ao Conselho Regional de Contabilidade, para assessoria, cumprimento das obrigações legais e execução dos serviços contábeis, departamento de pessoal e serviços correlatos;
- XVI) Exigir da empresa ou do profissional liberal referido no inciso anterior os Balanços Mensais e o Balanço Patrimonial Anual, o Demonstrativo de Resultados do Exercício e Notas Explicativas, no final de cada exercício civil, devendo ser publicado até o dia 31 de maio, de acordo com as exigências legais;
- XVII) A exigência do inciso XVI deste artigo também se aplicará quando o término do mandato não coincidir com o do ano civil ou por qualquer motivo for interrompido, com exceção da publicação;
- XVIII) Nos casos em que o término do mandato não coincidir com o do ano civil ou por qualquer motivo for interrompida a obrigação prevista no inciso XVI deste artigo, deverá ser cumprida no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do seu término;
- XIX) Submeter as contas do Lar ao exame do Conselho Fiscal, para realização de parecer, observando-se os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade;
- XX) Apresentar nas suas reuniões ordinárias o relatório financeiro do mês anterior elaborado pela Tesouraria abrangendo no mínimo o demonstrativo das receitas e das despesas, a posição dos saldos de Caixa e Bancos, a posição dos compromissos financeiros e das contingências incorridos, bem assim a demonstração das contribuições financeiras devidas e pagas até o mês;
- XXI) Buscar soluções para os casos omissos neste Estatuto Social.

Artigo 20. A Diretoria do Lar, reunir-se-á ordinariamente pelo menos 01 (uma) vez por mês, em local, dia e hora determinados pelo Presidente e, extraordinariamente, quando se fizer necessário, com designação prévia da matéria a ser tratada.

Artigo 21. A Diretoria do Lar e seu Conselho Fiscal reconhecem e acatam a Regra da SSVP no Brasil, bem como as deliberações e determinações dos Conselhos Central, Metropolitano e Nacional do Brasil da SSVP.

Artigo 22. São atribuições do Presidente:

- I) Representar o Lar ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente perante os órgãos públicos e privados, inclusive perante o Poder Judiciário, inclusive na constituição de procuradores e/ou prepostos;
- II) Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e as Assembleias Gerais;
- III) Dirigir e orientar as atividades do Lar;
- IV) Coordenar as atividades dos demais membros da Diretoria;
- V) Zelar pelo bom funcionamento da instituição, realizando atos de gestão, observando sempre as finalidades estatutárias, acompanhando os serviços estratégicos de liderança administrativa, operacional e técnica;
- VI) Em eventuais dificuldades na tomada de decisões administrativas, buscar quando necessária a opinião do Conselho Fiscal e a opinião de profissionais especializados, a fim de obter respaldo técnico e segurança na gestão.



- VII) Abrir e movimentar contas bancárias em instituições financeiras, assinar cheques e/ou outros documentos de natureza econômica, sempre em conjunto com o 1º Tesoureiro;
- VIII) Admitir e demitir empregados, respeitando a legislação trabalhista e as convenções coletivas de cada categoria profissional;
- IX) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto Social, o Regimento Interno e a Regra da SSVP no Brasil;
- X) Cumprir e fazer cumprir a legislação constitucional e infraconstitucional, além das resoluções e normas inerentes aos órgãos públicos fiscalizadores da prestação de serviços da Assistência Social;
- XI) Participar das reuniões, quando convocado, pelos órgãos fiscalizadores da prestação de serviços da Assistência Social;
- XII) Cooperar para que haja sempre transparência na gestão do Lar, em especial no cumprimento de solicitações do Conselho Fiscal da entidade;
- XIII) Promover em conjunto com a Administração e a Equipe Técnica Interdisciplinar, reuniões e eventos voltados aos funcionários e voluntários, a fim de manter o ambiente de trabalho coeso e unido;
- XIV) Motivar e incentivar todos os membros da Diretoria a participar das reuniões ordinárias e extraordinárias, campanhas, festividades e eventos em geral, programados pela instituição;
- XV) Manter bom relacionamento institucional com o Ministério Público, na pessoa do Promotor de Justiça dos Direitos Humanos;
- XVI) Tomar as providências para atendimento do estabelecido no inciso XVI do artigo 19 deste Estatuto Social;
- XVII) Buscar sempre solucionar os casos omissos que lhe forem submetidos a exame ou que chegarem ao seu conhecimento;
- XVIII) Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias convocadas pelo Conselho Central de Jacarezinho da SSVP e/ou pelo DENOR do Conselho Metropolitano de Câmbé da SSVP, prestando contas de suas atividades e cumprindo as determinações que lhe são conferidas;
- XIX) Nomear e substituir qualquer membro da Diretoria;
- XX) Nomear advogados com poderes da cláusula *'ad judicis'* para a defesa dos interesses do Lar;
- XXI) Submeter previamente os contratos, convênios, termos de parceria, termos de colaboração, termos de fomento e minutas, à assessoria jurídica;
- XXII) Prestar, de modo geral, sua colaboração institucional e voluntária ao Lar.

Artigo 23. São atribuições do Vice-Presidente:

- I) Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários;
- II) Participar das reuniões ordinárias, extraordinárias, assembleias e eventos em geral, programados pela instituição e Conselhos;
- III) Assumir o mandato, em caso de vacância, e convocar as eleições no prazo de 90 (noventa) dias, nos termos do artigo 31, § 1º deste Estatuto Social;
- IV) Prestar, de modo geral, sua colaboração institucional ao Presidente e ao Lar.

Parágrafo Único. Havendo mais de um Vice-Presidente são suas atribuições, observada a respectiva ordem de precedência, cooperar com o Presidente, dirigir comissões específicas e substituir o Presidente e o 1º Vice-Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Artigo 24. São atribuições do 1º Secretário:

- I) Secretariar as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais elaborando as respectivas atas;
- II) Ler a ata da reunião anterior, fazendo as observações necessárias, que deverão constar na ata seguinte, divulgar e acompanhar todas as notícias das atividades envolvendo o Lar;
- III) Responsabilizar-se pelo manuseio e conservação dos livros de atas e outras anotações e documentos relacionados às suas atribuições estatutárias, durante o mandato;
- IV) Ao final do mandato, responsabilizar-se pela entrega à administração, de todos os livros de atas e demais documentações pertencentes à instituição;
- V) Participar das reuniões ordinárias, extraordinárias, assembleias e eventos em geral programados pela instituição e Conselhos;
- VI) Prestar, de modo geral, sua colaboração institucional ao Presidente e ao Lar;
- VII) Assumir o mandato do Presidente em caso de vacância e na falta de Vice-Presidentes, nos termos do artigo 31, § 1º deste Estatuto Social.

Artigo 25. São atribuições do 2º Secretário:

- I) Substituir o 1º Secretário em suas ausências ou impedimentos temporários e prestar a sua colaboração na organização dos serviços da Secretaria;
- II) Participar das reuniões ordinárias, extraordinárias, assembleias e eventos em geral, programados pela instituição e Conselhos;
- III) Em caso de vacância, assumir o encargo de 1º Secretário, podendo nele permanecer até o fim do mandato ou até que seja nomeado um novo pelo Presidente;
- IV) Prestar, de modo geral, sua colaboração institucional ao Presidente e ao Lar.

Artigo 26. São atribuições do 1º Tesoureiro:

- I) Arrecadar e anotar em livro de caixa as contribuições, rendas de qualquer tipo, auxílios e doativos em dinheiro ou espécie, mantendo em dia a escrituração totalmente comprovada. Havendo funcionários para tal fim, será sua função orientá-los como executar tais procedimentos;
- II) Pagar as contas com o visto do Gerente e do Presidente;
- III) Assinar cheques e/ou outros documentos de natureza econômica, sempre em conjunto com o Presidente;
- IV) Apresentar em todas as Reuniões da Diretoria o Relatório Financeiro do mês anterior, ou sempre que for solicitado pelos órgãos do Lar, pelo Conselho Central de Jacarezinho da SSVP ou pelo Conselho Metropolitano de Câmbio da SSVP;
- V) Providenciar, em tempo hábil, recebimentos de juros, dividendos e outros rendimentos;
- VI) Responsabilizar-se pela análise e conferência de documentos financeiros e numerários;
- VII) Apresentar ao Conselho Fiscal, sempre que solicitado, o balancete devidamente assinado por empresa de contabilidade ou profissional habilitado, juntamente com os livros contábeis e auxiliares, e documentação correlata;
- VIII) Providenciar no término do mandato da Diretoria, com antecedência de 30 (trinta) dias, as seguintes certidões em nome do Lar: Certidão Negativa de Débitos relativos



22
e

as Contribuições Previdenciárias, Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Municipais, Certidão Negativa da Fazenda Estadual, Certidão Negativa de Protestos de Títulos, Certidão de Distribuição de feitos cíveis junto a Justiça Estadual, Certidão de distribuição de feitos junto a Justiça Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, bem como o Alvará da Vigilância Sanitária e o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) atualizado (caso possua). No mesmo prazo acima assinalado deverá ser apresentado o competente Balanço Financeiro com a respectiva Prestação de Contas de natureza financeira.

- IX) Depositar em estabelecimento bancário, em nome do Lar todas as importâncias financeiras recebidas;
- X) Entregar o Mapa Financeiro Mensal, instituído pelo Conselho Nacional do Brasil, bem como recolher ao Conselho Central de Jacarezinho da SSVP a contribuição da duocentésima e meia, equivalente a 2,5% (dois e meio por cento) de sua arrecadação bruta, excluídas apenas as subvenções oficiais;
- XI) Manter em caixa, se necessário e por conveniência, para as despesas de pequeno valor, a importância de até 01 (um) salário mínimo, da qual prestará conta à Diretoria, mensalmente;
- XII) Participar das reuniões ordinárias, extraordinárias, assembleias e eventos em geral, programados pela instituição e Conselhos;
- XIII) Prestar, de modo geral, sua colaboração institucional ao Presidente e ao Lar;
- XIV) Assumir o mandato do Presidente, em caso de vacância e na falta simultânea dos Vice-Presidentes e Secretários, nos termos do artigo 31, § 1º deste Estatuto Social.

Artigo 27. São atribuições do 2º Tesoureiro:

- I) Substituir o 1º Tesoureiro em suas ausências ou impedimentos temporários;
- II) Assumir o mandato do 1º Tesoureiro em caso de vacância, podendo nele permanecer até o fim do mandato ou até que seja nomeado um novo 1º Tesoureiro;
- III) Participar das reuniões ordinárias, extraordinárias, assembleias e eventos em geral, programados pela instituição e Conselhos;
- IV) Prestar, de modo geral, sua colaboração institucional ao Presidente e ao Lar.

Artigo 28. São atribuições do Diretor de Patrimônio, quando houver:

- I) Com o auxílio de funcionário da administração e/ou de outros associados, realizar o levantamento de todos os bens patrimoniais do Lar e manter esse controle sempre atualizado;
- II) Assessorar e emitir pareceres à Diretoria, sobre os bens patrimoniais do Lar;
- III) Acompanhar e fiscalizar as construções, adequações e reformas da instituição, sempre assessorado pelo engenheiro ou arquiteto responsável técnico;
- IV) Cobrar dos responsáveis a conservação, as devidas manutenções e o uso correto dos bens patrimoniais do Lar;
- V) Participar das reuniões ordinárias, extraordinárias, assembleias e eventos em geral, programados pela instituição e Conselhos;
- VI) Prestar, de modo geral, sua colaboração institucional ao Presidente e ao Lar.

Artigo 29. O Presidente, os demais membros da Diretoria e os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal firmarão, antes da posse, junto ao Conselho Central de Jacarezinho da SSVP e ao Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP o "Termo de Compromisso", que prevê o respeito,

cumprimento e a obrigação de se fazer cumprir a Regra da SSVP no Brasil e o presente Estatuto Social, especialmente no tocante ao resguardo dos seus bens, ao atendimento zeloso da parte administrativa e ao recolhimento obrigatório da contribuição financeira regulamentar estabelecida no inciso X do artigo 26 e artigo 45, deste Estatuto Social.

Parágrafo Único. Os encargos da Diretoria e do Conselho Fiscal devem ser considerados uma responsabilidade, não uma honraria.

CAPITULO IV - DAS ELEIÇÕES

Artigo 30. O Presidente e os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal serão eleitos em escrutínio secreto, proclamando-se eleitos os mais votados pelos associados integrantes da Assembleia Geral que possuem direito a voto, conforme dispõe o inciso V do artigo 7º e inciso I do artigo 14, observando-se:

- I) Os associados interessados em concorrer ao encargo de Presidente deverão ter atividade vicentina ativa e ininterrupta de no mínimo 02 (dois) anos de atividade vicentina ininterrupta, no período imediatamente anterior à data da eleição.
- II) Para concorrer ao Conselho Fiscal, o candidato deverá ser, obrigatoriamente, vicentino com atividade ativa.
- III) É vedada a candidatura cumulada e simultânea aos dois encargos.
- IV) Ninguém poderá ser eleito Presidente ou nomeado Vice-Presidente do Lar uma vez atingidos 81 (oitenta e um) anos de idade até a data da eleição ou do ato de nomeação.
- V) A rigor, empregados do Lar, bem como profissionais que a ela prestem serviços remunerados, embora possam ser associados (vicentinos proclamados e compromissados), não podem ser eleitos nem nomeados para encargos da Diretoria e do Conselho Fiscal.
- VI) Para o Procedimento Eleitoral, não poderão candidatar-se e nem serem nomeados para a Diretoria ou Conselho Fiscal os associados que estiverem na condição de dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, conforme dispõe o artigo 39, inciso III da Lei nº 13.019/2014, alterado pela Lei nº 13.204/2015.
- VII) A abertura do Procedimento Eleitoral acontecerá no prazo de 210 (duzentos e dez) dias que antecederem o término do mandato vigente, devendo o Lar emitir, na ocasião Circular de Abertura do Procedimento Eleitoral.
- VIII) A Circular de Abertura do Procedimento Eleitoral deverá ser fixada em lugar visível das respectivas sedes do Lar, do Conselho Central de Jacarezinho da SSVP, bem como deverá ser amplamente divulgada nas reuniões e eventos da SSVP no âmbito da cidade de Bandeirantes.
- IX) A Secretaria do Lar receberá a inscrição dos candidatos ao encargo de Presidente e de membro do Conselho Fiscal, até o prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da abertura do Procedimento Eleitoral.
- X) Os candidatos ao encargo de Presidente e de membro do Conselho Fiscal deverão, no ato da inscrição, apresentar currículo vicentino e profissional, constando escolaridade, experiência e práticas administrativas em qualquer área, nome da empresa, associação assistencial, Obra Unida ou Conselho e período que exerceu suas habilidades administrativas.



23
9

- XI) Encerrado o prazo de inscrição dos candidatos, a Secretaria do Lar, deverá repassar toda a documentação curricular ao Conselho Central de Jacarezinho da SSVP, para apreciação e aprovação da candidatura;
- XII) A aprovação referida no inciso XI deste artigo deverá ser formalizada pelo Presidente do Conselho Central de Jacarezinho da SSVP, sendo que os documentos da inscrição devem ser encaminhados a Secretaria do Lar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da inscrição;
- XIII) Caso o Presidente do Conselho Central de Jacarezinho da SSVP decida pela desaprovação de alguma candidatura, deve fazê-la, com fundamentação, baseando-se no vigente Estatuto Social do Lar;
- XIV) A Secretaria do Lar após receber os nomes de no mínimo 02 (dois) candidatos ao encargo de Presidente e 06 (seis) candidatos ao encargo de membro do Conselho Fiscal, com todas as respectivas candidaturas aprovadas, elaborará o Edital de Convocação para as Eleições;
- XV) O Edital de Convocação para as Eleições, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes da data das Eleições será afixado nas respectivas sedes do Lar e do Conselho Central de Jacarezinho da SSVP, e enviado por outros meios de comunicação a todos os associados que compõem a Assembleia Geral, contendo data, horário, local, pauta e nomes dos candidatos;
- XVI) As eleições deverão ocorrer no mínimo 90 (noventa) dias antes do término dos mandatos, sendo que as apurações deverão ocorrer no mesmo dia das eleições;
- XVII) No período de 30 (trinta) dias que antecedem a data das eleições, os associados são convidados a recitar a oração própria ao Divino Espírito Santo em favor daqueles que tenham direito a voto e pelos que concorrem aos encargos;
- XVIII) O voto é personalíssimo e unitário, ainda que o associado votante exerça mais de um encargo diretivo em outras unidades vicentinas instaladas na área do Conselho Central de Jacarezinho da SSVP;
- XIX) Cada associado votante terá direito de votar no associado candidato de sua preferência, votando em um (1) candidato a presidente e em três (3) candidatos ao Conselho Fiscal, sendo admitido o voto por correspondência, por meio de envelope lacrado e que chegue às mãos da Comissão Eleitoral antes do encerramento da votação;
- XX) As apurações ficarão sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral composta de pelo menos 03 (três) associados que não possuem direito a voto, nomeados pelo Presidente em exercício;
- XXI) Em caso de empate será eleito Presidente quem tiver mais tempo de atividade vicentina ininterrupta na SSVP no Brasil como associado e membro de uma de suas Conferências Vicentinas; e persistindo o empate, será eleito o mais idoso;
- XXII) As eleições e as apurações deverão constar de ata, assim como os nomes dos associados votantes e seus encargos, sendo que no prazo máximo de 05 (cinco) dias a cópia dessa ata e demais documentações deverão ser enviadas pelo Presidente em exercício do Lar ao Conselho Central de Jacarezinho da SSVP, e este imediatamente remeterá ao Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP para que este último aprecie e homologue as eleições;
- XXIII) Não havendo manifestação por parte do Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da ata e demais documentações, ter-se-á como homologada tacitamente as eleições, nos termos do art. 114 § 3º da Regra da SSVP;
- XXIV) O Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP também pode recusar, fundamentadamente, a homologação das eleições, determinando a realização de novas, no prazo de 90 (noventa) dias, nos mesmos termos deste Estatuto Social;



- XXV) Após comunicação por escrito do ato que anulou as eleições, haverá necessidade de abertura de novo Procedimento Eleitoral, podendo ocorrer o aproveitamento de documentos curriculares de candidatos que porventura se inscreverem novamente;
- XXVI) O Presidente recém-eleito terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data das eleições, para indicar os membros não vicentinos de sua Diretoria, para apreciação do Conselho Metropolitano, bem como, para que participem do curso de capacitação;
- XXVII) No prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da posse, o Presidente recém-eleito ou reeleito, em conjunto com os demais membros de sua Diretoria e do Conselho Fiscal, deverá realizar os atos de transição com a Diretoria em exercício do Lar, para fins de conhecimento da situação administrativa, operacional e financeira dessa Obra Unida;
- XXVIII) O Presidente, os membros da Diretoria e o Conselho Fiscal tomarão posse em Reunião Extraordinária da Obra Unida por ato do Presidente ou Representante do Conselho Central de Jacarezinho da SSVP;
- XXIX) A posse do Presidente e dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal poderá ser feita em solenidade própria, entretanto, somente entrarão em exercício no primeiro dia imediatamente posterior ao término da gestão anterior, salvo nos casos de interrupção por qualquer motivo;
- XXX) Antes de serem empossados, todos os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal deverão participar do módulo de "Formação para Novas Diretorias", a ser preparada e aplicada pela coordenação da Escola de Capacitação "Antonio Frederico Ozanam" - ECAFO do Conselho Central de Jacarezinho da SSVP.

Artigo 31. Em caso de vacância da Presidência por qualquer motivo, haverá a interrupção dos mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal:

§ 1º. Ocorrendo esse fato o Vice-Presidente ou um dos demais substitutos legais, assumirá temporariamente o exercício da Presidência e providenciará a eleição para um novo mandato, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da vacância.

§ 2º. Caso nenhum dos demais substitutos legais assumam temporariamente o exercício da Presidência, haverá intervenção do Conselho Central de Jacarezinho, que providenciará a eleição, nos termos do § 1º.

§ 3º. Consultado o Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP e, a juízo do mesmo, esse prazo poderá ser prorrogado em até 180 (cento e oitenta) dias, no interesse da SSVP.

Artigo 32. O Presidente deverá ser afastado pelo Conselho Central de Jacarezinho da SSVP quando houver ausência prolongada e sem justificativas plausíveis, por período superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único. Os membros da Diretoria que forem afastados por ausência prolongada sem justificativas plausíveis, ou por exclusão, não poderão ser eleitos nem designados para a Diretoria do mandato subsequente.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 33. O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes, eleitos em escrutínio secreto, proclamando-se eleitos os 06 (seis) mais votados, sendo os 03 (três) primeiros titulares e os outros 03 (três) suplentes.



§ 1º. Com relação ao perfil dos associados candidatos ao Conselho Fiscal, terão preferência os que possuam formação em Direito, Administração, Economia ou Contabilidade.

§ 2º. O mandato dos membros do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 3º. Em caso de vacância de um membro titular o suplente, na ordem do número de votos obtidos na eleição, assumirá o encargo até o término do mandato.

§ 4º. Em caso de falecimento, de abandono, de demissão ou de exclusão de membros do Conselho Fiscal, não havendo mais membros suplentes para assumirem a titularidade, deverá a Assembleia Geral realizar eleição para que se complete o quadro do Conselho Fiscal.

§ 5º. Estão impedidos de participar do Conselho Fiscal os empregados do Lar e parentes de até o 2º grau ou cônjuges de membros de sua Diretoria.

Artigo 34. Compete ao Conselho Fiscal, valendo-se de assessoria técnica, se necessário:

- I) Examinar a qualquer tempo os livros de escrituração, exigir a apresentação dos documentos que julgar necessários e que digam respeito à administração econômico-financeira;
- II) Analisar os livros de escrituração, os balancetes, o Balanço Patrimonial Anual, o Demonstrativo de Resultados do Exercício, as Notas Explicativas; verificar o patrimônio e toda documentação do exercício, opinando sobre o desempenho financeiro e contábil e operações patrimoniais realizadas, para fins de apreciação, bem como emitir pareceres;
- III) Notificar a Diretoria a respeito de falhas e irregularidades que porventura constatar;
- IV) Requerer convocação da Assembleia Geral Extraordinária quando verificar alguma irregularidade de gestão administrativa e/ou financeira do Lar.

§ 1º. O parecer de que trata o inciso II deste artigo se dará em 30 (trinta) dias, por escrito, para apreciação da Assembleia Geral, convocada para tal fim.

§ 2º. Reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo a cada 06 (seis) meses, durante as primeiras quinzenas de abril e outubro, em dia, local e hora previamente estabelecidos; e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos membros da Diretoria do Lar.

§ 3º. As faltas injustificadas de qualquer membro do Conselho Fiscal a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas serão consideradas como abandono de cargo.

§ 4º. As reuniões extraordinárias de que dependam da apresentação de documentos pela Diretoria do Lar devem ser comunicadas por escrito com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

§ 5º. Para que seja considerado legítimo qualquer ato do Conselho Fiscal, deverá ser assinado no mínimo por 02 (dois) de seus membros titulares.

CAPÍTULO VI - DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES DE RECURSOS

Artigo 35. O patrimônio do Lar é constituído por todos os bens móveis e imóveis de sua propriedade, e por todos aqueles que vier a adquirir por compra, doação ou legado, assim como, por todos os legítimos direitos que possua ou venha a possuir e todos os bens e valores

consignados em contabilidade patrimonial, existente e futuramente incorporados, a título de aquisição, usucapião, superávit e doações.

Artigo 36. São fontes de recursos:

- I) Donativos, auxílios, doações, usufrutos, testamentos e legados patrimoniais de pessoas físicas e/ou jurídicas, de origem nacional ou do exterior;
- II) Coletas realizadas em reuniões e/ou outras atividades desenvolvidas com intenção especial de arrecadar recursos financeiros;
- III) Contribuições dos idosos acolhidos (art. 35-Lei 10741/2003-Estatuto do Idoso);
- IV) Receitas oriundas de bens patrimoniais;
- V) Receitas oriundas de ações entre amigos, arrecadações, campanhas, eventos beneficentes e festividades;
- VI) Rendimentos de aplicações financeiras;
- VII) Subvenções e/ou recursos de quaisquer títulos recebidos dos Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal;
- VIII) Repasses de recursos públicos provenientes de emendas parlamentares;
- IX) Receitas provenientes de prestação de serviços a terceiros, sendo sua renda revertida para os objetivos da associação;
- X) Rendimento de comercialização de produtos institucionais;
- XI) Aluguéis e arrendamentos em geral;
- XII) Atividades lícitas desenvolvidas de forma opcional por outra organização, com intenção especial de captar recursos financeiros para a Obra;
- XIII) Recursos provenientes de projetos sociais financiados por pessoas jurídicas ou pessoas físicas;
- XIV) Recursos de patrocínios repassados por pessoas físicas e/ou jurídicas;
- XV) Repasses oriundos do Poder Judiciário;
- XVI) Repasses oriundos dos Fundos Municipal, Estadual ou Nacional de Políticas Públicas;
- XVII) Incentivos fiscais oriundos de isenções/imunidades tributárias;
- XVIII) Receitas sobre direitos autorais de produção de materiais promocionais.

Artigo 37. Havendo necessidade, após deliberação da Diretoria e aprovação da Assembleia Geral, poderá o Lar instituir filiais de prestação de serviços ou de comercialização dirigidas a público distinto da Assistência Social, que não se enquadram no perfil de usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Parágrafo Único. A receita líquida apurada de filiais, após a retenção dos valores mínimos de subsistência e de manutenção dessas, será repassada ao Lar e utilizada para as suas finalidades sociais e estatutárias da Obra.

Artigo 38. O Lar declara e se compromete, sob as penas da lei:

- I) Aplicar suas receitas, rendas, rendimentos e o eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- II) Não destinar aos membros de sua Diretoria e Conselho Fiscal, associados de qualquer natureza, benfeitores, voluntários ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, eventuais excedentes operacionais (brutos e líquidos), dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu



25
2

- patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades mencionadas neste estatuto;
- III) Destinar, em caso de dissolução ou extinção, após pagas todas as dívidas passivas que existirem, o seu patrimônio líquido remanescente a outra entidade congênere, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e no Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, que possua o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS e que atenda os requisitos da Lei nº 13.019/2014, preferencialmente outra unidade vicentina, indicada em Assembleia Geral, desde que convenientemente legalizada e com sede e atividades preponderantes no Estado do Paraná, preferencialmente no município de Bandeirantes, por indicação da Diretoria e aprovação da Assembleia Geral; ou em último caso a uma entidade pública;
 - IV) Prestar serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de usuários, nos limites de suas possibilidades de recursos humanos, materiais e financeiros, observando o disposto no artigo 3º, § 4º deste Estatuto Social;
 - V) Aplicar os recursos advindos dos Poderes Públicos, Municipal, Estadual e Federal, em conformidade ao estabelecido na legislação aplicável e nos termos de colaboração e de fomento e/ou instrumentos contratuais similares;
 - VI) Não constituir patrimônio exclusivo de um grupo determinado de indivíduos, famílias ou de sociedade com caráter beneficente de assistência social.

Parágrafo Único. A dissolução ou extinção do Lar somente se efetivará se tornar-se impossível sob os aspectos financeiro, administrativo e patrimonial a continuidade de suas atividades, desde que atendidas as seguintes condições: a) se decidida pela maioria dos membros da Diretoria, presentes em Reunião Extraordinária convocada para tal fim; b) com aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim e c) anuência do Conselho Metropolitano de Câmbé da SSVP, embasada por parecer fundamentado de seu DENOR, após a respectiva liquidação nos termos do artigo 51 do Código Civil Brasileiro, com o remanescente patrimonial destinado conforme previsto no inciso III deste artigo.

Artigo 39. Todos os bens patrimoniais do Lar estão exclusivamente a serviço de seus objetivos sociais e estatutários, ficando vedado o seu uso para benefício próprio de qualquer pessoa e a Diretoria responde e se obriga pela sua guarda, conservação, administração e pela correta aplicação de seus recursos.

Artigo 40. Não se reconhece a validade de toda e qualquer gravação, alienação, aquisição a que título for, permuta, comodato ou constituição de quaisquer ônus sobre bens imóveis e móveis (veículos) do Lar realizada sem a prévia ciência do Conselho Central de Jacarezinho da SSVP e a expressa autorização do Conselho Metropolitano de Câmbé da SSVP, embasado por parecer fundamentado de seu DENOR, conforme determina o Regulamento da SSVP no Brasil.

§ 1º. Na transcrição do registro imobiliário deverá constar o impedimento de alienação sem autorização prévia do Conselho Metropolitano de Câmbé da SSVP, nos termos do "caput".

§ 2º. O não atendimento ao disposto neste artigo implica em violação ao artigo 1.268 e seus parágrafos 1º e 2º do Código Civil Brasileiro, sem prejuízo das sanções penais previstas no Código Penal Brasileiro.

§ 3º. Os bens móveis e imóveis deverão ser identificados e cadastrados em livro próprio, que deve ser mantido rigorosamente atualizado.



[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

[Handwritten initials]

§ 4º Os veículos e os bens imóveis de posse ou propriedade do Lar deverão ser identificados pelo logotipo oficial da SSVP, podendo este ser adaptado com o nome da própria entidade, exceto nos imóveis que se encontram alugados ou arrendados.

CAPÍTULO VII – DA ESCRITURAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 41. A escrituração e prestação de contas observarão, no mínimo:

- I) Os princípios fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II) A publicidade, por qualquer meio eficaz, na ocasião do encerramento do exercício fiscal, colocando à disposição para o exame dos interessados toda a documentação administrativa e financeira;
- III) A realização de auditoria independente, nos casos previstos na legislação;
- IV) A publicidade de todos os recursos, bens ou valores que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre.

Artigo 42. Para efeito de encerramento do Balanço Patrimonial Anual e do Demonstrativo dos Resultados do Exercício e das Notas Explicativas, observar-se-á o ano civil e a escrituração de todos os atos e fatos contábeis, devendo ser feita em livros revestidos de formalidades legais, serem publicados nos prazos previstos, de acordo com as exigências legais.

§ 1º. Quando o término do mandato da Diretoria não coincidir com o do ano civil deverá ser providenciado a competente prestação de contas, devidamente instruída com balancete extraordinário, certidões e o relatório de atividades previstos no § 2º a seguir.

§ 2º. Deverão ser publicadas na página da internet do Lar, a cada encerramento de exercício fiscal, juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, colocando-as à disposição para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em jornal oficial quando forem exigidas.

Artigo 43. Os membros da Diretoria não respondem pessoalmente, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas em nome do Lar, salvo eventuais prejuízos causados ao próprio Lar ou a terceiros provenientes de ação, omissão voluntária, negligência, imprudência ou dolo e que importarem violação de direito legalmente estabelecido ou disposição prevista neste Estatuto Social, hipóteses em que os responsáveis ficarão obrigados a reparar os danos com as implicações civis e criminais de seus atos.

CAPÍTULO VIII – DO VOLUNTARIADO

Artigo 44. O Lar poderá organizar o trabalho voluntário das pessoas que não fazem parte de seu quadro de funcionários, para o atendimento de suas finalidades institucionais.

§ 1º. O trabalho voluntário será disciplinado no Regimento Interno, devendo o voluntário firmar o competente o "Termo de Voluntariado", na forma da lei.

§ 2º. Os voluntários serão inscritos em livro e/ou listas competentes.

§ 3º. A organização desse trabalho dependerá de orientações do DENOR do Conselho Metropolitano de CMB da SSVP.



26
9

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 45. O Lar está sujeito à contribuição mensal da duocentesima e meia (2,5%) ao Conselho Central de Jacarezinho da SSVP, calculada sobre sua receita bruta, nos termos dos artigos 47 e 49 do Regulamento da SSVP no Brasil.

Artigo 46. O Lar poderá firmar termos de colaboração e/ou de fomento com o Poder Público (União, Estado e Município), desde que os Planos de Trabalho estejam em consonância com a natureza da instituição e com as suas finalidades sociais e estatutárias.

Artigo 47. O Lar também poderá firmar parcerias e cooperações mútuas com órgãos públicos, empresas privadas ou pessoas físicas, desde que estejam em consonância com a natureza da instituição e com as suas finalidades sociais e estatutárias.

§ 1º. Em se tratando de firmar convênios, termos de parceria e ajustes de qualquer natureza com órgãos públicos, a serem elaborados nos termos da legislação em vigor, é necessária a autorização prévia do Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP, após parecer fundamentado de seu DENOR.

§ 2º. O Lar, na qualidade de associação de direito privado, não perderá sua autonomia na administração e realização de seus trabalhos assistenciais como Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) executora e indutora das Políticas Públicas de Proteção Especial à Pessoa Idosa, em função do recebimento de subvenções governamentais oriundas da União, do Estado e do Município.

Artigo 48. O Lar não é mantido pelo Conselho Central de Jacarezinho da SSVP, nem pelo Conselho Metropolitano Cambé da SSVP e nem pelo Conselho Nacional do Brasil da SSVP, tendo cada uma dessas unidades personalidades jurídicas, Diretorias e administrações próprias, Conselhos Fiscais próprios, patrimônio e recursos distintos e escritas contábeis independentes.

Artigo 49. Desde que não contrarie a finalidade principal do Lar e a Regra da SSVP no Brasil, e cumpridas as exigências contidas neste documento, este Estatuto Social poderá ser reformado total ou parcialmente, em qualquer época ou momento.

Parágrafo Único. A proposta de reforma total ou parcial deste Estatuto Social, devidamente fundamentada, somente poderá ser feita por sua Diretoria, pelo Conselho Central de Jacarezinho da SSVP, pelo Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP e/ou pelo Conselho Nacional do Brasil, nos termos do § 3º do artigo 17 deste Estatuto Social.

Artigo 50. O Conselho Metropolitano de Cambé e o Conselho Nacional do Brasil da SSVP, como órgão normativo da atividade vicentina em todo território brasileiro, pode intervir nas Unidades Vicentinas a qualquer tempo, com base em motivos justificados.

§ 1º. O Lar, no desenvolvimento de suas atividades submeter-se-á à orientação e fiscalização do Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP, através de seu DENOR.

§ 2º. Se não houver instalado o DENOR do Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP ou não estiver em funcionamento regular, suas funções poderão ser suscitadas pelo DENOR do Conselho Nacional do Brasil, no interesse da SSVP.



J

U

el

19
th



Artigo 51. O Lar não poderá admitir em hipótese alguma, sob qualquer natureza trabalhista empregados com parentesco de até o 3º grau ou cônjuges de membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Artigo 52. Os casos omissos neste Estatuto Social e no Regimento Interno, bem como sua interpretação, quando não contrariarem a Regra da SSVP no Brasil e/ou dispositivo legalmente estabelecido, serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral e pelo Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP.

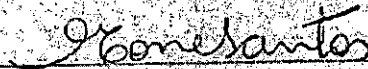
Artigo 53. O presente Estatuto só poderá ser registrado após homologação expressa do Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP, com prévia anuência de seu DENOR.

Artigo 54. O presente Estatuto Social revoga os anteriores ou quaisquer outras disposições contrárias e entrará em vigor na data de seu registro no Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Bandeirantes.

Bandeirantes, 01 de Junho de 2020


Vitor Hugo Frutuoso

Presidente do Lar São Vicente de Paulo
RG nº 1.060.605-SSP/PR
CPF nº 360.763.099-20


Maria Aparecida Correia dos Santos

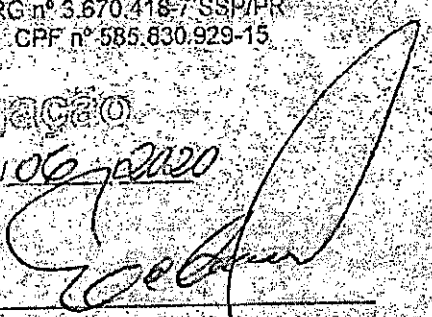
Secretária do Lar São Vicente de Paulo
RG nº 3.670.418-7 SSP/PR
CPF nº 585.830.929-15

Aprovação e homologação

CMC – Conselho Metropolitano de Cambé: 21/06/2020


Hélio Sala

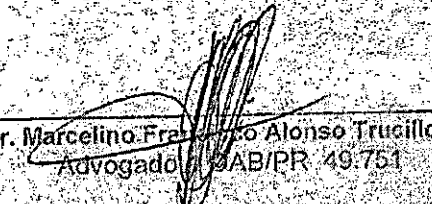
Presidente do Conselho Central de Jacareizinho
RG nº 1.595.186 – SSP/PR
CPF nº 306.785.019-04


Carlos Lodi

Coordenador do DENOR do CMC
RG nº 3.174.322-2 – SSP/PR
CPF nº 469.548.809-49


Edson Carlos Vicentin

Presidente do CMC
RG nº 5.051.083-2/PR
CPF nº 966.815.83991


Dr. Marcelino Francisco Alonso Trucillo
Advogado OAB/PR 49.751

CUSTAS: 300,00 VRC – R\$ 57,90
Funções - R\$ 8,67
Distribuidor + selos - R\$ 9,02
Funções - R\$ 1,17
Fadep - 5% - R\$ 2,89
ISS - 3% - R\$ 1,73



PROTOCOLO Nº 26.674

REGISTRADO SOB O Nº 058

FLS. 280

LIVRO A-14

Bandeirantes, 09/Julho/2020

SILMAR CORDEIRO DE SOUZA
ESCREVENTE SUBSTITUTO



SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO – LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES
Av. Edelina Meneghel Rando, nº 2.525 – Vila São Vicente – CEP: 86.360-000 – Bandeirantes/PR



Responsável pela Iluminação Pública: Município 35424525

Classificação:
B3 Comercial, Serviços, Outras Atividades / Ativ Assi

Tipo de Fornecedor:
Trifásico/125A

DATA DO
FATURAMENTO

Leitura anterior
05/01/2024

Leitura atual
05/02/2024

Nº de dias
31

Próxima Leitura
06/03/2024

Nome: LAR SAO VICENTE DE PAULO DE
BANDEIRANTES
Endereço: Av Edelina Meneghel Rando, 2525
Centro
CEP: 86360-000
Cidade: Bandeirantes - Estado: PR
CNPJ: 76135540/0001-44
I.E. ISENTO

UNIDADE DE CONSUMIDORA
12314676



NOTA FISCAL Nº. 84189835 - SÉRIE 3 / DATA DE EMISSÃO: 06/02/2024
Consulte Chave de Acesso em:
<https://nf3e.fazenda.pr.gov.br/nf3eNF3eConsulta?wsdl>
Chave de Acesso:
4124 0204 3688 9800 0108 6600 3084 1898 3510 1504 2340
Protocolo de Autorização: 141240000339074 - 06/02/2024 às 03:30:09+00:00

REF. MÊS/ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
02/2024	24/02/2024	R\$4.577,70

Item de fatura	Unid.	Quant.	Preço unit (R\$) com tributos	Valor (R\$)	PIS/ COFINS	ICMS	Taxa util. (R\$)
ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	5.659	0,387636	2.193,83	88,87	394,85	0,302140
ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	5.659	0,421288	2.384,07	98,70	429,13	0,326370
TOTAL				4.577,70	186,67	823,98	

Ítem	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
CAS	4.577,70	18%	823,98
COFINS	3.753,72	9%	338,25
PIS	3.753,72	0,9797%	33,02

CONSUMO FATURADO		Nº DIAS FAT.
FEV24	5659	31
JAN24	5444	30
DEZ23	5476	30
NOV23	5583	32
OCT23	5345	30
SET23	4887	29
AGO23	5415	31
JUL23	5053	30
JUN23	5097	31
MAI23	5078	30
ABR23	5195	29
MAR23	4961	31
FEV23	4759	30

Medidor	Consumo	Postos	Leitura	Leitura	Costo	Consumo
0292269704	CONSUMO kWh	TP	31257	36916	1	5659

Reservado ao Fisco

PERÍODO FISCAL 06/02/2024

AE17.C080.85A7.0944.5C70.199A.F25B.B22B

INCLUSO NA FATURA PIS R\$33,02 E COFINS R\$192,65, CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de
energia elétrica, como convênios e opções.
DEBITOS: 01/2024 R\$ 4.420,15
Período Band. Tarif.: Venda: 06/01-05/02

REAVISO DE VENCIMENTO
O débito suscita-se a partir de 03/03/2024. O contrato será encerrado se
mantido 3 meses em corte, além das demais cobranças conforme legislação.
Valores de aplicações acessórias podem ser excluídos. Eventual reaviso anterior
permanece válido. Se pago, desconsidere.
Referência: Valor (R\$) 4.420,15 - Vencimento 24/01/2024
Caso o pagamento já tenha sido efetuado, desconsidere o aviso.



ITAU UNIBANCO S.A. 341-7

34191.09065 70795.802936 85721.670009 7 96360000457770

Local de Pagamento:
PAGAVEL EM QUALQUER AGENCIA BANCARIA

Data do documento:
05/02/2024

Carteira:
109

Espécie:
R\$

DATA VENCIMENTO
24/02/2024

NOME DO BENEFICIÁRIO / CNPJ
COPEL DISTRIBUICAO S.A / 04.368.998/0001-06

Agência / Código Beneficiário
2938/57216-7

Nosso Número
109/06707958-0

Nº Documento
FAT-01-20245801504234.20

UNIDADE CONSUMIDORA
12314676

VALOR DO DOCUMENTO
R\$4.577,70

Pagador: LAR SAO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES

CPF/CNPJ: 76.135.640/0001-44

VALOR COBRADO
R\$4.577,70

Endereço: AV EDELINA MENEGHEL RANDO, 2525 - CENTRO BANDEIRANTES - PR - CEP 86360-000

CPF/CNPJ: 76.135.540/0001-44

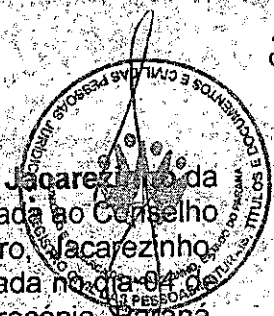
Sacador / Avalista: LAR SAO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES

Ficha de Compensação
Autenticação Mecânica

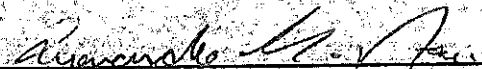
PIX



DANF3E4B (V1.02)



Ata nº 237 da reunião extraordinária da Diretoria do Conselho Central de Jacarezinho da Sociedade de São Vicente de Paulo, fundada em 24 de junho de 1966, vinculada ao Conselho Metropolitano de Cambé, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 01, Centro, Jacarezinho, Paraná, CEP: 86.400-000, inscrito CNPJ sob nº: 77.654.952/0001-53, realizada no dia 04 de janeiro de 2024, na Avenida Nossa Senhora do Rocio, nº 1429, Cornélio Procópio, Paraná, CEP: 86300-000. Ano temático: "A Promoção Passar Pelo Escutar Com Caridade – Assistidos e Vicentinos Contam Suas Histórias". Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo! Para Sempre Seja Louvado! A reunião teve início às 20h, presidida pelo confrade Leonardo Soares do Nascimento, presidente, com as Orações Regulamentares. A seguir, o momento espiritual, com a Leitura da Bíblia, João 1,35-42, lido pelo confrade Leonardo Soares do Nascimento, com comentários dos presentes. **Em seguida o Confrade Leonardo passa a seguinte ordem do dia: nomeação da Comissão Administrativa Provisória no Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes.** O Confrade Leonardo fez uma breve exposição acerca da situação do Asilo, explicou que o processo eleitoral desta Unidade foi devidamente aberto, porém por erros no procedimento eleitoral será necessário realizar nova eleição e considerando que o mandato da atual diretoria vence em 10/01/2024 é preciso nomear uma equipe, nos termos do Artigo 74, IV do Regulamento da SSVp edição 2023 e artigo 50 do Estatuto Social do Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes. Colocado em votação pelo Confrade Leonardo, os diretores **APROVARAM POR UNANIMIDADE** a comissão nomeada da Unidade Vicentina. Em ato contínuo, nomeou-se a nova equipe para de administração do Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes, fundado em 12 de abril de 1959 e inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.135.540/0001-44, localizado na Avenida Edeline Meneghel Rando, nº 2525 – Vila São Vicente – CEP: 86.360-000 – Bandeirantes - PR, a saber: como **Administrador** o confrade GERALDO FONTOLAN, nascido em 13/07/1944, brasileiro, viúvo, aposentado, residente à Rua Benedito José de Andrade, nº 116 – Vila Maria – Bandeirantes – CEP: 86.360-000 – Bandeirantes/PR, portador do RG: 1.031.942 SSP/PR e CPF: 044.463.999-34; como **Secretário** o confrade NATALINO VILAR GARCIA, nascido em 25/12/1949, brasileiro, casado, aposentado, residente à Rua Roberto Von Der Osten, 433, Vila IBC – CEP: 86.360-000 – Bandeirantes/PR, portador do RG sob nº: 1.542.802-3 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 141.074.579-15; como **Tesoureiro**, o confrade VITOR HUGO FRUTUOSO, nascido em 25/09/1952, Brasileiro, Casado, Aposentado, residente à Rua Arthur Conter, 479 – Bandeirantes – CEP: 86.360-000 – Bandeirantes/PR, portador do RG: 1.060.605 SSP/PR e CPF: 360.763.099-20. O período administrativo da equipe nomeada será de 210 (duzentos e dez) dias, iniciando-se no dia 10 de janeiro de 2024 até o dia 07 de agosto de 2024. CABERÁ ao administrador nomeado convocar a nova eleição para cargos de: presidente e conselheiros fiscais; e juntamente com o tesoureiro praticar todos os atos de administração, movimentarem, conjuntamente, contas correntes, assinarem balanços e todos os mais que for necessário para bem administrar o Asilo São Vicente de Paulo de Bandeirantes – Paraná, para o qual são nomeados, enquanto perdurar a administração provisória. A equipe nomeada fica ciente do dever de cumprimento das normativa da SSVp, bem como as decisões emanadas dos Conselhos hierarquicamente superiores: Conselho Metropolitano de Cambé, Conselho Nacional do Brasil e da Confederação Interacional da SSVp e assina o termo de compromisso conforme Artigo nº 69 da Regra da SSVp edição 2023. Sem mais assuntos a serem tratados, foi encerrada a reunião às 21h, com as Orações Finais. E, para tudo constar eu, confrade Vitor Furlaneti, secretário *ad hoc*, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo presidente, Cornélio Procópio, Paraná, 04 de janeiro de 2024.


Leonardo Soares do Nascimento
Presidente do Conselho Central de Jacarezinho


Vitor Furlaneti
Secretário do *ad hoc*

Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas

Registro de Pessoas Jurídicas

Selo nº SFTD1ne86n4az188ya61563

Consulte em

<http://selo.funarpen.com.br/consulta>

PROTOCOLO Nº 0016842

AVERBADO AO REGISTRO Nº 000018800

LIVRO A-042

Emolumentos: R\$27,70(VRC 3,00)

Funrejus: R\$11,07; ISSQN: R\$2,09

FUNDEP: R\$2,09; Selo: R\$5,25

Distribuidor: R\$10,00; Digitalização:

R\$14,11. Total: R\$ 72,91

Jacarezinho (PR), 29 de janeiro de 2024

João Paulo Machado Piratelli
Oficial de Registro Interino



Registro Civil das Pessoas Naturais,
Títulos e Documentos e
Civil das Pessoas Jurídicas
da Comarca de Jacarezinho/PR



Sociedade São Vicente de Paulo
Lar São Vicente de Paulo
Conselho Central de Jacarezinho
Bandeirantes – Pr.

29

8

RELAÇÃO CONTENDO O NOME DOS DIRIGENTES

Declaro para os devidos fins, em nome do Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes, que:

➤ Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública do Município de Bandeirantes; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a". *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail
Geraldo Fontolan - Presidente	RG 1.03.942 SSP/PR CPF 044.463.999-34	Rua Benedito José de Andrade, 116, Vila Maria ; (43) 99811-3569; geraldofontolan1@hotmail.com
Vitor Hugo Frutuoso - Tesoureiro	RG 1.060.605 SSP/PR CPF 360.763.099-20	Rua Arthur Conter, 479, Vila IBC; (43) 99103-8360 vitorhugofru2020@outlook.com
Natalino Vilar Garcia - Secretário	RG 1.542.802-3 SSP/PR CPF 141.074.579-15	Rua Roberto Von Der Osten, 433, Vila IBC; (43) 99963-1255 natalinovilargarcia@gmail.com

➤ Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;



Sociedade São Vicente de Paulo
Lar São Vicente de Paulo
Conselho Central de Jacarezinho
Bandeirantes – Pr.

30
8

➤ Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e decrimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Bandeirantes, 04 de março de 2024.

Geraldo Fontolan
Presidente da Entidade

Responsável pela Ruminacao Publica: Município 35424626

Classificação:
RESIDE/RESIDENCIAL

Tipo de Fornecimento:
BIFASICO / 50A

GERALDO FONTOLAN

R BENEDITO JOSE DE ANDRADE, 116

CEP: 86360000

Cidade: BANDEIRANTES - PR

CPF: 04446989934



PAGUE COM PIX

UNIDADE CONSUMIDORA

12313530

CODIGO DE BARRAS

5000483

AS (1823,10)

REMESSA

AVENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

01/2024

24/01/2024

R\$ 172,94



NOTA FISCAL Nº 79259211 - SERIE 37 DATA EMISSAO: 05/01/2024

Consulte Chave de Acesso em:
<https://nf3e.fazenda.pr.gov.br/nf3e/NF3eConsulta?wsdl>
Chave de acesso:
41240104368898000106660030702692112023455171
Protocolo de Autorizacao: ss +00.00
EMITIDA EM CONTINGENCIA - Pendente de Autorizacao

DATA DE EMISSAO

06/12/2023

05/01/2024

N. Dias

30

Proxima Leitura

05/02/2024

Item da Fatura	Unidade	Quantidade	Preço unit (R\$) com tributos	Valor (R\$)	PIS / COFINS	ICMS	Tarifa unit. (R\$)
(01) CONSUMO	kWh	191	0,389006	74,30	3,29	19,37	0,502140
(02) USO SISTEMA	kWh	191	0,422774	80,76	3,61	14,53	0,326370
(03) CONTILUMIN				17,69			
TOTAL				172,94			

Legenda: (01) ENERGIA ELET CONSUMO | (02) ENERGIA ELET USO SISTEMA | (03) CONTILUMIN PUBLICA MUNICIPIO

CONSUMO FATURADO				Tributo			
			Nº DIAS FAT		Base Calc (R\$)	Aliquota (%)	Valor R\$
DEZ.23	179	30		ICMS	166,00	18,00	27,90
NOV.23	165	32		PIS	127,19	0,65	1,21
OUT.23	166	30		COFINS	127,19	4,36	5,63
SET.23	123	29					
AGO.23	127	32					
JUL.23	113	31					
JUN.23	119	31					
MAL.23	135	30					
ABR.23	149	29					
MAR.23	165	31					
FEV.23	161	30					
JAN.23	163	30					

Reservado ao Fisco

4C38.E99B.BDD5.C3AB.8741.286C.0EA1.E4E0

Medidor	Grandezas	Postos Horarios	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo kWh
0263433912	kWh		30249	30439	1,00	191

REAVISO DE VENCIMENTO

INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 1,21 E COFINS R\$ 5,63, CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
DOE SANGUE. Mais informacoes: 0800 645 4555 ou www.hemepar.pr.gov.br.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores nao relacionados a prestacao do servico de energia eletrica, como convenios e doacoes.
Periodos Band Tarif: Verde: 07/12-05/01

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO DO PARANA
REGISTRO GERAL 1.031.942
NOME GERALDO PONTOLAN
FILIAÇÃO José Pontolan
Angeline Miotto
Bandeirantes-PR 13/JUL/1.944
NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO
CURITIBA-PR 09/MARCO/1.973
VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

32
e
CEDULA DE IDENTIDADE
FOTO
ASSINATURA DO PORTADOR
VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

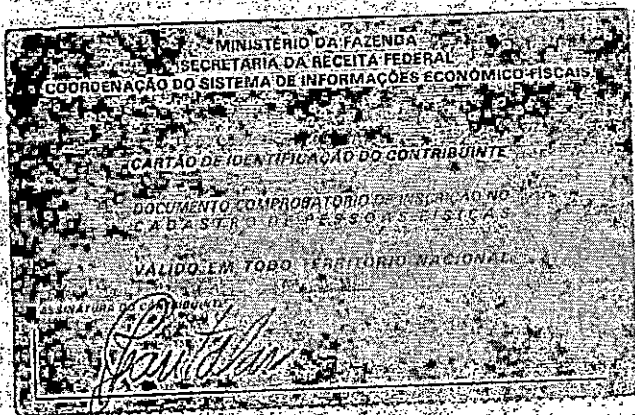
33
9

RECIBO DE PAGAMENTO

NASCIMENTO: 13.07.44
INSCRIÇÃO NO CPF: 1044.463.999-34

CONTRIBUINTE: GERALDO FONTOLAN

[Assinatura]
SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 76.135.540/0001-44 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/01/1976
NOME EMPRESARIAL LAR SAO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 87.11-5-02 - Instituições de longa permanência para idosos				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada				
LOGRADOURO AV EDELINA MENEGHEL RANDO		NÚMERO 2525	COMPLEMENTO *****	
CEP 86.360-000	BAIRRO/DISTRITO VILA SAO VICENTE	MUNICÍPIO BANDEIRANTES	UF PR	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (43) 3542-4536		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/01/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 05/03/2024 às 11:25:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



36
2

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LAR SAO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES
CNPJ: 76.135.540/0001-44

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

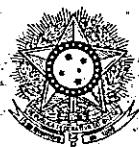
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:08:37 do dia 02/02/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/07/2024.

Código de controle da certidão: **41A1.7F90.5C99.799C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LAR SAO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 76.135.540/0001-44
Certidão n°: 69343140/2023
Expedição: 05/12/2023, às 10:47:07
Validade: 02/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que LAR SAO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 76.135.540/0001-44, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
ASSUNTOS DA FAMÍLIA**

CERTIDÃO LIBERATÓRIA Nº 09/2023

Organização da Sociedade Civil: Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes

Certificamos, para os devidos, que o Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes, inscrita no CNPJ 76.135.540/0001-44, encontra-se em situação regular perante esta Secretaria.

Esta certidão é válida por 6 meses.

Bandeirantes, 04 de Janeiro de 2024.


ANA CAROLINA DE ANDRADE LEITE BISETO

Secretária Municipal de Assistência Social e Assuntos da Família



Sociedade São Vicente de Paulo
Lar São Vicente de Paulo
Conselho Central de Jacarezinho
Bandeirantes – Pr.

39
e

DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, que o Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

➤ Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;

➤ Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

➤ Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme alínea a, inciso XII, art. 9º da Resolução 28/2011 do TCE/PR. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*

➤ Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, **caput**, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;

➤ Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

➤ Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e

➤ Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave



Sociedade São Vicente de Paulo
Lar São Vicente de Paulo
Conselho Central de Jacarezinho
Bandeirantes – Pr.

40
2

e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art.12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Bandeirantes, 04 de março de 2024.

Geraldo Fontolan

Presidente da Entidade



Sociedade São Vicente de Paulo
Lar São Vicente de Paulo
Conselho Central de Jacarezinho
Bandeirantes – Pr.

41
9

DECLARAÇÃO

Geraldo Fontolan, presidente do Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes, CPF 044.463.99934, declaro para os devidos fins e sob penas da lei, que a formalização do Termo de Parceria com o Município de Bandeirantes não contraria o Estatuto da entidade e que a mesma está em dia com as prestações de contas referente a recursos recebidos do Município de Bandeirantes;

Bandeirantes, 04 de março de 2024.

Geraldo Fontolan
Presidente da Entidade

42
e

Ilmo. Sr.
Prefeito
Prefeitura Municipal de Bandeirantes

LAR SAO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES, com sede Avenida Edelina Meneghel Rando, nr 2525, inscrita no CNPJ sob o nº 76.135.540/0001-44 DECLARA à Prefeitura Municipal de Bandeirantes, para fins de não incidência na fonte do IR, da CSLL, da Cofins, e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é entidade sem fins lucrativos de caráter de Assistência Social, a que se refere o art 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos, cumulativamente:

- a) é entidade sem fins lucrativos;
- b) presta serviços para os quais foi instituída e os coloca à disposição do grupo de pessoas a que se destinam;
- c) não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes por serviços prestados;
- d) aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- e) mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- f) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- g) apresenta anualmente a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), quando se encontra na condição de obrigado e em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
- h) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

II - o signatário é representante legal desta entidade, assumindo o compromisso de informar à RFB e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Bandeirantes, 18 de Setembro de 2023.

**VALDIR MARQUES DA
SILVA:54753856968**

Assinatura do Responsável

Assinado de forma digital por

VALDIR MARQUES DA

SILVA:54753856968

Dados: 2023.09.18:13:51:24 -03'00'

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços Contábeis, de um lado o LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES, OBRA UNIDA À SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, com sede na cidade de Bandeirantes, Estado Paraná, à Avenida Edelina Meneghel Rando nº 2525, Vila São Vicente, inscrita no CNPJ sob o nº 76.135.540/0001-44, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu presidente, Sr. VÍTOR HUGO FRUTUOSO, inscrito no CPF nº 360.763.099-20, com mandato até 10/01/2022, vinculado ao Conselho Central de Jacarezinho, conforme estabelecido nas regras da Sociedade São Vicente de Paulo e Estatutos, e de outro lado ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE DOM BOSCO LTDA, situado à Rua Espanha nº 58, salas 404 e 405, Centro Empresarial Espanha, Centro, na cidade de Cambé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu Sócio Administrador e Responsável Técnico, VALDIR MARQUES DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito CPF nº 547.538.569-68, registrado no CRC/PR sob o nº 025547/O, Categoria Técnico em Contabilidade, residente e domiciliado na Rua Carlos Borges nº 96, Vila Operária, Cambé, Estado do Paraná, juntamente com FRANCILER FRANK FERREIRA, Técnico em Contabilidade, inscrito no CRC/PR sob o nº 067646/O e ROSA MARIA DA SILVA BOCELLI, Contadora, inscrita no CRC/PR sob o nº 069928/O doravante CONTRATADO, mediante as cláusulas e condições seguintes, têm justo e contratado que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA. O profissional contratado obriga-se a prestar os seguintes serviços profissionais ao contratante:

I - Os serviços que deverão ser prestados mensalmente serão os seguintes:

1. Serviços contábeis e derivados completos incluindo: Escrituração contábil segundo Normas Brasileiras de Contabilidade específicas para o 3º Setor (NBC T-10.19), elaborada em livros próprios; geração de Balancetes, Balanços; DRE, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, estas quatro últimas quando devidamente solicitadas e exigidas;
2. Toda movimentação dos empregados, autônomos e voluntários da unidade vicentina; tais como folha de pagamento, RPA's, admissão, afastamentos e rescisões, contrato de voluntariado, encargos trabalhistas e fiscais, informações e orientações sobre segurança do trabalho, controles de EPIS e demais obrigações acessórias relativas a este pessoal;
3. Envio de declarações e cumprimento de obrigações acessórias próprias aos órgãos específicos; Certidões negativas federais, estaduais e municipais, previdenciárias e trabalhistas; Cadastro atualizado no CAGED/PR para fins de celebração de convênios com o Estado do Paraná; relatórios específicos quando requisitados, uso de Plano de Contas padronizado e sugerido pelo CMC, dentre outras obrigações de natureza contábil;
4. Prestação de Contas de Convênios, Termos de Fomentos e Termos de Colaboração;
5. Requerimento e Manutenção da Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS);
6. Adequação e correção das informações contábeis necessárias;
7. Consultoria e Assessoria Contábil no relacionamento junto aos Órgãos de Controle, tais como Ministério Público, Tribunais de Contas, etc. se exigidos pelos mesmos.
8. Uma visita bimestral em cada Unidade Vicentina/ Obra Unida, ocasião em que deverão ser recolhidos os documentos contábeis originais, e repassadas informações necessárias para adequação dos procedimentos contábeis. A cada visita deverá ser apresentado Relatório de Visita com visto do responsável pela Instituição, comprovando a visita. A visita deverá ser realizada por Contador e/ou Técnico de Contabilidade vinculado a empresa prestadora de serviços.
9. Oferecer treinamento e capacitação para as novas diretorias de cada Unidade Vicentina/ Obra Unida ou quando se julgar necessário.

10. Outras que se façam necessárias.

II - Condições para prestação de serviços:

A) Por força da hierarquia anteriormente esclarecida, caberá ao Conselho Metropolitano de Cambé da SSVP:

1. Gerenciar e traçar as diretrizes para prestação dos serviços;
2. Fiscalizar a Prestação de Serviços;
3. Indicar Comissão de Acompanhamento, a ele vinculado, que ficará responsável pela Fiscalização, Gerenciamento, Controle do Projeto, inclusive possuindo total acesso às informações sob guarda da Contabilidade;
4. Determinar ao Contratante a rescisão do contrato com o prestador de serviços, quando lhe convier, independente da vontade do Contratante;

B) Caberá à Obra Unida ou Conselho Central da SSVP (Entidade/ Lar/ Asilo):

1. Fornecer as informações e documentos necessários para a contabilidade;
2. Realizar o pagamento mensal da prestação de serviços;
3. Realizar os ajustes e procedimento indicados pelo prestador de serviços;
4. Aceitar as diretrizes traçadas pelo Conselho Metropolitano;
5. Designar funcionário responsável pelo contato direto com o prestador de serviços;
6. Encaminhar os documentos contábeis conforme os prazos pré-fixados;
7. Aceitar a rescisão do contrato de prestação de serviços conforme determinado pelo Conselho Metropolitano.

C) Caberá ao prestador de serviços responsável pela Contabilidade:

1. Manter escritório com atendimento presencial, de segundas às sextas-feiras, no município sede do Conselho Metropolitano de Cambé;
2. Executar os serviços descritos no item II do presente termo de referência;
3. Realizar 01 (uma) visita bimestral em cada Unidade Vicentina/Obra Unida;
4. Dar total acesso das informações contábeis ao Conselho Metropolitano de Cambé e a Comissão de Acompanhamento por ele indicada;
5. Aceitar as diretrizes, fiscalização e controle a ser exercido pelo Conselho Metropolitano de Cambé e pela Comissão de Acompanhamento por ele indicada;
6. Repassar as informações solicitadas pelo Conselho Metropolitano de Cambé e pela Comissão de Acompanhamento por ele indicada;
7. Realizar reuniões semestrais ou quando forem necessárias com o Conselho Metropolitano de Cambé ou com a Comissão de Acompanhamento por ele indicada;
8. Demais obrigações a ser estipuladas posteriormente pelas partes.

CLÁUDULA SEGUNDA. O contratado assume inteira responsabilidade pelos serviços técnicos a que se obrigou, assim como pelas orientações que prestar.

CLÁUSULA TERCEIRA. O contratante se obriga a preparar, mensalmente, toda a documentação fisco-contábil e de pessoal, que deverá ser disponibilizada ao contratado em tempo hábil, conforme cronograma pactuado entre as partes, a fim de que possa executar seus serviços na conformidade com o citado neste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Responsabilizar-se-á o contratado por todos os documentos a ele entregues pelo contratante, enquanto permanecerem sob sua guarda para a consecução dos serviços pactuados, salvo comprovados casos fortuitos e motivos de força maior.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O Contratante tem ciência da Lei 9.613/98, alterada pela Lei 12.683/2012, especificamente no que trata da lavagem de dinheiro, regulamentada pela Resolução CFC n.º 1.445/13 do Conselho Federal de Contabilidade.

CLÁUSULA QUARTA. O contratante se obriga, antes do encerramento do exercício social, a fornecer ao contratado a Carta de Responsabilidade da Administração.

CLÁUSULA QUINTA. As orientações dadas pelo contratado deverão ser seguidas pela contratante, eximindo-se o primeiro das consequências da não observância do seu cumprimento.

CLÁUSULA SEXTA. O contratado se obriga a entregar ao contratante, mediante protocolo, com tempo hábil, os balancetes, o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações contábeis, documentos necessários para que este efetue os devidos pagamentos e recolhimentos obrigatórios, bem como comprovante de entrega das obrigações acessórias.

PARÁGRAFO ÚNICO. As multas decorrentes da entrega fora do prazo contratado das obrigações previstas no caput deste artigo, ou que forem decorrentes da imperfeição ou inexecução dos serviços por parte do contratado, serão de sua responsabilidade.

CLÁUSULA SÉTIMA. O Contratante pagará ao Contratado pelos serviços prestados os honorários mensais de R\$1.000,00 (um mil reais), que será cobrado em boleto bancário com vencimento sempre para o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao serviço prestado, juntamente com a nota fiscal eletrônica dos serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os honorários serão reajustados anualmente de acordo com a variação do IGP-M verificado no ano anterior, sempre em comum acordo entre as partes ou quando houver aumento dos serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA. Todos os serviços extraordinários não contratados que forem necessários ou solicitados pelo Contratante serão cobrados à parte, com preços previamente convenccionados.

CLÁUSULA NONA. No caso de atraso no pagamento dos honorários, incidirá multa de 2% (dois por cento) mais juros de 1% ao mês, contado a partir do mês seguinte ao vencido. Persistindo o atraso, por período de 3 (três) meses, o Contratado poderá rescindir o contrato, por motivo justificado, eximindo-se de qualquer responsabilidade a partir da data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA. Este instrumento é feito por tempo indeterminado, iniciando-se em 01/01/2021, podendo ser rescindido em qualquer época, por qualquer uma das partes, mediante Aviso Prévio de 30 (trinta) dias, por escrito. O Contratante somente poderá rescindir o presente contrato com anuência ou autorização expressa do Conselho Metropolitano de Cambé.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A parte que não comunicar por escrito a intenção de rescindir o contrato ou efetuar a de forma sumária fica obrigada ao pagamento de multa compensatória no valor de uma parcela mensal dos honorários vigentes à época.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O rompimento do vínculo contratual obriga as partes à celebração de distrato com a especificação da cessação das responsabilidades dos contratantes.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O contratado obriga-se a entregar os documentos, Livros Contábeis e Fiscais e/ou arquivos eletrônicos ao contratante ou a outro profissional da Contabilidade por ele indicado, após a assinatura do distrato entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo.

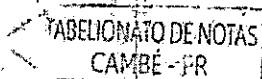
As partes elegem o foro da comarca de Cambé para dirimirem quaisquer dúvidas sobre este instrumento de contratual.

E, para firmeza e como prova de assim haverem contratado, firmam este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

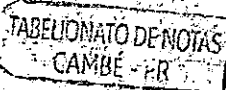
Cambé-PR, 01 de março de 2021.



[Signature]
ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE DOM BOSCO LTDA – CONTRATADO
Franciler Frank Ferreira – Técnico em Contabilidade



[Signature]
ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE DOM BOSCO LTDA – CONTRATADO
Rosa Maria da Silva Bocelli – Contadora



[Signature]
ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE DOM BOSCO LTDA – CONTRATADO
Valdir Marques da Silva – Técnico em Contabilidade



[Signature]
CONSELHO METROPOLITANO DE CAMBÉ DA SSVP – CONTRATANTE
Edson Carlos Vicentin – Presidente

LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES – CONTRATANTE
Vitor Hugo Frutuoso – Presidente

[Signature]

TESTEMUNHAS:

1- _____
Nome: _____
CPF: _____
RG: _____

2- _____
Nome: _____
CPF: _____
RG: _____

45
e

TABELIONATO DE NOTAS E 1º TABELIONATO DE PROTESTO
Bruno Cesar de Oliveira Machado - Tabelião Designado
Rua França, 30 - Centro - CEP: 85181-040 - Cambé - PR - Fone: (43) 3154-3263
E-mail: notas@tabelionatocambe.com.br
Site: 01814-RSV-40000000514421A

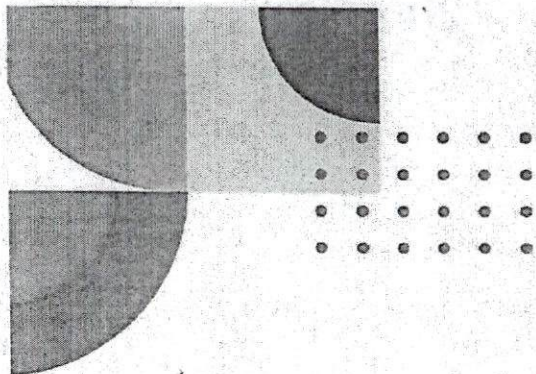
Consulte esse selo em <http://horus.funarpen.com.br/consulta>
Reconheço por semelhança a assinatura de
FRANCILER FRANK FERREIRA ROSA MARIA DA SILVA BOCELLI
Id. 0009 Emol: R\$9,44 (VRC: 21,73) Funrejus: R\$2,36 Selo: R\$1,80 FUNDEP: R\$0,48 ISSQN: R\$0,18 Total: R\$14,26
Cambé-PR, 25 de Junho de 2021, 15:14:08h
Em Teste da Verdade
Sebastião Aparecido Barbosa
(Escrivente Autorizado)



TABELIONATO DE NOTAS E 1º TABELIONATO DE PROTESTO
Bruno Cesar de Oliveira Machado - Tabelião Designado
Rua França, 30 - Centro - CEP: 85181-040 - Cambé - PR - Fone: (43) 3154-3263
E-mail: notas@tabelionatocambe.com.br
Site: 01814-RSV-40000000514421A

Consulte esse selo em <http://horus.funarpen.com.br/consulta>
Reconheço por semelhança a assinatura de
VALDIR MARQUES DA SILVA e JOSON CARLOS VICENTIN Dou Id. 0000
Emol: R\$9,44 (VRC: 21,73) Funrejus: R\$2,36 Selo: R\$1,80 FUNDEP: R\$0,48
ISSQN: R\$0,18 Total: R\$14,26
Cambé-PR, 25 de Junho de 2021, 15:14:25h
Em Teste da Verdade
Sebastião Aparecido Barbosa
(Escrivente Autorizado)



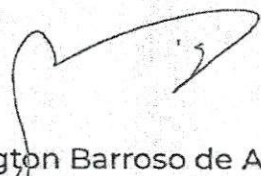


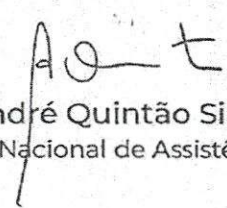
CERTIFICAÇÃO CEBAS ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome através da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) tem a honra de conceder a Certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social - CEBAS à Entidade _____

LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES

CNPJ n.º 76.135.540/0001-44, para o período de 26/06/2021 até 31/12/2025, conforme publicação da Portaria n.º 49/2022, no Diário Oficial da União de 25/05/2022, referente ao Processo n.º 235874.0026016/2020, tendo em vista o preenchimento dos requisitos previstos na Lei 12.101/2009 e Decreto n.º 8.242/2014.


José Wellington Barroso de Araújo Dias
Ministro do Ministério do Desenvolvimento e
Assistência Social, Família e Combate à Fome


André Quintão Silva
Secretário Nacional de Assistência Social

* Este certificado não substitui a publicação no DOU.



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



46
97



Sociedade São Vicente de Paulo
Lar São Vicente de Paulo
Conselho Central de Jacarezinho
Bandeirantes – Pr.

47
8

ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

Atesto, para os devidos fins, que a entidade Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes, com sede Avenida Edelina Meneghel Rando, 2525, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 76.135.540/0001-44, está em pleno e regular funcionamento há mais de 64 anos neste Município de Bandeirantes.

Bandeirantes, 04 de março de 2024.

Geraldo Fontolan

Presidente da Entidade



Sociedade São Vicente de Paulo
Lar São Vicente de Paulo
Conselho Central de Jacarezinho
Bandeirantes – Pr.

48
2

DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, que o Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes:

➤ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

Bandeirantes, 04 de março de 2024.

Geraldo Fontolan
Presidente da Entidade



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Bandeirantes - Paraná

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que o Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes, C.N.P.J. 76.135.540/0001-44, está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social sob nº 02 e encontra-se em pleno funcionamento. A entidade executa o seguinte serviço: Instituição de Longa Permanência para Idosos.

OBS: Válido por 12 meses.

Bandeirantes, 23 de janeiro de 2024.

Cirla Socorro Justo dos Santos
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
Bandeirantes/PR



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

Bandeirantes - Paraná

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que o Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes (Instituição de Longa Permanência para Idosos), C.N.P.J. 76.135.540/0001-44, está inscrita no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso sob nº 01 e encontra-se em pleno funcionamento.

OBS: Válido por 12 meses.

Bandeirantes, 04 de janeiro de 2024.

Flávia Aline Ferraz

Secretária Executiva do C.M.D.I.

LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES

Inscrição CNPJ nº 76.135.540/0001-44 – Utilidade Pública Municipal Decr. 542/1962 – Utilidade Pública Estadual Lei 12878 de 30/06/2000 – Utilidade Pública Federal Lei 91108 de 12/03/1985 Personalidade Jurídica, 26 de 12/09/59 – Ser. Trabalho Assistência Social, 122 de 30/07/1964 Conselho Nacional de Assistência Social, 61138 de 30/07/1964 – Registro e Cadastro da Secr. de Estado da Criança e da Família nº 0197/00 – Carta de Instituição do Conselho Geral de 16/05/1977 Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos – Resolução nº 236 de 09/09/1999

Av. Edelina M. Rando, 2525 – Telefone (043) 3542-4536 – BANDEIRANTES – PR – CEP 86.360-000.

DECLARAÇÃO

Eu, **Geraldo Fontolan**, portador do RG nº **1.031.942**, Presidente do **LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES, CNPJ 76.135.540/0001-44**, declaro, para os devidos fins acerca da celebração de Convênio com a Prefeitura Municipal de Bandeirantes:

I – que não irei remunerar, com os recursos recebidos, pessoal da Diretoria desta Entidade e, não os irei contratar para a execução do objeto do Convênio, bem como não irei contratar servidor público de qualquer esfera governamental para execução do objeto do Convênio;

II – que os bens e direitos desta Entidade não constituem patrimônio de indivíduos;

III – que me responsabilizo pelo recebimento, pela aplicação e pela prestação de contas do recurso recebido;

IV – que esta Entidade não possui dívida com o Poder Público, bem como não possui inscrição nos bancos de dados públicos e privados de proteção ao crédito;

V – que nem eu, nem a Entidade e nem seus Dirigentes somos réus em ação civil pública ou outras ações alusivas a desvio de recursos públicos ou qualquer ação que envolva denúncia de irregularidade ou desvio de dinheiro;

VI – que nem eu e nem os demais integrantes da Diretoria desta Entidade somos Servidores Públicos ou Dirigentes do órgão ou Entidade contratante ou responsável por esta Licitação ou Convênio.

Sendo esta expressão da verdade, firmo o presente.

Bandeirantes, 19 de janeiro de 2024.



Geraldo Fontolan



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

LAR SAO VICENTE DE PAULO CNPJ: 76135540000144

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWR0S8MZQBWELWF1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
<https://www.bandeirantes.pr.gov.br>

Bandeirantes (PR), 18 de Abril de 2024



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

53

2

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 033317467-90

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **76.135.540/0001-44**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 16/08/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

54
e**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF**

Inscrição: 76.135.540/0001-44
Razão Social: LAR SAO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES
Endereço: AV EDELINA M RANDO 2525 / VILA SAO VICENTE / BANDEIRANTES / PR / 86360-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

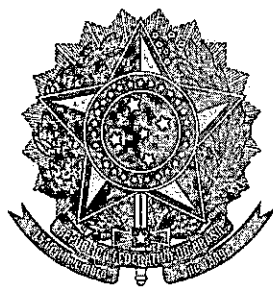
Validade: 15/04/2024 a 14/05/2024

Certificação Número: 2024041519443918005746

Informação obtida em 18/04/2024 16:01:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**





CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: LAR SAO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES

CPF/CNPJ: 76.135.540/0001-44

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:02:15 do dia 18/04/2024 , com validade até o dia 18/05/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: FUGzl5Ykw6XLzEYRHadM

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certidão Liberatória

LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES

CNPJ Nº: 76.135.540/0001-44

FINALIDADE DA CERTIDÃO: RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE ARCEIRA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE

É CERTIFICADO, NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

VALIDADE: CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ O DIA 24/06/2024, MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM WWW.TCE.PR.GOV.BR.

CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2012.



Tribunal de Contas do Estado do
Paraná

Código de controle 8268.OICY.4828
Emitida em 25/04/2024 às 16:46:12

Dados transmitidos de forma segura.

57
e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

DIVISÃO DA RECEITA

Exercício 2024	ALVARÁ DE LICENÇA	Nº de Inscrição 32849	Nº do Alvará 3262
-------------------	-------------------	-----------------------------	----------------------

licença a: A Prefeitura Municipal de Bandeirantes, na forma da Lei, concede

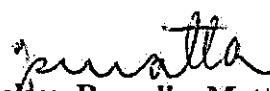
Razão Social: LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES
Nome Fantasia: LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES
CNPJ/CPF: 76.135.540/0001-44
Endereço: Avenida Edelina Meneghel Rando Nº2525
Bairro: Vila São Vicente
Atividade Principal: Instituições De Longa Permanência Para Idosos

ALVARÁ PROVISÓRIO

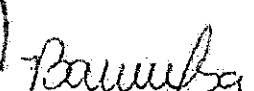
Este documento tem validade até 24/07/2024, sendo obrigação do contribuinte a baixa, conforme art. 17 do Código Tributário Municipal, que informa:

"Art. 17 - O contribuinte deverá comunicar, através de protocolo, o encerramento ou suspensão de suas atividades, no prazo máximo de 60 dias contados da data em que emitir o último documento fiscal que comprova sua atividade. Parágrafo único - no prazo estabelecido deverá apresentar à fiscalização todos os documentos fiscais relativamente aos exercícios que permitam verificar a ocorrência de fatos jurídicos tributários para lançamento por ofício (prazo de decadência)".

Bandeirantes, 06 de fevereiro de 2024.


Jackson Ramalho Matta
Prefeito Municipal




Jaqueline Jislaine Barbosa
Diretora De Fiscalização E
Tributação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

58
e

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

PARECER TÉCNICO Nº 07/2024

Órgão Técnico: Secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família

Referência: Processo Administrativo ____/2024

Objeto: Análise de Plano de Trabalho – Inexigibilidade de Licitação – Recurso Emenda Parlamentar (Entidade Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes) – R\$ 100.000,00

APRESENTAÇÃO

Refere-se a parecer técnico emitido com fundamento no art. 35, inciso V da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para fins de análise técnica acerca da manifestação de interesse da Organização da Sociedade Civil Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes, para celebração de Termo de Colaboração e/ou Termo de Fomento, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco com transferência de recursos financeiros, oriundos de Emenda Parlamentar, no valor de R\$ 100.000,00.

O título do Plano de Trabalho é: Vida de Luz – aporte de sistema solar fotovoltaico. O objeto do Plano é a aquisição de um sistema solar fotovoltaico.

Do mérito da Proposta

Considerando o objeto proposto tratar-se da manutenção e melhorias no atendimento e execução da Política Pública de Assistência Social de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas, na modalidade Abrigo Institucional, para pessoas idosas, em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Considerando que este tipo de oferta/serviço, é executado apenas pelo Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes no município.

Considerando que o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Serviço de Serviço de Acolhimento Institucional é um serviço de execução obrigatória pelos municípios, seja por execução direta, seja por parcerias com OSCs, seguindo normativas e parâmetros já estabelecidos acerca de quantidade de colaboradores, equipe técnica, acerca de estrutura física, e de documentação.

Neste caso, como a política pública em questão já tem parâmetros consolidados, entende-se que a modalidade de parceria adotada deverá ser o Termo de Colaboração, "instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela

g

1978-1979 1979-1980 1980-1981 1981-1982 1982-1983 1983-1984 1984-1985 1985-1986 1986-1987 1987-1988 1988-1989 1989-1990 1990-1991 1991-1992 1992-1993 1993-1994 1994-1995 1995-1996 1996-1997 1997-1998 1998-1999 1999-2000 2000-2001 2001-2002 2002-2003 2003-2004 2004-2005 2005-2006 2006-2007 2007-2008 2008-2009 2009-2010 2010-2011 2011-2012 2012-2013 2013-2014 2014-2015 2015-2016 2016-2017 2017-2018 2018-2019 2019-2020 2020-2021 2021-2022 2022-2023 2023-2024 2024-2025 2025-2026 2026-2027 2027-2028 2028-2029 2029-2030 2030-2031 2031-2032 2032-2033 2033-2034 2034-2035 2035-2036 2036-2037 2037-2038 2038-2039 2039-2040 2040-2041 2041-2042 2042-2043 2043-2044 2044-2045 2045-2046 2046-2047 2047-2048 2048-2049 2049-2050 2050-2051 2051-2052 2052-2053 2053-2054 2054-2055 2055-2056 2056-2057 2057-2058 2058-2059 2059-2060 2060-2061 2061-2062 2062-2063 2063-2064 2064-2065 2065-2066 2066-2067 2067-2068 2068-2069 2069-2070 2070-2071 2071-2072 2072-2073 2073-2074 2074-2075 2075-2076 2076-2077 2077-2078 2078-2079 2079-2080 2080-2081 2081-2082 2082-2083 2083-2084 2084-2085 2085-2086 2086-2087 2087-2088 2088-2089 2089-2090 2090-2091 2091-2092 2092-2093 2093-2094 2094-2095 2095-2096 2096-2097 2097-2098 2098-2099 2099-2100 2100-2101 2101-2102 2102-2103 2103-2104 2104-2105 2105-2106 2106-2107 2107-2108 2108-2109 2109-2110 2110-2111 2111-2112 2112-2113 2113-2114 2114-2115 2115-2116 2116-2117 2117-2118 2118-2119 2119-2120 2120-2121 2121-2122 2122-2123 2123-2124 2124-2125 2125-2126 2126-2127 2127-2128 2128-2129 2129-2130 2130-2131 2131-2132 2132-2133 2133-2134 2134-2135 2135-2136 2136-2137 2137-2138 2138-2139 2139-2140 2140-2141 2141-2142 2142-2143 2143-2144 2144-2145 2145-2146 2146-2147 2147-2148 2148-2149 2149-2150 2150-2151 2151-2152 2152-2153 2153-2154 2154-2155 2155-2156 2156-2157 2157-2158 2158-2159 2159-2160 2160-2161 2161-2162 2162-2163 2163-2164 2164-2165 2165-2166 2166-2167 2167-2168 2168-2169 2169-2170 2170-2171 2171-2172 2172-2173 2173-2174 2174-2175 2175-2176 2176-2177 2177-2178 2178-2179 2179-2180 2180-2181 2181-2182 2182-2183 2183-2184 2184-2185 2185-2186 2186-2187 2187-2188 2188-2189 2189-2190 2190-2191 2191-2192 2192-2193 2193-2194 2194-2195 2195-2196 2196-2197 2197-2198 2198-2199 2199-2200 2200-2201 2201-2202 2202-2203 2203-2204 2204-2205 2205-2206 2206-2207 2207-2208 2208-2209 2209-2210 2210-2211 2211-2212 2212-2213 2213-2214 2214-2215 2215-2216 2216-2217 2217-2218 2218-2219 2219-2220 2220-2221 2221-2222 2222-2223 2223-2224 2224-2225 2225-2226 2226-2227 2227-2228 2228-2229 2229-2230 2230-2231 2231-2232 2232-2233 2233-2234 2234-2235 2235-2236 2236-2237 2237-2238 2238-2239 2239-2240 2240-2241 2241-2242 2242-2243 2243-2244 2244-2245 2245-2246 2246-2247 2247-2248 2248-2249 2249-2250 2250-2251 2251-2252 2252-2253 2253-2254 2254-2255 2255-2256 2256-2257 2257-2258 2258-2259 2259-2260 2260-2261 2261-2262 2262-2263 2263-2264 2264-2265 2265-2266 2266-2267 2267-2268 2268-2269 22

1. The first step in the process of the development of a new product is the identification of a market need.	2. The second step is the selection of a product concept that meets the market need.
3. The third step is the development of a product prototype.	4. The fourth step is the testing of the product prototype.
5. The fifth step is the production of the final product.	6. The sixth step is the distribution of the final product.
7. The seventh step is the evaluation of the product's performance.	8. The eighth step is the improvement of the product's performance.
9. The ninth step is the marketing of the product.	10. The tenth step is the sales of the product.

1. The first part of the report is a general introduction to the project, outlining the objectives and scope of the study.	2. The second part of the report is a detailed description of the methodology used in the study, including the data collection methods and the statistical analysis techniques.
3. The third part of the report is a discussion of the results of the study, comparing the findings with the objectives and the literature.	4. The fourth part of the report is a conclusion, summarizing the main findings and providing recommendations for future research.
5. The fifth part of the report is a list of references, citing the sources used in the study.	6. The sixth part of the report is an appendix, containing additional information that supports the main findings of the study.

[illegible]



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

administração pública que envolvam transferência de recursos financeiros (Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13204/2015, Art. 2º, VII)".

O Plano de Trabalho apresentado pela entidade foi analisado pela equipe técnica do Órgão Gestor, e atende ao princípio da supremacia do interesse público, estando contido nas diretrizes das atividades de interesse social, que deverão ser atendidas pelo poder público municipal ou por Organizações da Sociedade Civil organizada, podendo ser considerado aprovado.

Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista na Lei

A Lei nº 8.742/1993, define que a Assistência Social enquanto Política Pública a ser realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.

O Acolhimento Institucional deve ser provisório e excepcional, destinado a pessoas idosas, inclusive com deficiência, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. A organização do serviço deve garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

O atendimento prestado deve favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência devem ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis.

Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

As unidades não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem dos idosos atendidos. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa).

Considerando a relevância da atividade proposta, e a larga experiência da entidade na realização deste serviço com crianças e adolescentes há 35 anos, bem como o vínculo existente entre a instituição e o público atendido, compreende-se que o objeto proposto, qual seja, a parceria entre a Organização da Sociedade Civil e a administração Pública, caracteriza reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista na Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

60
2

Da viabilidade de sua execução

Em análise do Plano de Trabalho, foi observada compatibilidade com a Resolução CNAS nº109/2009, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a qual estabelece bases de padronização nacional dos serviços e equipamentos do SUAS, sendo o objeto proposto referente a prestação do Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas, na modalidade Abrigo Institucional, para pessoas idosas.

O Plano de Trabalho vai ao encontro do objeto da parceria, e em análise da documentação apresentada pelo proponente, observou-se a compatibilidade no que se refere a:

- Descrição da realidade, fazendo nexos entre ela e as atividades e metas a serem atingidas;
- Descrição de metas a serem atingidas com a aquisição e aplicação dos recursos;
- Forma de execução das atividades e das metas a serem atingidas;
- Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- Previsão de receitas e despesas a serem realizadas na execução dos objetivos.

Portanto, demonstrou-se a viabilidade para execução da proposta apresentada.

Da verificação do cronograma de desembolso

Em análise do Cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, consta que será realizado em parcela única, para execução do objeto pelo período de 12 meses, a partir da data do recebimento.

Portanto, houve coerência e foi observada compatibilidade entre os valores das metas para o período com o desembolso programado.

Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos

A fiscalização e monitoramento da execução da parceria será realizada pelo Gestor da Parceria, semestralmente

Os meios disponíveis a serem utilizados serão:

- visitas in loco, pelo fiscal técnico e pelo Gestor da Parceria
- análise de Relatório de Atividade, composto de imagens das ações realizadas
- assessoria técnica por telefone, e-mail ou WhatsApp

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

61
e

Da designação do gestor da parceria

Em conformidade com o Art. 2º, VI da Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015 o gestor da parceria é o agente público responsável pela gestão de parceria, com poderes de controle e fiscalização, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, o que foi feito através da Portaria 14.159/2023.

Fica designada como Gestora da Parceria, Ana Carolina de Andrade Leite Bisetto, Secretária Municipal de Assistência Social e Assuntos da Família.

Fica designada como Fiscal das parcerias a psicóloga Flávia Aline Ferraz, através da Portaria nº 1.723/2023 de 20 de fevereiro de 2024.

Da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria

Em conformidade com o Art. 2º, XI da Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015 a Comissão de Monitoramento e Avaliação é o órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento e deve ser constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, o que foi feito através do Decreto nº 3.678/2024.

No que se refere aos documentos que comprovam o atendimento aos requisitos para celebração do Termo de Colaboração, em conformidade com os Art. 34 da Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015, a proponente apresentou:

- Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista;
- Cópia do estatuto registrado e eventuais alterações;
- Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles;
- Comprovante de funcionamento no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação;

No que se refere ao atendimento às situações de impedimento previstas no Art. 39 da Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015, a proponente apresentou declaração firmada por seu representante legal de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento.

The following is a summary of the results of the experiments conducted during the past year. The work was carried out in the laboratory of Professor [Name], and the results are presented in the form of a report to the Department of Chemistry. The experiments were designed to investigate the properties of [Subject], and the results show that [Findings]. The work was supported by the National Science Foundation, and the results are being published in the Journal of [Publication].

The results of the experiments are summarized in the following table. The table shows the values of [Parameter] for [Condition] and [Condition]. The values are given in [Units], and the error is [Error]. The results show that [Findings].

The following is a summary of the results of the experiments conducted during the past year. The work was carried out in the laboratory of Professor [Name], and the results are presented in the form of a report to the Department of Chemistry. The experiments were designed to investigate the properties of [Subject], and the results show that [Findings].

The results of the experiments are summarized in the following table. The table shows the values of [Parameter] for [Condition] and [Condition]. The values are given in [Units], and the error is [Error]. The results show that [Findings].

The following is a summary of the results of the experiments conducted during the past year. The work was carried out in the laboratory of Professor [Name], and the results are presented in the form of a report to the Department of Chemistry. The experiments were designed to investigate the properties of [Subject], and the results show that [Findings].

The results of the experiments are summarized in the following table. The table shows the values of [Parameter] for [Condition] and [Condition]. The values are given in [Units], and the error is [Error]. The results show that [Findings].



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS
DA FAMÍLIA

CONCLUSÃO

Considerando os documentos apresentados, mediante análise, conclui-se pela possibilidade de celebração da parceria entre o Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes e a Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

Concluimos que a execução da proposta é viável, os valores estão compatíveis com ao de mercado e o cronograma previsto é oportuno e permite uma fiscalização factual. Sendo assim, o **parecer técnico é favorável** a formalização da parceria.

Bandeirantes, 25 de Abril de 2024.

Ana Carolina de Andrade Leite Bisetto
Secretária Municipal de Assistência Social e Assuntos da Família

Ana Carolina de Andrade
Leite Bisetto

Portaria nº 14.159/2023
Secretária de Assistência Social
e Assuntos da Família

Flávia Aline Ferraz
Psicóloga – Órgão Gestor

HOMOLOGAÇÃO DE PARECER TÉCNICO:

O Prefeito Municipal de Bandeirantes/PR, RESOLVE:

(X) HOMOLOGAR O PARECER TÉCNICO
() NÃO HOMOLOGA O PARECER TÉCNICO

Assinatura

Juarez Ramalho Matta
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
Estado do Paraná

63

Bandeirantes, 18 de abril de 2024.

Ilma. Sra.

CLAUDIA JANZ DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Encaminho-lhe para que direcione ao setor competente, documentação necessária para formalizar processo para: **TERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024**, conforme documentação em anexo.

Atenciosamente,

ALEXANDRA BEZERRA LOPES
Diretora da Divisão de Compras



64
2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Estado do Paraná

Bandeirantes, 18 de abril de 2024.

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para instauração de procedimento para: **TERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024**, conforme documentos em anexo.

Esperando contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,



CLAUDIA JANZ DA SILVA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.

JAELSON RAMALHO MATTA

Prefeito Municipal

Bandeirantes – Paraná



65
2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Estado do Paraná

Bandeirantes, 18 de abril de 2024.

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: TERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024, conforme documentos em anexo.

Encaminha-se a:

1. *Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;*
2. *Comissão de Seleção, para providencias cabíveis ao caso;*
3. *Assessoria Jurídica para parecer;*
4. *Devolva-se para a Comissão de Seleção para sequência do processo.*



JAELSON RAMALHO MATTÁ
PREFEITO MUNICIPAL



66
0

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Assessoria Juridica

Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

L E I nº 4.423/2024

Data: 17 de abril de 2024

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), repasse referente a Emenda Parlamentar destinada a Assistência Social - Assistência ao Idoso - Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes. Programa nº 09032023.

09- SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

09.001 - Departamento de Programas Sociais

08.244.0809-2.064 - Subvenções Sociais

0278.5017.12.99.00.00.2.706.3110.3.3.50.43.00.00 Subvenções Sociais.....100.000,00

Total.....100.000,00

Art. 2º - Para produzir recurso aos créditos acima, será utilizado o superávit do exercício anterior da FR 5017- R\$ 100.000,00.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 17 de abril de 2024.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

1944-1945

1944-1945

1944-1945



1944-1945

1944-1945

1944-1945

1944-1945

1944-1945

1944-1945

1944-1945

1944-1945

1944-1945

1944-1945

1944-1945

1944-1945

1944-1945



Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Departamento de Contabilidade

Decreto Contábil



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

DECRETO nº 2.559/2024

JAEISON RAMALHO MATTÁ, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no corrente exercício, com base na Lei nº 4.423/2024, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), repasse referente a Emenda Parlamentar destinada a Assistência Social - Assistência ao Idoso - Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes. Programa nº 09032023.

09- SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

09.001 - Departamento de Programas Sociais

08.244.0809-2.064 - Subvenções Sociais

0278 5017 12.99.00.00.2.706.3110 3.3.50.43.00.00 Subvenções Sociais.....100.000,00

Total.....100.000,00

Art. 2º - Para produzir recurso aos créditos acima, será utilizado o superávit do exercício anterior da FR 5017- R\$ 100.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 17 de abril de 2024.

Jaelson Ramalho Matta

Prefeito Municipal

[illegible]

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*) is the primary photosynthetic pigment in most plants and algae. It is responsible for capturing light energy and converting it into chemical energy through the process of photosynthesis. Chl *a* is a green pigment and is found in the chloroplasts of plant cells.

2. *Chlorophyll b* (Chl *b*) is an accessory pigment that works in conjunction with Chl *a* to capture light energy. It is a yellow-green pigment and is found in the chloroplasts of plant cells. Chl *b* helps to broaden the range of light wavelengths that can be absorbed by the photosynthetic system.

3. *Carotenoids* are a group of pigments that include carotenes and xanthophylls. They are responsible for capturing light energy and transferring it to Chl *a* for use in photosynthesis. Carotenoids are found in the chloroplasts of plant cells and are responsible for the yellow, orange, and red colors seen in autumn foliage.

4. *Xanthophylls* are a type of carotenoid that are involved in the light-harvesting process. They are responsible for capturing light energy and transferring it to Chl *a*. Xanthophylls are found in the chloroplasts of plant cells and are responsible for the yellow color seen in autumn foliage.

5. *Anthocyanins* are a group of pigments that are responsible for the red, purple, and blue colors seen in many plants. They are not involved in photosynthesis but are found in the vacuoles of plant cells. Anthocyanins are responsible for the color changes seen in autumn foliage.

[illegible][illegible]

Journal of Management Education 30(6)

[illegible]

1. 1990年12月25日，在“九七”香港回归前，香港各界人士纷纷发表文章，就香港前途问题提出自己的看法。

[illegible][illegible]

Condition	Control (○)	Low (●)	High (□)	Very High (■)
1	75	75	75	75
2	80	80	80	80
3	85	85	85	85
4	90	85	85	85
5	95	90	90	90

[illegible]

Figure 1. The effect of the concentration of the solution on the rate of the reaction.

-

Figure 1. The effect of the concentration of the *Agrobacterium* suspension on the transformation efficiency of *Agrobacterium* strains.



68_e

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 063/2024-PMB

Bandeirantes, 30 de abril de 2024.

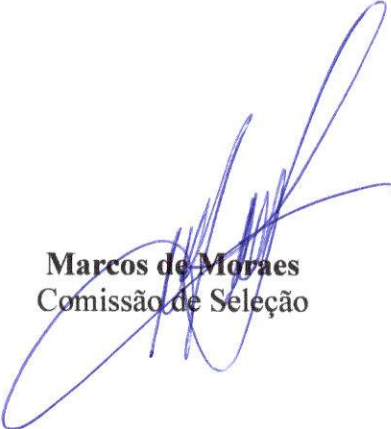
Ref.: Inexigibilidade – /2024-PMB

Prefeitura do Município de Bandeirantes-PR

COMISSÃO DE SELEÇÃO

Despacho: Para viabilizar a realização do presente objeto, primeiro há que certificar-se da regular dotação orçamentária e disponibilidade de recursos para tal finalidade, devendo quanto a isso manifestar - se o Departamento de Contabilidade e em seguida a Secretaria de Fazenda. Informamos que o objeto: **TERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024**, importa em R\$ 100.000,00(CEM MIL REAIS).

Colha-se manifestação


Marcos de Moraes
Comissão de Seleção


Mariane Alves dos Santos
Suplente


José Manoel Urbano
Comissão de Seleção

1. The first part of the report is a general introduction to the subject of the study.

2. The second part of the report is a detailed description of the methods used in the study.

3. The third part of the report is a discussion of the results of the study.

4. The fourth part of the report is a conclusion and summary of the findings.



5. The fifth part of the report is a list of references and sources used in the study.

6. The sixth part of the report is a list of appendices and supplementary materials.

7. The seventh part of the report is a list of figures and tables.

8. The eighth part of the report is a list of footnotes and endnotes.

9. The ninth part of the report is a list of acknowledgments and thanks.

10. The tenth part of the report is a list of the author's contact information.

11. The eleventh part of the report is a list of the author's previous work.

12. The twelfth part of the report is a list of the author's future plans.

13. The thirteenth part of the report is a list of the author's publications.

14. The fourteenth part of the report is a list of the author's awards and honors.

15. The fifteenth part of the report is a list of the author's affiliations.



Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Assessoria Jurídica

Portaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA nº 1.707/2023

JAELSON RAMALHO MATT, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Fica nomeada a partir desta data, a **COMISSÃO DE SELEÇÃO**, a que se refere o art. 2º da Lei nº 13.019/2014, de 31/07/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, de 14/12/2015, integrada pelos funcionários **JOSÉ MARCIO URBANO**, **JOYCE FERREIRA PARPINELLI** e **MARCOS DE MORAES**.

Parágrafo Único - Ficam nomeados, como suplentes, os servidores **MARIANE ALVES DOS SANTOS** e **WESLEY RODRIGO RAMOS PIRES**, para o exercício de 2024.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes,
Estado do Paraná, em 29 de dezembro de 2023.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

70
0

PROTOCOLO NÚMERO 063/2024-PMB

Bandeirantes, 30 de abril de 2024.

Ref.: Inexigibilidade /2024-PMB

Prefeitura do Município de Bandeirantes-PR

PARECER CONTÁBIL DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

OBJETO: ERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024. Em atendimento à solicitação do Sr. Prefeito Municipal, emitimos o presente parecer, sobre a disponibilidade orçamentária para abertura de processo licitatório no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.

1 - Salientamos que o Município tem que ter o equilíbrio financeiro igualando-se suas despesas com suas receitas, dessa forma esclarecemos que durante o presente exercício, poderemos ter uma arrecadação que disponibilizará recursos para a licitação.

2 - Mas, no entanto alertamos que a execução do contrato só deverá ser realizada após a verificação do saldo orçamentário e a real disponibilidade financeira, ou seja, só será feito o empenho após a devida verificação. Para tanto, a dotação para o Processo de Inexigibilidade de Licitação é a seguinte:

SECRETARIA	DESPESA/FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO
ASSIT. SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA	278/5017	09.001.08.244.0809.2064.3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS - ASSISTENCIA COMUNITARIA

3 - Assim, sugerimos que seja indicada a disponibilidade financeira pela Secretaria de Fazenda, pois seguindo essa metodologia, o Município de Bandeirantes estará observando as premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal deixando-o numa Gestão Pública de Qualidade.

4 - Diante das consequências e penalidades que poderão ser aplicadas aos administradores, somos pela cautela de manter as despesas dentro dos limites previsíveis, qualquer outra posição a ser tomada pelo Executivo, será de sua inteira responsabilidade.

Por fim o parecer é favorável à realização do Processo Licitatório, por estar em consonância com os princípios básicos que norteiam a administração pública, porém a Secretaria interessada deverá alocar os recursos orçamentários suficientes para a referida despesa durante a execução do contrato.

Bandeirantes, 30 de abril de 2024.


Jaciani Carolina Milani Della Mura
Contadora
CRC-PR-061045/O-4



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

71
e

PROTOCOLO NÚMERO 063/2024-PMB

Bandeirantes, 30 de abril de 2024.

Ref.: Inexigibilidade – /2024-PMB

Prefeitura do Município de Bandeirantes-PR

PARECER FINANCEIRO

OBJETO: ERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024.

VALOR ESTIMADO: R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS)
RECURSO FINANCEIRO:

Em atendimento a consulta formulada pela Comissão Seleção de Licitação, informo que:

(X) Há recursos financeiros previstos para o objeto acima especificado para o exercício de 2024 e em cumprimento de suas obrigações societárias e sociais conforme lei federal nº 13.019/2014 e demais alterações, no montante de **R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS)**, conforme dotações especificadas no parecer contábil de 30 de abril de 2024.

() Não há recursos financeiros para pagamentos das obrigações.

Para fazer face as despesas acima solicitadas utilizam-se a seguinte forma de pagamento fonte de recursos:

(X) à vista.

() à prazo.

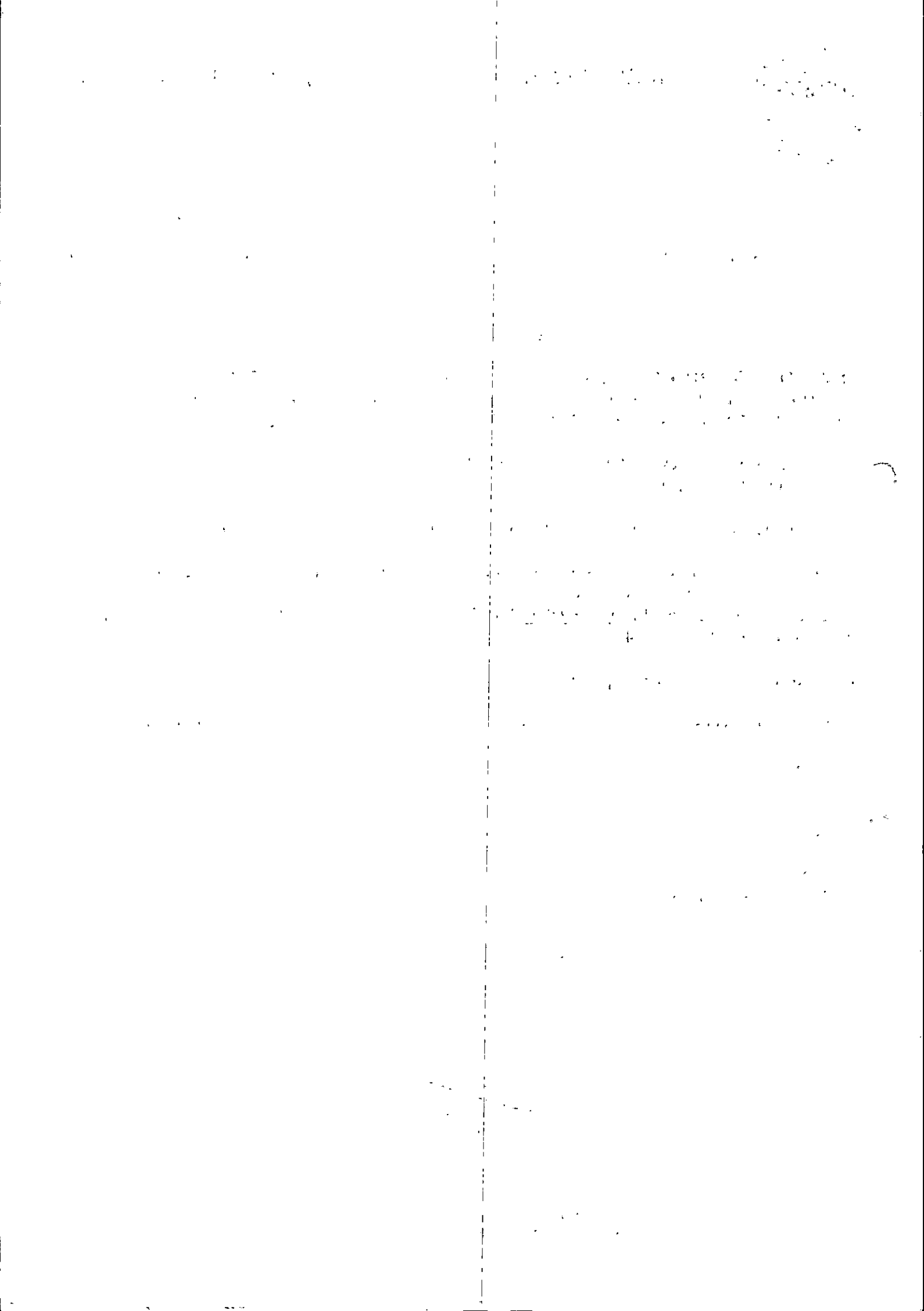
Origem de Recursos:

(X) Próprios.

() Vinculados à convênios.

Bandeirantes-PR, 30 de abril de 2024.


José Celestino Fontolan
Secretário da Fazenda





PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

72
e

INEXIGIBILIDADE Nº /2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO NR. 63/2024

TERMO DE COLABORAÇÃO nº /2024

TERMO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE LAR SÃO VICENTE DE PAULO EM CUMPRIMENTO AO REPASSE REFERENTE RECURSOS ORIUNDOS TERMO DE COLABORAÇÃO-CONFORME LEI FEDERAL Nº 13.019 DE 31 DE JULHO DE 2014 E LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024.

Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado o MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Frei Rafael Proner nº 1457, Centro, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, abaixo assinado, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado, **LAR SÃO VICENTE DE PAULO**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Edelina Meneghel Rando, nº 2525, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 76.135.540/0001-44, neste ato representado por seu Representante Legal, o **Sr Geraldo Fontolan**, residente e domiciliado nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.031.942, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 044.463.999-24, doravante designada simplesmente **ENTIDADE**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo de colaboração tem por objetivo o repasse financeiro, referente ao repasse de subvenção fundo a fundo, conforme Lei Nº 13.019/2014 de 31 de julho de 2014, e detalhamento constante do Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável deste Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Efetuar à entidade o repasse para custeio do objeto desta Colaboração, **referente aos recursos indicados na Lei Municipal Nº 4.423/2024 no valor total de R\$ 100.000,00(cem mil reais)**, através do depósito bancário na conta corrente nº , agência , do Banco , código do banco nº , em nome da entidade para execução da presente Colaboração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

73
2

II - Supervisionar, acompanhar, e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela entidade em decorrência desta Colaboração, bem como apoiar tecnicamente a entidade na execução das atividades objeto desta Colaboração;

III - Assinalar prazo para que a entidade adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes.

Parágrafo Único: É obrigação da entidade, manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria.

IV - Analisar e, se for o caso, aprovar a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, acompanhada de justificativa, desde que não implique em alteração do objeto e encaminhada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para o término da vigência do ajuste;

V - Exigir do ENTIDADE a apresentação de toda a documentação necessária, com prazo de validade vigente, para a liberação das parcelas dos recursos.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I – Executar o objeto a que se refere à Cláusula Primeira, conforme Plano de Trabalho;

II – Zelar pela manutenção de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo **MUNICÍPIO** e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a política nacional de Assistência Social vigente;

III – Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços, sem discriminação de qualquer natureza;

IV – Manter recursos humanos e materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que os obriga a prestar, com vistas ao atingimento dos objetivos desta Colaboração;

V – Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO** na execução do objeto desta Colaboração, conforme estabelecido na cláusula primeira;

VI – Apresentar, mensalmente, ao **MUNICÍPIO**, até o 5º dia útil do mês subsequente, por meio do relatório circunstanciado, as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho, além da relação nominal e documentos de todos os atendidos;

VII – Prestar contas ao **MUNICÍPIO**, conforme cláusula oitava da presente Colaboração;

VIII – Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos da presente Colaboração;

IX – Apresentar mensalmente, por ocasião da prestação de contas, cópias de Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal, Municipal e Estadual, Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizadas;

X – Apresentar mensalmente até o 5º dia útil do mês Relatório Circunstanciado do atendimento oferecido, conforme roteiro fornecido pela ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA;

XII – Atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

XIII – Apresentar mensalmente extrato e conciliação bancária;

XIV – Apresentar lista no ato da assinatura da Colaboração, com nome e número da Carteira de Trabalho e Previdência Social de Cada um dos trabalhadores por ele recrutados para executar o contrato;

XV – Declaração de idêntico teor, sob as penas da lei, como condição para o pagamento de cada parcela mensal do preço colaborado, exceto quando efetivamente algum dos empregados tenha sido substituído ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

74
e

houver a inclusão de novo empregado, hipóteses nas quais o contratado deverá identifica-lo na forma prevista no inciso anterior;

XVI - Efetuar as prestações de contas parciais e final à MUNICÍPIO, na forma estabelecida neste Convênio;
XVII - Efetuar as prestações de contas parciais e final ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme Resolução nº 28/2011, alterada pela Resolução nº 46/2016 e Instrução Normativa nº 61/2011, todas da referida Corte de Contas;

XVIII - Informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme exigências da Resolução nº 028/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR;

XIX - Instaurar processo administrativo apura-tório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução e gestão financeira deste convênio, comunicando tal fato à MUNICÍPIO;

XX - Prestar à MUNICÍPIO, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força deste convênio;

XXI - Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

XXII - Responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste convênio, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da MUNICÍPIO a inadimplência do ENTIDADE em relação aos referidos pagamentos;

XXIII - Preservar todos os documentos originais relacionados ao presente convênio em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do TCE/PR pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas;

XXIV - Manter, durante a execução do objeto deste convênio, todos os requisitos exigidos para sua celebração;

XXV - Franquear aos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas, livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XXVI - Dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público do Estado do Paraná;

XXVII - Indicar expressamente o servidor responsável pela gestão das ações referentes ao convênio;

XXVIII - Não autorizar o pagamento antecipado ou adiantamento pelo fornecimento de bens ainda não entregues, com recursos deste Convênio;

XXIX - Não repassar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto do presente convênio;

XXX - Solicitar a prorrogação da vigência do convênio, mediante Termo Aditivo, com observância ao contido na Cláusula Terceira e com a apresentação das razões que justifiquem a inexecução do objeto no prazo ajustado;

XXXI - Solicitar liberação de parcelas estabelecidas no cronograma de desembolso do plano de trabalho, mediante a comprovação de compatibilidade de execução física e financeira;

XXXII - Em caso de sobra de recursos a entidade DEVERÁ efetuar a devolução ao cedente MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES na conta corrente: 4866-6, agência: 0429-4, do Banco do Brasil em nome do Município sob CNPJ: 76.235.753/0001/48.

CLÁUSULA QUARTA – DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho proposto pela entidade deverá atender o artigo 22 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, contendo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

75
e

I - diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;

II - descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto;

III - prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas;

IV - definição dos indicadores qualitativos e quantitativos a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

V - elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público;

VI - plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública;

VII - estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto;

VIII - valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma físico;

IX - modo e periodicidade das prestações de contas, compatíveis com o período de realização das etapas vinculadas às metas e com o período de vigência da parceria, não se admitindo periodicidade superior a 1 (um) ano ou que dificulte a verificação física do cumprimento do objeto;

X - prazos de análise da prestação de contas pela administração pública responsável pela parceria.

Parágrafo 1º - Excepcionalmente, admitir-se-á a entidade propor a reformulação do Plano de Trabalho, sendo vedada a mudança de objeto. Caberá ao Monitoramento da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, apreciar a solicitação e manifestar-se a respeito no prazo máximo de trinta dias.

Parágrafo 2º - Constarão como anexos do instrumento de parceria:

XI - o plano de trabalho, que dele é parte integrante e indissociável;

XII - o regulamento de compras e contratações adotado pela organização da sociedade civil, devidamente aprovado pela administração pública parceira.

CLÁUSULA QUINTA – DO GESTOR DA PARCERIA

Em cumprimento do disposto na alínea “g” do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, fica designada Fica designado, pela MUNICÍPIO, como fiscal e gestora deste Convênio a Senhora Secretária de Assistência Social e Assuntos da Família, designada pela portaria nº 14.159/2023, **ANA CAROLINA DE ANDRADE LEITE BISETTO**, portadora do CPF/MF sob o nº 014.982.539-03, com prerrogativa técnica funcional.

CLÁUSULA SEXTA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Em cumprimento do disposto na alínea “h” do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 3.238/2021 realizará o monitoramento e avaliação da presente parceria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

76

2

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS IRREGULARIDADES

Qualquer irregularidade concernente às cláusulas desta Colaboração será oficiada à ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, que deliberará quanto à implicação de suspensão e demais providências cabíveis.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre os colaboradores.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

Esta Colaboração terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias), a partir da data de assinatura, e com término previsto após a manifestação por escrito do titular da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, posterior ao parecer da equipe técnica e anuência do Conselho Municipal da Criança e Adolescente.

Em caso de prorrogação, será indicado nos termos aditivos, os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, em consonância com a atual legislação.

CLAUSULA NONA – DO VALOR E DAS FONTES DE RECURSOS

O valor total estimado da presente Colaboração é **R\$ 100.000,00(cem mil reais)**, onerando a seguinte rubrica orçamentária da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

SECRETARIA	DESPESA/FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO
ASSIT. SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA	278/5017	09.001.08.244.0809.2064.3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS - ASSISTENCIA COMUNITARIA

Parágrafo 1º - O repasse será efetuado em 12 parcelas, sendo a primeira a ser paga em até 30 (trinta) dias úteis, após a publicação do extrato do Termo de Colaboração.

CLAUSULA DÉCIMA - DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do MUNICÍPIO e a contrapartida, se houver, do ENTIDADE, ambos destinados à execução do objeto deste Convênio, serão transferidos em conta específica, aberta em Banco Oficial, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação própria.

A liberação da primeira parcela dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a aprovação do Plano de Trabalho, a assinatura deste convênio e a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

Os recursos transferidos em decorrência deste convênio, bem como os rendimentos de aplicações financeiras, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados pelo ENTIDADE em conta poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos se verificarem prazos menores que um mês.

Os rendimentos das aplicações financeiras serão aplicados no objeto do presente convênio, desde que obtida a expressa autorização do MUNICÍPIO, sujeitando-se às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Toda a movimentação de recursos, no âmbito do convênio, será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em conta bancária de sua



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

77
2

titularidade, inclusive àquelas decorrentes de pagamentos, pelo ENTIDADE, a credores de despesas com previsão exclusiva no Plano de Trabalho.

CLAUSULA ONZE – DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A ENTIDADE prestará contas ao **MUNICÍPIO**, da seguinte forma:

A ENTIDADE apresentará ao setor responsável pela fiscalização e avaliação a prestação de contas, parcial e anual, de acordo com as instruções da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA e as normativas vigentes do Tribunal de Contas do Estado:

I) Prestação de contas mensal: até o 5º dia útil do mês subsequente ao repasse, devendo conter a documentação comprovadora (via original e uma cópia) da aplicação dos recursos recebidos, conforme descrito no Plano, de Trabalho, devidamente acompanhado de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas; certidão negativa de regularidade de situação junto à Previdência Social (CND) – (CNDT) e FGTS (CRF), relação nominal dos idosos atendidos, bem como relatório bimestral no Sistema Integrado de Transferência (SIT) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

II) Prestação de contas anual: deverá ser apresentada até 31 de Janeiro do exercício subsequente, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Município (prestação de contas do recurso total recebido no exercício, incluindo rentabilidade).

Parágrafo 1º - Não poderão ser pagas com recursos da Colaboração, despesas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração, bem como de aquisição de bens permanentes.

Parágrafo 2º - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta Cláusula, importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.

Fica estabelecida a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

Parágrafo 3º - A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de colaboração ou de fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLAUSULA DOZE – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA COLABORAÇÃO.

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, órgão municipal responsável pela execução Política de Assistência Social e do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo 1º - Dar livre acesso aos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionados a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

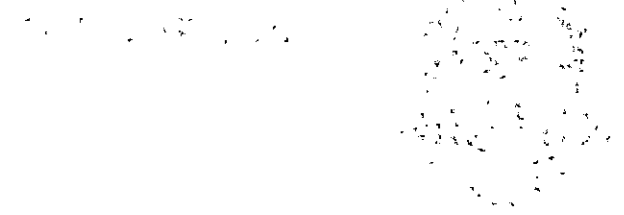
THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

78
2

CLAUSULA TREZE – DA RESTITUIÇÃO E CLOSA DAS DESPESAS

A ENTIDADE compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

I - A inexecução do objeto desta Colaboração;

II - Não apresentação do relatório de execução físico-financeira; e prestação de contas no prazo exigido; Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida;

III - É vedada a utilização de recursos repassados ao ENTIDADE em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este Convênio, como também no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência estabelecido, ainda que em caráter de emergência, sem que se proceda a devida adequação.

CLAUSULA QUATORZE – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

A presente Colaboração poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas Cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

Parágrafo 1º - Quando da denúncia, rescisão ou extinção da Colaboração, caberá a entidade apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.

Parágrafo 2º - É prerrogativa do MUNICÍPIO, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

Parágrafo 3º - Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

CLAUSULA QUINZE – DAS ALTERAÇÕES

Durante sua vigência e comprovado o fiel cumprimento das obrigações convencionadas, este instrumento poderá ser alterado ou aditado por proposta da MUNICÍPIO ou do ENTIDADE em comum ajustada, devidamente justificada e conforme à legislação indicada no preâmbulo, mediante solicitação por escrito apresentada em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias contado do termo da vigência.

I - Qualquer alteração será precedida de parecer técnico elaborado por servidor que possua habilitação para se manifestar sobre a questão.

II - O valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela MUNICÍPIO de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por termo aditivo.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

78

e

III - Os aditamentos serão sequencialmente numerados, admitindo-se Termos de Apostilamento na hipótese de simples alteração na indicação dos recursos orçamentários e de substituição de servidor fiscal e/ou gestor do convênio.

CLAUSULA DEZESSEIS – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia desta Colaboração fica condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do **MUNICÍPIO**, a contar da data de sua assinatura.

CLAUSULA DEZESSETE – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná para dirimir quaisquer questões resultantes da execução desta Colaboração.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo de Colaboração em 03 (três) vias de igual teor na presença de testemunhas abaixo assinadas.

Bandeirantes, 30 de abril de 2024.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR

JAELSON RAMALHO MATTA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

ANA CAROLINA DE ANDRADE LEITE BISETTO

Gestora

LAR SÃO VICENTE DE PAULO

GERALDO FONTOLAN

Representante Legal

Testemunhas:

Alexandre Alves Araujo

CPF: 063.414.869-95

Diego Henrique Tozetti

CPF: 046.375.519-78



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

80

2

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º /2024-PMB

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 63/2024- PMB

INEXIGIBILIDADE N.º /2024 -PMB

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

ENTIDADE: LAR SÃO VICENTE DE PAULO

OBJETO: REPASSE PARA ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, LAR DA CRIANÇA DR. BEZERRA DE MENEZES E LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES.

VALOR: R\$ 100.000,00(CEM MIL REAIS)

DOTAÇÃO:

SECRETARIA	DESPESA/FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO
ASSIT. SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA	278/5017	09.001.08.244.0809.2064.3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS - ASSISTENCIA COMUNITARIA

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: Será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado conforme disposições da legislação aplicável e este termo de convênio

Bandeirantes/PR, 30 de abril de 2024.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR

JAELSON RAMALHO MATTA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

ANA CAROLINA DE ANDRADE LEITE BISETTO

Gestor

LAR SÃO VICENTE DE PAULO

GERALDO FONTOLAN

Representante Legal

1870
1871
1872
1873
1874
1875
1876
1877
1878
1879
1880
1881
1882
1883
1884
1885
1886
1887
1888
1889
1890
1891
1892
1893
1894
1895
1896
1897
1898
1899
1900

1870

1871

1872

1873

1874

1875

1876

1877

1878

1879

1880

1881

1882

1883

1884

1885

1886

1887

1888

1889

1890

1891

1892

1893

1894

1895

1896

1897

1898

1899

1900



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

81
e

PROTOCOLO NÚMERO 063/2024-PMB

Bandeirantes, 30 de abril de 2024.

Ref.: Inexigibilidade – /2024-PMB

Prefeitura do Município de Bandeirantes-PR

Prezado Senhor:

Vimos através do presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de **TERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024**, através do tipo de procedimento em referência, conforme autorizado pelo inciso II do Artigo 31, da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, e lei municipal nº 4.423/2024.

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Marcos de Moraes
Comissão de Seleção


Mariane Alves dos Santos
Suplente


José Márcio Urbano
Comissão de Seleção

À Assessoria Jurídica

Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro

CEP: 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR





PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO Nº 1.482/2024

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2024

INTERESSADO: DIVISÃO DE LICITAÇÕES

ASSUNTO: *REPASSE PARA O LAR SÃO VICENTE DE PAULO PARA ATENDER EMENDA PARLAMENTAR - LEI Nº 13.019/2014 – LEI 4.423/2024 – INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO – ANÁLISE DO TERMO DE COLABORAÇÃO.*

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de expediente encaminhado pela Divisão de Licitações, para manifestação da Assessoria Jurídica nos termos do art. 35, VI da Lei nº 13.019/2014, para contemplar o objeto em epígrafe.
2. Os documentos que vêm para análise:
 - (a) plano de trabalho da entidade beneficiária aprovado pelo Município;
 - (b) despacho da Comissão de Seleção;
 - (c) autorização do Prefeito Municipal;
 - (d) parecer contábil indicando a dotação;
 - (e) parecer orçamentário indicando a disponibilidade financeira;
 - (f) Lei Municipal nº 4.423/2024;
 - (g) atos constitutivos e documentos fiscais da entidade;
 - (h) parecer técnico favorável à realização da parceria;
 - (i) minuta de termo de colaboração.
3. O valor indicado para o processo é de **R\$ 100.000,00** (*cem mil reais*).
4. É o relatório, passa-se a opinar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I – DAS EMENDAS PARLAMENTARES

5. Primeiramente cabe ressaltar que nos termos da Lei nº 13.019/2014 o chamamento público para verificar potenciais beneficiários desse tipo de parceria constitui-se em regra e as hipóteses de dispensa e inexigibilidade são exceções.

6. Assim dispõe a Lei nº 13.019/2014:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 32. Nas hipóteses dos arts. 30 e 31 desta Lei, a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público.

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista nesta Lei, o extrato da justificativa previsto no caput deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da administração pública.

7. Há ainda disposição específica quanto às emendas parlamentares no art. 29 da Lei 13.019/14:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.

8. Desta forma, entende-se que a justificativa da inexigibilidade de chamamento deve preceder ao procedimento adotado, para, uma vez publicada, permitir impugnação e só então dar-se início ao procedimento administrativo que visa a celebração da parceria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

9. A Lei 13.09/2014 traz situações de dispensa e de inexigibilidade do chamamento público, sendo que as hipóteses de dispensa são tratadas no art. 30 e as de inexigibilidade no art. 31.

10. Da interpretação do art. 31 da Lei 13.019/2014 é possível de se afirmar que o fundamento da inexigibilidade de chamamento é a inviabilidade de competição, pelo que, também se pode dizer que o art. 29 trata de uma inexigibilidade ao se deparar com uma emenda parlamentar impositiva, vez que não há opção para a Administração em selecionar entidade distinta daquela que foi eleita pelos signatários da obrigação orçamentária.

11. Para celebrar termo de colaboração ou de fomento, a entidade beneficiária deve cumprir os requisitos elencados no art. 33 da Lei 13.019/2014:

Art. 33. Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

III - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

IV - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

V - possuir:

a) no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

12. Portanto a Comissão de Seleção deve proceder a verificação da habilitação jurídica, fiscal e técnico-operacional das OSCs beneficiárias das emendas parlamentares.

II.II – DA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS

13. As parcerias que dependam de termo de colaboração ou de termo de fomento para que sejam formalizadas, sujeitam-se ao que dispõem os arts. 35, 35-A e 36 da Lei 13.019/2014, os quais colaciona-se na íntegra:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

I - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei;

II - indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

III - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

IV - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos desta Lei;

V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciarse, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;

c) da viabilidade de sua execução;

d) da verificação do cronograma de desembolso;

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

g) da designação do gestor da parceria;

h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

§ 1º Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

§ 2º Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico de que tratam, respectivamente, os incisos V e VI concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o administrador público sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

§ 3º Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

§ 5º Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

§ 6º Será impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes.

§ 7º Configurado o impedimento do § 6º, deverá ser designado gestor ou membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído.

Art. 35-A. É permitida a atuação em rede, por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração, desde que a organização da sociedade civil signatária do termo de fomento ou de colaboração possua:

I - mais de cinco anos de inscrição no CNPJ;

II - capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em rede.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Parágrafo único. A organização da sociedade civil que assinar o termo de colaboração ou de fomento deverá celebrar termo de atuação em rede para repasse de recursos às não celebrantes, ficando obrigada a, no ato da respectiva formalização:

I - verificar, nos termos do regulamento, a regularidade jurídica e fiscal da organização executante e não celebrante do termo de colaboração ou do termo de fomento, devendo comprovar tal verificação na prestação de contas;

II - comunicar à administração pública em até sessenta dias a assinatura do termo de atuação em rede.

Art. 36. Será obrigatória a estipulação do destino a ser dado aos bens remanescentes da parceria.

Parágrafo único. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente.

14. Da leitura do caderno processual, destaca-se o descumprimento dos seguintes itens:

- demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto; demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;
- aprovação do plano de trabalho;
- emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:
 - a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
 - b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;
 - c) da viabilidade de sua execução;
 - d) da verificação do cronograma de desembolso;
 - e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
 - f) da designação do gestor da parceria;
 - g) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

15. Assim, somente poderá ser celebrada a parceria se forem cumpridas todas as exigências legais elencadas acima.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

II.III – DA MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

16. Denota-se que a Lei nº 13.019/2014 trata também do termo de colaboração, estabelecendo cláusulas necessárias para que haja a legalidade. Vejamos o art. 42:

Art. 42. As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terá como cláusulas essenciais:

- a descrição do objeto pactuado;

II - as obrigações das partes;

III - quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;

V - a contrapartida, quando for o caso, observado o disposto no § 1º do art. 35;

VI - a vigência e as hipóteses de prorrogação;

VII - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;

VIII - a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico nos termos previstos no § 1º do art. 58 desta Lei;

IX - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos nesta Lei;

X - a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;

XII - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;

XIV - quando for o caso, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51;

XV - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XVI - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XVII - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;

XIX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo único. Constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

17. Inobstante, tratando-se de verba pública, é recomendável que a quanto à minuta de termo de colaboração, contemple o plano de o plano de trabalho aprovado que consta do processo e as normativas do TCE/PR. Neste sentido, procede-se sua análise à luz da Lei 13.019/2014 e da Resolução 28/2011 do TCE/PR:

Cláusulas Essenciais do contrato de repasse/convênio
Identificação completa das partes e seus representantes legais
Identificação e descrição do objeto a ser executado
Obrigações das partes
Metas a serem atingidas
Etapas ou fases de execução
Plano de aplicação dos recursos financeiros
Cronograma de desembolso
Vigência e hipóteses de prorrogação
Previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas
Comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador (para obras e serviços de engenharia)
Valores da transferência, em reais (R\$), e da contrapartida, se houver
Indicação da dotação orçamentária completa, a qual se ache vinculada a transferência
Indicação de pessoa responsável pelo acompanhamento e fiscalização do termo de transferência
Forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico
Forma de execução do acompanhamento e da fiscalização, que deverá ocorrer por meio de relatórios, inspeções, visitas e a emissão de certificado ou relatórios
Definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;
Prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;
Obrigações da organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica
O livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto
Faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias
Indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública
Responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal
Responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução

Constar como anexo do termo de colaboração, o plano de trabalho, que dele será parte integrante e indissociável

18. Dessa forma, recomenda-se que a Administração promova a adequação da minuta para contemplar os requisitos mínimos acima apresentados, para que seja possível a emissão de parecer favorável no processo em análise.

III - CONCLUSÃO

19. Diante do exposto, **opina-se pela possibilidade realização inexigibilidade de chamamento**, nos estritos termos do art. 29 e do art. 31, II da Lei nº 13.019/2014, à luz do relato da Comissão de Seleção, observado o procedimento do art. 32 que trata da justificativa, devendo ser cumpridas as exigências legais, portanto.

20. Para celebrar o termo de parceria devem ser previamente observados os requisitos dos art. 33 a 38 da Lei nº 13.019/2014 e o termo deve, no que for compatível, compreender as exigências do art. 42 da mesma lei.

21. **Recomenda-se** à interessada que adote as providências que entenda necessárias, em especial juntando a cópia da emenda parlamentar ao processo para fins de documentação da hipótese de inexigibilidade.

É o parecer, salvo melhor interpretação. Ressalte-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico e com base nos documentos trazidos a análise, não analisando elementos aprofundados de outras áreas que não a do Direito, bem como critério de conveniência e oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, § 3º da Lei n. 8.906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 03 de maio de 2024.

VINICIUS ALVES
SCHERCH
Assinado de forma digital por
VINICIUS ALVES SCHERCH
Dados: 2024.05.03 08:36:33
-03'00'
VINÍCIUS ALVES SCHERCH
OAB/PR 61.358



90

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
ASSUNTOS DA FAMÍLIA

Ofício nº 132/2024

Bandeirantes, 03 de Maio de 2024.

Prezado Senhor

Em resposta ao Parecer Jurídico nº 1.482/2024, referente Processo nº 63/2024, de Emenda Parlamentar destinado ao Lar São Vicente de Paulo, no valor de R\$ 100.000,00, na modalidade Inexigibilidade de Chamamento, segue abaixo as considerações, e documentos anexados, para que seja juntado ao Processo e dado andamento.

No Parecer, consta:

Da leitura do caderno processual, destaca-se o descumprimento dos seguintes itens:

- demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;
- demonstração de que os objetivos e ifnalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;
- aprovação do plano de trabalho;
- emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:
 - a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
 - b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;
 - c) da viabilidade de sua execução;
 - d) da veriifcação do cronograma de desembolso;
 - e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e ifnanceira, no cumprimento das metas e objetivos;
 - f) fiscal da designação do gestor da parceria;
 - g) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria.

Todos estes aspectos estão contemplados no Parecer Técnico nº 07/2024, que está em anexo. Segue Decreto da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

No Parecer, consta:

REPORT

OF THE

COMMISSIONER

OF THE LAND OFFICE
IN RESPONSE TO A RESOLUTION PASSED BY THE SENATE
ON JANUARY 12, 1909, RELATIVE TO THE
LANDS BELONGING TO THE STATE

ALBANY:

JOHN F. JOHNSON, PRINTING OFFICE

1910

ALBANY:

JOHN F. JOHNSON, PRINTING OFFICE

1910

ALBANY:

JOHN F. JOHNSON, PRINTING OFFICE

1910

ALBANY:

JOHN F. JOHNSON, PRINTING OFFICE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
ASSUNTOS DA FAMÍLIA**

Inobstante, tratando-se de verba pública, é recomendável que quanto à minuta de termo de colaboração, contemple o plano de trabalho aprovado que consta do processo e as normativas do TCE/PR. Neste sentido, procede-se sua análise à luz da Lei 13.019/2014 e da Resolução 28/2011 do TCE/PR:

Citadas várias Cláusulas Essenciais do contrato de repasse/convênio

O Setor competente contemplará os requisitos mínimos citados na Minuta do Contrato.

Sem mais, reiteramos protestos de estima e consideração.


Ana Carolina de Andrade Leite Bisetto
Secretária Municipal de Assistência Social e Assuntos da Família

**Ana Carolina de Andrade
Leite Bisetto**
Portaria nº 14.159/2023
Secretária de Assistência Social
e Assuntos da Família

Exmo. Sr. Prefeito
Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal
Prefeitura de Bandeirantes - PR



92

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS
DA FAMÍLIA**

PARECER TÉCNICO Nº 07/2024

Órgão Técnico: Secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família

Referência: Processo Administrativo 63/2024

Objeto: Análise de Plano de Trabalho – Inexigibilidade de Chamamento Público – Recurso Emenda Parlamentar (Entidade Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes) – R\$ 100.000,00

APRESENTAÇÃO

Refere-se a parecer técnico emitido com fundamento no art. 35, inciso V da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para fins de análise técnica acerca da manifestação de interesse da Organização da Sociedade Civil Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes, para celebração de Termo de Colaboração e/ou Termo de Fomento, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco com transferência de recursos financeiros, oriundos de Emenda Parlamentar, no valor de R\$ 100.000,00.

O título do Plano de Trabalho é: Vida de Luz – aporte de sistema solar fotovoltaico. O objeto do Plano é a aquisição de um sistema solar fotovoltaico.

Do mérito da Proposta

Considerando o objeto proposto tratar-se da manutenção e melhorias no atendimento e execução da Política Pública de Assistência Social de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas, na modalidade Abrigo Institucional, para pessoas idosas, em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Considerando que este tipo de oferta/serviço, é executado apenas pelo Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes no município.

Considerando que o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Serviço de Serviço de Acolhimento Institucional é um serviço de execução obrigatória pelos municípios, seja por execução direta, seja por parcerias com OSCs, seguindo normativas e parâmetros já estabelecidos acerca de quantidade de colaboradores, equipe técnica, acerca de estrutura física, e de documentação.

Neste caso, como a política pública em questão já tem parâmetros consolidados, entende-se que a modalidade de parceria adotada deverá ser o Termo de Colaboração, “instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL



93

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

administração pública que envolvam transferência de recursos financeiros (Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13204/2015, Art. 2º, VII)".

O Plano de Trabalho apresentado pela entidade foi analisado pela equipe técnica do Órgão Gestor, e atende ao princípio da supremacia do interesse público, estando contido nas diretrizes das atividades de interesse social, que deverão ser atendidas pelo poder público municipal ou por Organizações da Sociedade Civil organizada, podendo ser considerado aprovado.

Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista na Lei

A Lei nº 8.742/1993, define que a Assistência Social enquanto Política Pública a ser realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade.

O Acolhimento Institucional deve ser provisório e excepcional, destinado a pessoas idosas, inclusive com deficiência, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. A organização do serviço deve garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

O atendimento prestado deve favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência devem ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis.

Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

As unidades não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem dos idosos atendidos. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa).

Considerando a relevância da atividade proposta, e a larga experiência da entidade na realização deste serviço com crianças e adolescentes há 35 anos, bem como o vínculo existente entre a instituição e o público atendido, compreende-se que o objeto proposto, qual seja, a parceria entre a Organização da Sociedade Civil e a administração Pública, caracteriza reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista na Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204.

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

94~

Da viabilidade de sua execução

Em análise do Plano de Trabalho, foi observada compatibilidade com a Resolução CNAS nº109/2009, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a qual estabelece bases de padronização nacional dos serviços e equipamentos do SUAS, sendo o objeto proposto referente a prestação do Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas, na modalidade Abrigo Institucional, para pessoas idosas.

O Plano de Trabalho vai ao encontro do objeto da parceria, e em análise da documentação apresentada pelo proponente, observou-se a compatibilidade no que se refere a:

- Descrição da realidade, fazendo nexos entre ela e as atividades e metas a serem atingidas;
- Descrição de metas a serem atingidas com a aquisição e aplicação dos recursos;
- Forma de execução das atividades e das metas a serem atingidas;
- Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- Previsão de receitas e despesas a serem realizadas na execução dos objetivos.

Portanto, demonstrou-se a viabilidade para execução da proposta apresentada.

Da verificação do cronograma de desembolso

Em análise do Cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, consta que será realizado em parcela única, para execução do objeto pelo período de 12 meses, a contar da data do recebimento.

Portanto, houve coerência e foi observada compatibilidade entre os valores das metas para o período com o desembolso programado.

Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos

A fiscalização e monitoramento da execução da parceria será realizada pelo Gestor da Parceria, semestralmente

Os meios disponíveis a serem utilizados serão:

- visitas in loco, pelo fiscal técnico e pelo Gestor da Parceria
- análise de Relatório de Atividade, composto de imagens das ações realizadas
- assessoria técnica por telefone, e-mail ou WhatsApp

10-10-1962 10:00 AM
 10-10-1962 10:00 AM

[illegible][illegible]

1. The first part of the report is a general statement of the purpose of the study. 2. The second part is a description of the methods used in the study. 3. The third part is a description of the results of the study. 4. The fourth part is a discussion of the results and their implications. 5. The fifth part is a conclusion.	1. The first part of the report is a general statement of the purpose of the study. 2. The second part is a description of the methods used in the study. 3. The third part is a description of the results of the study. 4. The fourth part is a discussion of the results and their implications. 5. The fifth part is a conclusion.
---	---

[illegible]

1. <u>REASON FOR REQUEST</u> 2. <u>DATE OF REQUEST</u> 3. <u>NAME OF REQUESTER</u> 4. <u>ADDRESS OF REQUESTER</u> 5. <u>PHONE NUMBER OF REQUESTER</u> 6. <u>DATE OF RECEIPT</u> 7. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 8. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 9. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 10. <u>DATE OF COMPLETION</u> 11. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 12. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 13. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 14. <u>DATE OF COMPLETION</u> 15. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 16. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 17. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 18. <u>DATE OF COMPLETION</u> 19. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 20. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 21. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 22. <u>DATE OF COMPLETION</u> 23. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 24. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 25. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 26. <u>DATE OF COMPLETION</u> 27. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 28. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 29. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 30. <u>DATE OF COMPLETION</u> 31. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 32. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 33. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 34. <u>DATE OF COMPLETION</u> 35. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 36. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 37. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 38. <u>DATE OF COMPLETION</u> 39. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 40. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 41. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 42. <u>DATE OF COMPLETION</u> 43. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 44. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 45. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 46. <u>DATE OF COMPLETION</u> 47. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 48. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 49. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 50. <u>DATE OF COMPLETION</u> 51. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 52. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 53. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 54. <u>DATE OF COMPLETION</u> 55. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 56. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 57. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 58. <u>DATE OF COMPLETION</u> 59. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 60. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 61. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 62. <u>DATE OF COMPLETION</u> 63. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 64. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 65. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 66. <u>DATE OF COMPLETION</u> 67. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 68. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 69. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 70. <u>DATE OF COMPLETION</u> 71. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 72. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 73. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 74. <u>DATE OF COMPLETION</u> 75. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 76. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 77. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 78. <u>DATE OF COMPLETION</u> 79. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 80. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 81. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 82. <u>DATE OF COMPLETION</u> 83. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 84. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 85. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 86. <u>DATE OF COMPLETION</u> 87. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 88. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 89. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 90. <u>DATE OF COMPLETION</u> 91. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 92. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 93. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 94. <u>DATE OF COMPLETION</u> 95. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 96. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 97. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 98. <u>DATE OF COMPLETION</u> 99. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 100. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 101. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 102. <u>DATE OF COMPLETION</u> 103. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 104. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 105. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 106. <u>DATE OF COMPLETION</u> 107. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 108. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 109. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 110. <u>DATE OF COMPLETION</u> 111. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 112. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 113. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 114. <u>DATE OF COMPLETION</u> 115. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 116. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 117. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 118. <u>DATE OF COMPLETION</u> 119. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 120. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 121. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 122. <u>DATE OF COMPLETION</u> 123. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 124. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 125. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 126. <u>DATE OF COMPLETION</u> 127. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 128. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 129. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 130. <u>DATE OF COMPLETION</u> 131. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 132. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 133. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 134. <u>DATE OF COMPLETION</u> 135. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 136. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 137. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 138. <u>DATE OF COMPLETION</u> 139. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 140. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 141. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 142. <u>DATE OF COMPLETION</u> 143. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 144. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 145. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 146. <u>DATE OF COMPLETION</u> 147. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 148. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 149. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 150. <u>DATE OF COMPLETION</u> 151. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 152. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 153. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 154. <u>DATE OF COMPLETION</u> 155. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 156. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 157. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 158. <u>DATE OF COMPLETION</u> 159. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 160. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 161. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 162. <u>DATE OF COMPLETION</u> 163. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 164. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 165. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 166. <u>DATE OF COMPLETION</u> 167. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 168. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 169. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 170. <u>DATE OF COMPLETION</u> 171. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 172. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 173. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 174. <u>DATE OF COMPLETION</u> 175. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 176. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 177. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 178. <u>DATE OF COMPLETION</u> 179. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 180. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 181. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 182. <u>DATE OF COMPLETION</u> 183. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 184. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 185. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 186. <u>DATE OF COMPLETION</u> 187. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 188. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 189. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 190. <u>DATE OF COMPLETION</u> 191. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 192. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 193. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 194. <u>DATE OF COMPLETION</u> 195. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 196. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 197. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 198. <u>DATE OF COMPLETION</u> 199. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 200. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 201. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 202. <u>DATE OF COMPLETION</u> 203. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 204. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 205. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 206. <u>DATE OF COMPLETION</u> 207. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 208. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 209. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 210. <u>DATE OF COMPLETION</u> 211. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 212. <u>ADDRESS OF OFFICIAL</u> 213. <u>PHONE NUMBER OF OFFICIAL</u> 214. <u>DATE OF COMPLETION</u> 215. <u>NAME OF OFFICIAL</u> 2

1. The first step in the process of identifying a problem is to define the problem clearly and concisely.	2. The second step is to identify the causes of the problem.
3. The third step is to identify the effects of the problem.	4. The fourth step is to identify the stakeholders involved in the problem.
5. The fifth step is to identify the resources available to solve the problem.	6. The sixth step is to identify the constraints on the solution.
7. The seventh step is to identify the potential solutions.	8. The eighth step is to evaluate the potential solutions.
9. The ninth step is to select the best solution.	10. The tenth step is to implement the solution.
11. The eleventh step is to monitor the results of the solution.	12. The twelfth step is to evaluate the overall success of the solution.

1. The first step in the process of the investigation is the identification of the problem. This is done by the investigator who is responsible for the investigation. The investigator must identify the problem and the scope of the investigation.

[illegible]



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

Da designação do gestor da parceria

Em conformidade com o Art. 2º, VI da Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015 o gestor da parceria é o agente público responsável pela gestão de parceria, com poderes de controle e fiscalização, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, o que foi feito através da Portaria 14.159/2023.

Fica designada como Gestora da Parceria, Ana Carolina de Andrade Leite Bisetto, Secretária Municipal de Assistência Social e Assuntos da Família.

Fica designada como Fiscal das parcerias a psicóloga Flávia Aline Ferraz, através da Portaria nº 1.723/2023 de 20 de fevereiro de 2024.

Da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria

Em conformidade com o Art. 2º, XI da Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015 a Comissão de Monitoramento e Avaliação é o órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento e deve ser constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, o que foi feito através do Decreto nº 3.678/2024.

No que se refere aos documentos que comprovam o atendimento aos requisitos para celebração do Termo de Colaboração, em conformidade com os Art. 34 da Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015, a proponente apresentou:

- Certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista;
- Cópia do estatuto registrado e eventuais alterações;
- Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles;
- Comprovante de funcionamento no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação;

No que se refere ao atendimento às situações de impedimento previstas no Art. 39 da Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015, a proponente apresentou declaração firmada por seu representante legal de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento.

1. The first part of the report
describes the general situation
of the country and the
population.

2. The second part of the report
describes the economic situation
of the country and the
production of the main
products.

3. The third part of the report
describes the social situation
of the country and the
education of the population.

4. The fourth part of the report
describes the political situation
of the country and the
government.

5. The fifth part of the report
describes the cultural situation
of the country and the
arts and sciences.

6. The sixth part of the report
describes the military situation
of the country and the
army.

7. The seventh part of the report
describes the foreign relations
of the country and the
diplomacy.

8. The eighth part of the report
describes the internal security
of the country and the
police.

9. The ninth part of the report
describes the health situation
of the country and the
medicine.

10. The tenth part of the report
describes the environment
of the country and the
nature.

11. The eleventh part of the report
describes the transportation
of the country and the
roads.

12. The twelfth part of the report
describes the communication
of the country and the
telegraph.

13. The thirteenth part of the report
describes the statistics
of the country and the
numbers.

14. The fourteenth part of the report
describes the history
of the country and the
past.

15. The fifteenth part of the report
describes the future
of the country and the
prospects.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS
DA FAMÍLIA

CONCLUSÃO

Considerando os documentos apresentados, mediante análise, conclui-se pela possibilidade de celebração da parceria entre o Lar São Vicente de Paulo de Bandeirantes e a Prefeitura Municipal de Bandeirantes.

Concluimos que a execução da proposta é viável, os valores estão compatíveis com ao de mercado e o cronograma previsto é oportuno e permite uma fiscalização factual. Sendo assim, o **parecer técnico é favorável** a formalização da parceria.

Bandeirantes, 03 de Maio de 2024.

Ana Carolina de Andrade Leite Bisetto
Secretária Municipal de Assistência Social e Assuntos da Família

Ana Carolina de A.
Leite Bisetto
Portaria nº 14.159/2023
Secretária de Assistência S
e Assuntos da Fami

Flávia Aline Ferraz
Psicóloga – Órgão Gestor

HOMOLOGAÇÃO DE PARECER TÉCNICO:

O Prefeito Municipal de Bandeirantes/PR, RESOLVE:

- (X) HOMOLOGAR O PARECER TÉCNICO
() NÃO HOMOLOGA O PARECER TÉCNICO

Assinatura

Jackson Ramalho Matos
Prefeito Municipal

[illegible]

1. 1990年12月31日以前，在北京市区范围内，从事生产、经营活动的个体工商户，其经营期限满5年的，自1991年1月1日起，按照《北京市个体工商户管理暂行条例》的有关规定，向工商行政管理部门申请换领营业执照。	2. 1990年12月31日以前，在北京市区范围内，从事生产、经营活动的个体工商户，其经营期限满5年的，自1991年1月1日起，按照《北京市个体工商户管理暂行条例》的有关规定，向工商行政管理部门申请换领营业执照。
---	---

[illegible]

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398</
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	--------

[illegible]



Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Assessoria Jurídica

Decreto



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 3.678/2024

SUMÚLA: Altera o artigo 3º dado pelo Decreto nº 3.500 de 27 de janeiro de 2023.

JAELSON RAMALHO MATTA, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 3º do Decreto nº 3.500 de 27 de janeiro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - A Comissão de Monitoramento e Avaliação prevista na Lei nº 13.019/2014 e alterações será composta por:

- I - Flavia Ferraz Biaggi - Presidente;
- II - Andrea Regina dos Santos - Membro;
- III - Cirlei Socorro Justo dos Santos - Membro;

Suplentes:

- I - Valdeli Gomes Affonso;
- II - Renata Gomes Chaves; e
- III - Fernanda do Carmo da Silveira.

Art. 2º - Mantém as demais disposições.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 16 de abril de 2024.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

DEPARTMENT OF THE HISTORY OF ARTS

THE HISTORY OF ARTS

THE HISTORY OF ARTS

THE HISTORY OF ARTS

THE HISTORY OF ARTS

THE HISTORY OF ARTS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA nº 1.723/2.024

JAELSON RAMALHO MATTA, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

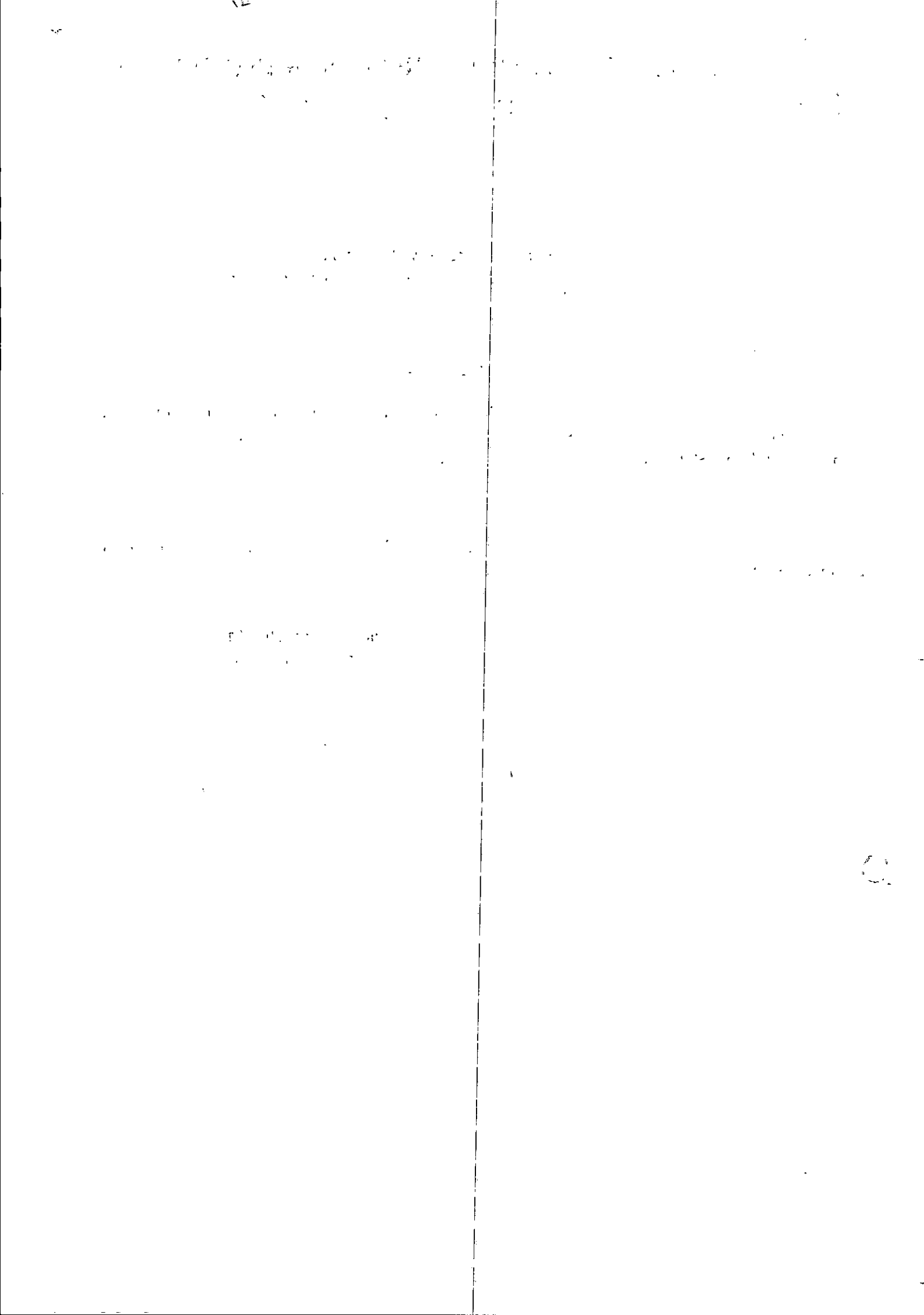
R E S O L V E

Art. 1º - Nomear a servidora Flavia Aline Ferraz, como Fiscal de Convênio, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação dos convênios da Secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família.

Art. 2º - Revogam-se a disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 20 de fevereiro de 2024.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 063/2024-PMB

Bandeirantes, 08 de maio de 2024.

Ref.: Inexigibilidade – 17 /2024-PMB

Prefeitura do Município de Bandeirantes-PR

OBJETO: ERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024.

DECISÃO:

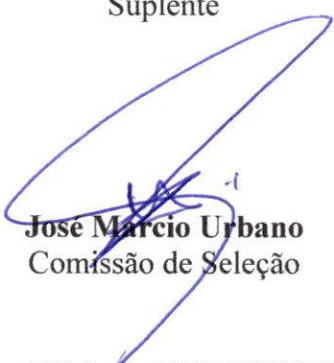
A Comissão de Seleção, reunida, analisando o presente procedimento quanto às suas características e sustentada, considerando os questionamentos trazidos no parecer jurídico nr.1.482/2024, à secretaria solicitante, ora respondidos por esta, a Comissão vislumbra a possibilidade de oficializar o processo de Inexigibilidade quanto ao objeto do presente, facultado pelo Artigo 31, inciso II, da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014 e Lei Municipal nº. 4.423/2024, e a caracterização comprovada, através de vários documentos integrantes do presente processo, passando ao Senhor Gestor para que proceda a devida Ratificação ou Não, e a futura contratação.

Destaca-se que, a análise realizada, foi restrita as funções atribuídas pela lei aos Agentes, quais sejam: receber, examinar e julgar, com relação a validade, todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes. Estando excluídos os pontos jurídicos, e quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários, sendo que, em relação a estes, partiremos da premissa de que, considerando a justificativa apresentada, a Autoridade Competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da administração, observando os requisitos legalmente impostos.

COMISSÃO DE SELEÇÃO:


Marcos de Moraes
Comissão de Seleção


Mariane Alves dos Santos
Suplente


José Marcio Urbano
Comissão de Seleção



Subscription prices: Single copies, 15 cents; 12 issues, \$1.50; 24 issues, \$2.85; 36 issues, \$4.20; 48 issues, \$5.55; 60 issues, \$6.90; 72 issues, \$8.25; 84 issues, \$9.60; 96 issues, \$10.95; 108 issues, \$12.30; 120 issues, \$13.65; 132 issues, \$15.00; 144 issues, \$16.35; 156 issues, \$17.70; 168 issues, \$19.05; 180 issues, \$20.40; 192 issues, \$21.75; 204 issues, \$23.10; 216 issues, \$24.45; 228 issues, \$25.80; 240 issues, \$27.15; 252 issues, \$28.50; 264 issues, \$29.85; 276 issues, \$31.20; 288 issues, \$32.55; 300 issues, \$33.90; 312 issues, \$35.25; 324 issues, \$36.60; 336 issues, \$37.95; 348 issues, \$39.30; 360 issues, \$40.65; 372 issues, \$42.00; 384 issues, \$43.35; 396 issues, \$44.70; 408 issues, \$46.05; 420 issues, \$47.40; 432 issues, \$48.75; 444 issues, \$50.10; 456 issues, \$51.45; 468 issues, \$52.80; 480 issues, \$54.15; 492 issues, \$55.50; 504 issues, \$56.85; 516 issues, \$58.20; 528 issues, \$59.55; 540 issues, \$60.90; 552 issues, \$62.25; 564 issues, \$63.60; 576 issues, \$64.95; 588 issues, \$66.30; 600 issues, \$67.65; 612 issues, \$69.00; 624 issues, \$70.35; 636 issues, \$71.70; 648 issues, \$73.05; 660 issues, \$74.40; 672 issues, \$75.75; 684 issues, \$77.10; 696 issues, \$78.45; 708 issues, \$79.80; 720 issues, \$81.15; 732 issues, \$82.50; 744 issues, \$83.85; 756 issues, \$85.20; 768 issues, \$86.55; 780 issues, \$87.90; 792 issues, \$89.25; 804 issues, \$90.60; 816 issues, \$91.95; 828 issues, \$93.30; 840 issues, \$94.65; 852 issues, \$96.00; 864 issues, \$97.35; 876 issues, \$98.70; 888 issues, \$100.05; 900 issues, \$101.40; 912 issues, \$102.75; 924 issues, \$104.10; 936 issues, \$105.45; 948 issues, \$106.80; 960 issues, \$108.15; 972 issues, \$109.50; 984 issues, \$110.85; 996 issues, \$112.20; 1008 issues, \$113.55; 1020 issues, \$114.90; 1032 issues, \$116.25; 1044 issues, \$117.60; 1056 issues, \$118.95; 1068 issues, \$120.30; 1080 issues, \$121.65; 1092 issues, \$123.00; 1104 issues, \$124.35; 1116 issues, \$125.70; 1128 issues, \$127.05; 1140 issues, \$128.40; 1152 issues, \$129.75; 1164 issues, \$131.10; 1176 issues, \$132.45; 1188 issues, \$133.80; 1200 issues, \$135.15; 1212 issues, \$136.50; 1224 issues, \$137.85; 1236 issues, \$139.20; 1248 issues, \$140.55; 1260 issues, \$141.90; 1272 issues, \$143.25; 1284 issues, \$144.60; 1296 issues, \$145.95; 1308 issues, \$147.30; 1320 issues, \$148.65; 1332 issues, \$150.00; 1344 issues, \$151.35; 1356 issues, \$152.70; 1368 issues, \$154.05; 1380 issues, \$155.40; 1392 issues, \$156.75; 1404 issues, \$158.10; 1416 issues, \$159.45; 1428 issues, \$160.80; 1440 issues, \$162.15; 1452 issues, \$163.50; 1464 issues, \$164.85; 1476 issues, \$166.20; 1488 issues, \$167.55; 1500 issues, \$168.90; 1512 issues, \$170.25; 1524 issues, \$171.60; 1536 issues, \$172.95; 1548 issues, \$174.30; 1560 issues, \$175.65; 1572 issues, \$177.00; 1584 issues, \$178.35; 1596 issues, \$179.70; 1608 issues, \$181.05; 1620 issues, \$182.40; 1632 issues, \$183.75; 1644 issues, \$185.10; 1656 issues, \$186.45; 1668 issues, \$187.80; 1680 issues, \$189.15; 1692 issues, \$190.50; 1704 issues, \$191.85; 1716 issues, \$193.20; 1728 issues, \$194.55; 1740 issues, \$195.90; 1752 issues, \$197.25; 1764 issues, \$198.60; 1776 issues, \$199.95; 1788 issues, \$201.30; 1800 issues, \$202.65; 1812 issues, \$204.00; 1824 issues, \$205.35; 1836 issues, \$206.70; 1848 issues, \$208.05; 1860 issues, \$209.40; 1872 issues, \$210.75; 1884 issues, \$212.10; 1896 issues, \$213.45; 1908 issues, \$214.80; 1920 issues, \$216.15; 1932 issues, \$217.50; 1944 issues, \$218.85; 1956 issues, \$220.20; 1968 issues, \$221.55; 1980 issues, \$222.90; 1992 issues, \$224.25; 2004 issues, \$225.60; 2016 issues, \$226.95; 2028 issues, \$228.30; 2040 issues, \$229.65; 2052 issues, \$231.00; 2064 issues, \$232.35; 2076 issues, \$233.70; 2088 issues, \$235.05; 2100 issues, \$236.40; 2112 issues, \$237.75; 2124 issues, \$239.10; 2136 issues, \$240.45; 2148 issues, \$241.80; 2160 issues, \$243.15; 2172 issues, \$244.50; 2184 issues, \$245.85; 2196 issues, \$247.20; 2208 issues, \$248.55; 2220 issues, \$249.90; 2232 issues, \$251.25; 2244 issues, \$252.60; 2256 issues, \$253.95; 2268 issues, \$255.30; 2280 issues, \$256.65; 2292 issues, \$258.00; 2304 issues, \$259.35; 2316 issues, \$260.70; 2328 issues, \$262.05; 2340 issues, \$263.40; 2352 issues, \$264.75; 2364 issues, \$266.10; 2376 issues, \$267.45; 2388 issues, \$268.80; 2400 issues, \$270.15; 2412 issues, \$271.50; 2424 issues, \$272.85; 2436 issues, \$274.20; 2448 issues, \$275.55; 2460 issues, \$276.90; 2472 issues, \$278.25; 2484 issues, \$279.60; 2496 issues, \$280.95; 2508 issues, \$282.30; 2520 issues, \$283.65; 2532 issues, \$285.00; 2544 issues, \$286.35; 2556 issues, \$287.70; 2568 issues, \$289.05; 2580 issues, \$290.40; 2592 issues, \$291.75; 2604 issues, \$293.10; 2616 issues, \$294.45; 2628 issues, \$295.80; 2640 issues, \$297.15; 2652 issues, \$298.50; 2664 issues, \$299.85; 2676 issues, \$301.20; 2688 issues, \$302.55; 2700 issues, \$303.90; 2712 issues, \$305.25; 2724 issues, \$306.60; 2736 issues, \$307.95; 2748 issues, \$309.30; 2760 issues, \$310.65; 2772 issues, \$312.00; 2784 issues, \$313.35; 2796 issues, \$314.70; 2808 issues, \$316.05; 2820 issues, \$317.40; 2832 issues, \$318.75; 2844 issues, \$320.10; 2856 issues, \$321.45; 2868 issues, \$322.80; 2880 issues, \$324.15; 2892 issues, \$325.50; 2904 issues, \$326.85; 2916 issues, \$328.20; 2928 issues, \$329.55; 2940 issues, \$330.90; 2952 issues, \$332.25; 2964 issues, \$333.60; 2976 issues, \$334.95; 2988 issues, \$336.30; 3000 issues, \$337.65; 3012 issues, \$339.00; 3024 issues, \$340.35; 3036 issues, \$341.70; 3048 issues, \$343.05; 3060 issues, \$344.40; 3072 issues, \$345.75; 3084 issues, \$347.10; 3096 issues, \$348.45; 3108 issues, \$349.80; 3120 issues, \$351.15; 3132 issues, \$352.50; 3144 issues, \$353.85; 3156 issues, \$355.20; 3168 issues, \$356.55; 3180 issues, \$357.90; 3192 issues, \$359.25; 3204 issues, \$360.60; 3216 issues, \$361.95; 3228 issues, \$363.30; 3240 issues, \$364.65; 3252 issues, \$366.00; 3264 issues, \$367.35; 3276 issues, \$368.70; 3288 issues, \$370.05; 3300 issues, \$371.40; 3312 issues, \$372.75; 3324 issues, \$374.10; 3336 issues, \$375.45; 3348 issues, \$376.80; 3360 issues, \$378.15; 3372 issues, \$379.50; 3384 issues, \$380.85; 3396 issues, \$382.20; 3408 issues, \$383.55; 3420 issues, \$384.90; 3432 issues, \$386.25; 3444 issues, \$387.60; 3456 issues, \$388.95; 3468 issues, \$390.30; 3480 issues, \$391.65; 3492 issues, \$393.00; 3504 issues, \$394.35; 3516 issues, \$395.70; 3528 issues, \$397.05; 3540 issues, \$398.40; 3552 issues, \$399.75; 3564 issues, \$401.10; 3576 issues, \$402.45; 3588 issues, \$403.80; 3600 issues, \$405.15; 3612 issues, \$406.50; 3624 issues, \$407.85; 3636 issues, \$409.20; 3648 issues, \$410.55; 3660 issues, \$411.90; 3672 issues, \$413.25; 3684 issues, \$414.60; 3696 issues, \$415.95; 3708 issues, \$417.30; 3720 issues, \$418.65; 3732 issues, \$420.00; 3744 issues, \$421.35; 3756 issues, \$422.70; 3768 issues, \$424.05; 3780 issues, \$425.40; 3792 issues, \$426.75; 3804 issues, \$428.10; 3816 issues, \$429.45; 3828 issues, \$430.80; 3840 issues, \$432.15; 3852 issues, \$433.50; 3864 issues, \$434.85; 3876 issues, \$436.20; 3888 issues, \$437.55; 3900 issues, \$438.90; 3912 issues, \$440.25; 3924 issues, \$441.60; 3936 issues, \$442.95; 3948 issues, \$444.30; 3960 issues, \$445.65; 3972 issues, \$447.00; 3984 issues, \$448.35; 3996 issues, \$449.70; 4008 issues, \$451.05; 4020 issues, \$452.40; 4032 issues, \$453.75; 4044 issues, \$455.10; 4056 issues, \$456.45; 4068 issues, \$457.80; 4080 issues, \$459.15; 4092 issues, \$460.50; 4104 issues, \$461.85; 4116 issues, \$463.20; 4128 issues, \$464.55; 4140 issues, \$465.90; 4152 issues, \$467.25; 4164 issues, \$468.60; 4176 issues, \$469.95; 4188 issues, \$471.30; 4200 issues, \$472.65; 4212 issues, \$474.00; 4224 issues, \$475.35; 4236 issues, \$476.70; 4248 issues, \$478.05; 4260 issues, \$479.40; 4272 issues, \$480.75; 4284 issues, \$482.10; 4296 issues, \$483.45; 4308 issues, \$484.80; 4320 issues, \$486.15; 4332 issues, \$487.50; 4344 issues, \$488.85; 4356 issues, \$490.20; 4368 issues, \$491.55; 4380 issues, \$492.90; 4392 issues, \$494.25; 4404 issues, \$495.60; 4416 issues, \$496.95; 4428 issues, \$498.30; 4440 issues, \$499.65; 4452 issues, \$501.00; 4464 issues, \$502.35; 4476 issues, \$503.70; 4488 issues, \$505.05; 4500 issues, \$506.40; 4512 issues, \$507.75; 4524 issues, \$509.10; 4536 issues, \$510.45; 4548 issues, \$511.80; 4560 issues, \$513.15; 4572 issues, \$514.50; 4584 issues, \$515.85; 4596 issues, \$517.20; 4608 issues, \$518.55; 4620 issues, \$519.90; 4632 issues, \$521.25; 4644 issues, \$522.60; 4656 issues, \$523.95; 4668 issues, \$525.30; 4680 issues, \$526.65; 4692 issues, \$528.00; 4704 issues, \$529.35; 4716 issues, \$530.70; 4728 issues, \$532.05; 4740 issues, \$533.40; 4752 issues, \$534.75; 4764 issues, \$536.10; 4776 issues, \$537.45; 4788 issues, \$538.80; 4800 issues, \$540.15; 4812 issues, \$541.50; 4824 issues, \$542.85; 4836 issues, \$544.20; 4848 issues, \$545.55; 4860 issues, \$546.90; 4872 issues, \$548.25; 4884 issues, \$549.60; 4896 issues, \$550.95; 4908 issues, \$552.30; 4920 issues, \$553.65; 4932 issues, \$555.00; 4944 issues, \$556.35; 4956 issues, \$557.70; 4968 issues, \$559.05; 4980 issues, \$560.40; 4992 issues, \$561.75; 5004 issues, \$563.10; 5016 issues, \$564.45; 5028 issues, \$565.80; 5040 issues, \$567.15; 5052 issues, \$568.50; 5064 issues, \$569.85; 5076 issues, \$571.20; 5088 issues, \$572.55; 5100 issues, \$573.90; 5112 issues, \$575.25; 5124 issues, \$576.60; 5136 issues, \$577.95; 5148 issues, \$579.30; 5160 issues, \$580.65; 5172 issues, \$582.00; 5184 issues, \$583.35; 5196 issues, \$584.70; 5208 issues, \$586.05; 5220 issues, \$587.40; 5232 issues, \$588.75; 5244 issues, \$590.10; 5256 issues, \$591.45; 5268 issues, \$592.80; 5280 issues, \$594.15; 5292 issues, \$595.50; 5304 issues, \$596.85; 5316 issues, \$598.20; 5328 issues, \$599.55; 5340 issues, \$600.90; 5352 issues, \$602.25; 5364 issues, \$603.60; 5376 issues, \$604.95; 5388 issues, \$606.30; 5400 issues, \$607.65; 5412 issues, \$609.00; 5424 issues, \$610.35; 5436 issues, \$611.70; 5448 issues, \$613.05; 5460 issues, \$614.40; 5472 issues, \$615.75; 5484 issues, \$617.10; 5496 issues, \$618.45; 5508 issues, \$619.80; 5520 issues, \$621.15; 5532 issues, \$622.50; 5544 issues, \$623.85; 5556 issues, \$625.20; 5568 issues, \$626.55; 5580 issues, \$627.90; 5592 issues, \$629.25; 5604 issues, \$630.60; 5616 issues, \$631.95; 5628 issues, \$633.30; 5640 issues, \$634.65; 5652 issues, \$636.00; 5664 issues, \$637.35; 5676 issues, \$638.70; 5688 issues, \$640.05; 5700 issues, \$641.40; 5712 issues, \$642.75; 5724 issues, \$644.10; 5736 issues, \$645.45; 5748 issues, \$646.80; 5760 issues, \$648.15; 5772 issues, \$649.50; 5784 issues, \$650.85; 5796 issues, \$652.20; 5808 issues, \$653.55; 5820 issues, \$654.90; 5832 issues, \$656.25; 5844 issues, \$657.60; 5856 issues, \$658.95; 5868 issues, \$660.30; 5880 issues, \$661.65; 5892 issues, \$663.00; 5904 issues, \$664.35; 5916 issues, \$665.70; 5928 issues, \$667.05; 5940 issues, \$668.40; 5952 issues, \$669.75; 5964 issues, \$671.10; 5976 issues, \$672.45; 5988 issues, \$673.80; 6000 issues, \$675.15; 6012 issues, \$676.50; 6024 issues, \$677.85; 6036 issues, \$679.20; 6048 issues, \$680.55; 6060 issues, \$681.90; 6072 issues, \$683.25; 6084 issues, \$684.60; 6096 issues, \$685.95; 6108 issues, \$687.30; 6120 issues, \$688.65; 6132 issues, \$690.00; 6144 issues, \$691.35; 6156 issues, \$692.70; 6168 issues, \$694.05; 6180 issues, \$695.40; 6192 issues, \$696.75; 6204 issues, \$698.10; 6216 issues, \$699.45; 6228 issues, \$700.80; 6240 issues, \$702.15; 6252 issues, \$703.50; 6264 issues, \$704.85; 6276 issues, \$706.20; 6288 issues, \$707.55; 6300 issues, \$708.90; 6312 issues, \$710.25; 6324 issues, \$711.60; 6336 issues, \$712.95; 6348 issues, \$714.30; 6360 issues, \$715.65; 6372 issues, \$717.00; 6384 issues, \$718.35; 6396 issues, \$719.70; 6408 issues, \$721.05; 6420 issues, \$722.40; 6432 issues, \$723.75; 6444 issues, \$725.10; 6456 issues, \$726.45; 6468 issues, \$727.80; 6480 issues, \$729.15; 6492 issues, \$730.50; 6504 issues, \$731.85; 6516 issues, \$733.20; 6528 issues, \$734.55; 6540 issues, \$735.90; 6552 issues, \$737.25; 6564 issues, \$738.60; 6576 issues, \$739.95; 6588 issues, \$741.30; 6600 issues, \$742.65; 6612 issues, \$744.00; 6624 issues, \$745.35; 6636 issues, \$746.70; 6648 issues, \$748.05; 6660 issues, \$749.40; 6672 issues, \$750.75; 6684 issues, \$752.10; 6696 issues, \$753.45; 6708 issues, \$754.80; 6720 issues, \$756.15; 6732 issues, \$757.50; 6744 issues, \$758.85; 6756 issues, \$760.20; 6768 issues, \$761.55; 6780 issues, \$762.90; 6792 issues, \$764.25; 6804 issues, \$765.60; 6816 issues, \$766.95; 6828 issues, \$768.30; 6840 issues, \$769.65; 6852 issues, \$771.00; 6864 issues, \$772.35; 6876 issues, \$773.70; 6888 issues, \$775.05; 6900 issues, \$776.40; 6912 issues, \$777.75; 6924 issues, \$779.10; 6936 issues, \$780.45; 6948 issues, \$781.80; 6960 issues, \$783.15; 6972 issues, \$784.50; 6984 issues, \$785.85; 6996 issues, \$787.20; 7008 issues, \$788.55; 7020 issues, \$789.90; 7032 issues, \$791.25; 7044 issues, \$792.60; 7056 issues, \$793.95; 7068 issues, \$795.30; 7080 issues, \$796.65; 7092 issues, \$798.00; 7104 issues, \$799.35; 7116 issues, \$800.70; 7128 issues, \$802.05; 7140 issues, \$803.40; 7152 issues, \$804.75; 7164 issues, \$806.10; 7176 issues, \$807.45; 7188 issues, \$808.80; 7200 issues, \$810.15; 7212 issues, \$811.50; 7224 issues, \$812.85; 7236 issues, \$814.20; 7248 issues, \$815.55; 7260 issues, \$816.90; 7272 issues, \$818.25; 7284 issues, \$819.60; 7296 issues, \$820.95; 7308 issues, \$822.30; 7320 issues, \$823.65; 7332 issues, \$825.00; 7344 issues, \$826.35; 7356 issues, \$827.70; 7368 issues, \$829.05; 7380 issues, \$830.40; 7392 issues, \$831.75; 7404 issues, \$833.10; 7416 issues, \$834.45; 7428 issues, \$835.80; 7440 issues, \$837.15; 7452 issues, \$838.50; 7464 issues, \$839.85; 7476 issues, \$841.20; 7488 issues, \$842.55; 7500 issues, \$843.90; 7512 issues, \$845.25; 7524 issues, \$846.60; 7536 issues, \$847.95; 7548 issues, \$849.30; 7560 issues, \$850.65; 7572 issues, \$852.00; 7584 issues, \$853.35; 7596 issues, \$854.70; 7608 issues, \$856.05; 7620 issues, \$857.40; 7632 issues, \$858.75; 7644 issues, \$860.10; 7656 issues, \$861.45; 7668 issues, \$862.80; 7680 issues, \$864.15; 7692 issues, \$865.50; 7704 issues, \$866.85; 7716 issues, \$868.20; 7728 issues, \$869.55; 7740 issues, \$870.90; 7752 issues, \$872.25; 7764 issues, \$873.60; 7776 issues, \$874.95; 7788 issues, \$876.30; 7800 issues, \$877.65; 7812 issues, \$879.00; 7824 issues, \$880.35; 7836 issues, \$881.70; 7848 issues, \$883.05; 7860 issues, \$884.40; 7872 issues, \$885.75; 7884 issues, \$887.10; 7896 issues, \$888.45; 7908 issues, \$889.80; 7920 issues, \$891.15; 7932 issues, \$892.50; 7944 issues, \$893.85; 7956 issues, \$895.20; 7968 issues, \$896.55; 7980 issues, \$897.90; 7992 issues, \$899.25; 8004 issues, \$900.60; 8016 issues, \$901.95; 8028 issues, \$903.30; 8040 issues, \$904.65; 8052 issues, \$906.00; 8064 issues, \$907.35; 8076 issues, \$908.70; 8088 issues, \$910.05; 8100 issues, \$911.40; 8112 issues, \$912.75; 8124 issues, \$914.10; 8136 issues, \$915.45; 8148 issues, \$916.80; 8160 issues, \$918.15; 8172 issues, \$919.50; 8184 issues, \$920.85; 8196 issues, \$922.20; 8208 issues, \$923.55; 8220 issues, \$924.90; 8232 issues, \$926.25; 8244 issues, \$927.60; 8256 issues, \$928.95; 8268 issues, \$930.30; 8280 issues, \$931.65; 8292 issues, \$933.00; 8304 issues, \$934.35; 8316 issues, \$935.70; 8328 issues, \$937.05; 8340 issues, \$938.40; 8352 issues, \$939.75; 8364 issues, \$941.10; 8376 issues, \$942.45; 8388 issues, \$943.80; 8400 issues, \$945.15; 8412 issues, \$946.50; 8424 issues, \$947.85; 8436 issues, \$949.20; 8448 issues, \$950.55; 8460 issues, \$951.90; 8472 issues, \$953.25; 8484 issues, \$954.60; 8496 issues, \$955.95; 8508 issues, \$957.30; 8520 issues, \$958.65; 8532 issues, \$960.00; 8544 issues, \$961.35; 8556 issues, \$962.70; 8568 issues, \$964.05; 8580 issues, \$965.40; 8592 issues, \$966.75; 8604 issues, \$968.10; 8616 issues, \$969.45; 8628 issues, \$970.80; 8640 issues, \$972.15; 8652 issues, \$973.50; 8664 issues, \$974.85; 8676 issues, \$976.20; 8688 issues, \$977.55; 8700 issues, \$978.90; 8712 issues, \$980.25; 8724 issues, \$981.60; 8736 issues, \$982.95; 8748 issues, \$984.30; 8760 issues, \$985.65; 8772 issues, \$987.00; 8784 issues, \$988.35; 8796 issues, \$989.70; 8808 issues, \$991.05; 8820 issues, \$992.40; 8832 issues, \$993.75; 8844 issues, \$995.10; 8856 issues, \$996.45; 8868 issues, \$997.80; 8880 issues, \$999.15; 8892 issues, \$1000.50; 8904 issues, \$1001.85; 8916 issues, \$1003.20; 8928 issues, \$1004.55; 8940 issues, \$1005.90; 8952 issues, \$1007.25; 8964 issues, \$1008.60; 8976 issues, \$1009.95; 8988 issues, \$1011.30; 9000 issues, \$1012.65; 9012 issues, \$1014.00; 9024 issues, \$1015.35; 9036 issues, \$1016.70; 9048 issues, \$1018.05; 9060 issues, \$1019.40; 9072 issues, \$1020.75; 9084 issues, \$1022.10; 9096 issues, \$1023.45; 9108 issues, \$1024.80; 9120 issues, \$1026.15; 9132 issues, \$1027.50; 9144 issues, \$1028.85; 9156 issues, \$1030.20; 9168 issues, \$1031.55; 9180 issues, \$1032.90; 9192 issues, \$1034.25; 9204 issues, \$1035.60; 9216 issues, \$1036.95; 9228 issues, \$1038.30; 9240 issues, \$1039.65; 9252 issues, \$1041.00; 9264 issues, \$1042.35; 9276 issues, \$1043.70; 9288 issues, \$1045.05; 9300 issues, \$1046.40; 9312 issues, \$1047.75; 9324 issues, \$1049.10; 9336 issues, \$1050.45; 9348 issues, \$1051.80; 9360 issues, \$1053.15; 9372 issues, \$1054.50; 9384 issues, \$1055.85; 9396 issues, \$1057.20; 9408 issues, \$1058.55; 9420 issues, \$1059.90; 9432 issues, \$1061.25; 9444 issues, \$1062.60; 9456 issues, \$1063.95; 9468 issues, \$1065.30; 9480 issues, \$1066.65; 9492 issues, \$1068.00; 9504 issues, \$1069.35; 9516 issues, \$1070.70; 9528 issues, \$1072.05; 9540 issues, \$1073.40; 9552 issues, \$1074.75; 9564 issues, \$1076.10; 9576 issues, \$1077.45; 9588 issues, \$1078.80; 9600 issues, \$1080.15; 9612 issues, \$1081.50; 9624 issues, \$1082.85; 9636 issues, \$1084.20; 9648 issues, \$1085.55; 9660 issues, \$1086.90; 9672 issues, \$1088.25; 9684 issues, \$1089.60; 9696 issues, \$1090.95; 9708 issues, \$1092.30; 9720 issues, \$1093.65; 9732 issues, \$1095.00; 9744 issues, \$1096.35; 9756 issues, \$1097.70; 9768 issues, \$1099.05; 9780 issues, \$1100.40; 9792 issues, \$1101.75; 9804 issues, \$1103.10; 9816 issues, \$1104.45; 9828 issues, \$110



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 063 /2024-PMB

Bandeirantes, 08 de maio de 2024.

Ref.: Inexigibilidade – 17 /2024-PMB

Prefeitura do Município de Bandeirantes-PR

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº 17/2024**

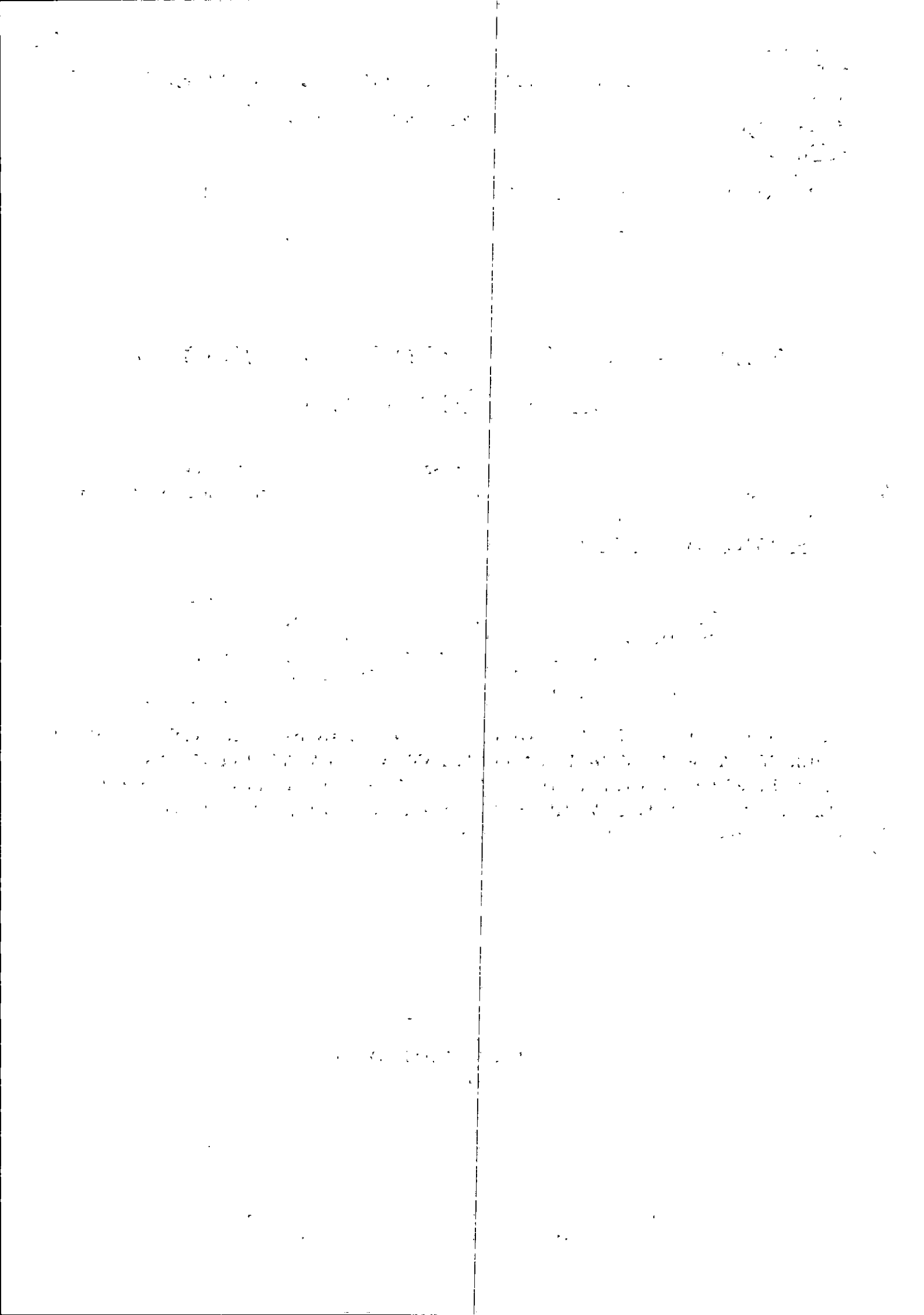
Ratifico o ato da Comissão de Licitação, nomeada através da Portaria nº 1.707/2023 de 29 de dezembro de 2023, que declarou inexigível a licitação, com fundamento Art. 31, Inciso II da lei 13.019/2014, a favor de:

LAR SÃO VICENTE DE PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	TERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024.	R\$ 100.000,00

Para OBJETO: TERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024, no valor total de R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), face ao disposto no Art. 31, Inciso II da lei 13.019/2014, vez que o processo se encontra devidamente instruído.


JAEISON RAMALHO MATT
Prefeito Municipal





106

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 063/2024-PMB

Bandeirantes, 08 de maio de 2024.

Inexigibilidade - 17 /2024-PMB

AO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Informamos que o processo de **INEXIGIBILIDADE nº 17/2024**, para OBJETO: **TERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024**, já se encontra com todos os procedimentos preliminares à contratação concluídos, arquivados em boa ordem no departamento de compras, devidamente instruídos com todos os procedimentos legais. Sendo, portanto, solicitado ao Departamento de Finanças – Setor de Contabilidade que proceda ao empenho, para que se dê continuidade no processo de contratação.


Marcos de Moraes
Comissão de Seleção

Autorizo ao Departamento de Contabilidade, que proceda ao Empenho.


JAELSON RAMALHO MATTa
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Licitações e Contratos

Ratificação De Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO NÚMERO 063 /2024-PMB

Bandeirantes, 08 de maio de 2024.

Ref.: Inexigibilidade – 17 /2024-PMB

Prefeitura do Município de Bandeirantes-PR

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2024

Ratifico o ato da Comissão de Licitação, nomeada através da Portaria nº 1.707/2023 de 29 de dezembro de 2023, que declarou inexigível a licitação, com fundamento Art. 31, Inciso II da lei 13.019/2014, a favor de:

LAR SÃO VICENTE DE PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	TERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024.	R\$ 100.000,00

Para OBJETO: TERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024, no valor total de R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), face ao disposto no Art. 31, Inciso II da lei 13.019/2014, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

JAELSON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal

Rua Frei Rafael Proner 1457 Cx. Postal 281 CEP 86360000 Tel. 3542-4525
E-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br CNPJ 76.235.753/0001-48

Contratado: (I) **Banco do Brasil S.A.**, com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência 0429-4 - BANDEIRANTES (PR), inscrita no CNPJ n.º 000.000/0429-43, (II) **Associação de Poupança e Empréstimo - Pouplex**, CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de gestora do produto da Poupança Pouplex, doravante denominada **Pouplex**, por intermédio do **Banco do Brasil S.A.**.

Proponente/Contratante: LAR SAO VICENTE DE PAULO DE BANDEIRANTES, CNPJ n.º 76.135.540/0001-44, ASSISTENCIA SOCIAL, sediada à AV. EDELINA MENEGHEL RANDO , 2525, CEP 86.360-000, telefone(s) (43) 3542-4536.

Dirigente(s)

Nome	CPF
GERALDO FONTOLAN	044.463.999-34
VITOR HUGO FRUTUOSO	360.763.099-20

Dados da conta

Agência 0429-4, Conta-Corrente n.º 30.438-7, Poupança Ouro n.º 510.030.438-X e Poupança Pouplex n.º 960.030.438-1 abertas em 14/05/2024.

Declarações e autorizações

O(s) **Proponente(s)/Contratante(s)** declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O(s) **Dirigentes(s)** declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e/ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O tratamento e processamento de dados pessoais dos dirigentes pelo BANCO DO BRASIL S.A. será realizado com o propósito de permitir a plena e adequada execução do objeto desta Proposta/Contrato, bem como para o cumprimento de obrigação legal e/ou regulatória, em observância aos princípios e regras estabelecidas nas legislações sobre proteção de Dados Pessoais vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

O(s) **Dirigentes(s)**, igualmente para os fins de cumprimento da LGPD, autoriza(m) que seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, sejam utilizados em situações relacionadas aos processos de contratação e condução do objeto desta Proposta/Contrato, os quais serão mantidos sob estreita proteção e segurança de acessos.

O(s) **Dirigente(s)** declara(am) estar ciente(s) que o BANCO DO BRASIL S.A. poderá manter e tratar, em meio físico ou eletrônico, os seus dados pessoais que sejam necessários para a execução desta Proposta/Contrato ou para cumprimento de obrigações legais e regulatórias ou, ainda, para garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, assegurando, mediante requerimento a ser encaminhado por meio eletrônico, o direito de acesso facilitado às informações



1. The purpose of this document is to provide information regarding the activities of the [redacted] in the [redacted] area.

2. The [redacted] has been observed in the [redacted] area, and it is believed that it is engaged in [redacted] activities.

3. It is recommended that the [redacted] be kept under close surveillance.

4. The [redacted] is believed to be a member of the [redacted] organization.

5. The [redacted] is believed to be a member of the [redacted] organization.

6. The [redacted] is believed to be a member of the [redacted] organization.

7. The [redacted] is believed to be a member of the [redacted] organization.

8. The [redacted] is believed to be a member of the [redacted] organization.

9. The [redacted] is believed to be a member of the [redacted] organization.

10. The [redacted] is believed to be a member of the [redacted] organization.

11. The [redacted] is believed to be a member of the [redacted] organization.

12. The [redacted] is believed to be a member of the [redacted] organization.

13. The [redacted] is believed to be a member of the [redacted] organization.

14. The [redacted] is believed to be a member of the [redacted] organization.

15. The [redacted] is believed to be a member of the [redacted] organization.

16. The [redacted] is believed to be a member of the [redacted] organization.

17. The [redacted] is believed to be a member of the [redacted] organization.

18. The [redacted] is believed to be a member of the [redacted] organization.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

INEXIGIBILIDADE Nº 17 /2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO NR. 63/2024

TERMO DE COLABORAÇÃO nº 111/2024

TERMO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE LAR SÃO VICENTE DE PAULO EM CUMPRIMENTO AO REPASSE REFERENTE RECURSOS ORIUNDOS TERMO DE COLABORAÇÃO-CONFORME LEI FEDERAL Nº 13.019 DE 31 DE JULHO DE 2014 E LEI MUNICIPAL Nº 4.423/2024.

Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado o MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Frei Rafael Proner nº 1457, Centro, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Jaelson Ramalho Matta, residente e domiciliado na Rua Vereador José Santana, Vila Macedo, nº 514 - CEP 86.360-000, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.348.934-0, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 486.661579-68, abaixo assinado, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado, **LAR SÃO VICENTE DE PAULO**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Edelina Meneghel Rando, nº 2525, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 76.135.540/0001-44, neste ato representado por seu Representante Legal, o **Sr Geraldo Fontolan**, residente e domiciliado nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.031.942, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Paraná e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 044.463.999-24, doravante designada simplesmente **ENTIDADE**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo de colaboração tem por objetivo o repasse financeiro, referente ao repasse da emenda parlamentar para subvenção social, conforme Lei Nº 13.019/2014 de 31 de julho de 2014 e lei municipal nº 4.423/2024, e detalhamento constante do Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável deste Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I – Efetuar à entidade o repasse para custeio do objeto desta Colaboração, **referente aos recursos indicados na Lei Municipal Nº 4.423/2024 no valor total de R\$ 100.000,00(cem mil reais)**, através do depósito bancário na conta corrente nº 30.438-7, agência 0429-4, do Banco do Brasil, código do banco nº 001, em nome da entidade para execução da presente Colaboração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

II - Supervisionar, acompanhar, e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela entidade em decorrência desta Colaboração, bem como apoiar tecnicamente a entidade na execução das atividades objeto desta Colaboração;

III - Assinalar prazo para que a entidade adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes.

Parágrafo Único: É obrigação da entidade, manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria.

IV - Analisar e, se for o caso, aprovar a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, acompanhada de justificativa, desde que não implique em alteração do objeto e encaminhada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para o término da vigência do ajuste;

V - Exigir do ENTIDADE a apresentação de toda a documentação necessária, com prazo de validade vigente, para a liberação das parcelas dos recursos.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I – Executar o objeto a que se refere à Cláusula Primeira, conforme Plano de Trabalho;

II – Zelar pela manutenção de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo **MUNICÍPIO** e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a política nacional de Assistência Social vigente;

III – Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços, sem discriminação de qualquer natureza;

IV – Manter recursos humanos e materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que os obriga a prestar, com vistas ao atingimento dos objetivos desta Colaboração;

V – Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO** na execução do objeto desta Colaboração, conforme estabelecido na cláusula primeira;

VI – Apresentar, mensalmente, ao **MUNICÍPIO**, até o 5º dia útil do mês subsequente, por meio do relatório circunstanciado, as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho, além da relação nominal e documentos de todos os atendidos;

VII – Prestar contas ao **MUNICÍPIO**, conforme cláusula oitava da presente Colaboração;

VIII – Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos da presente Colaboração;

IX – Apresentar mensalmente, por ocasião da prestação de contas, cópias de Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Federal, Municipal e Estadual, Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizadas;

X – Apresentar mensalmente até o 5º dia útil do mês Relatório Circunstanciado do atendimento oferecido, conforme roteiro fornecido pela ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA;

XII – Atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

XIII – Apresentar mensalmente extrato e conciliação bancária;

XIV – Apresentar lista no ato da assinatura da Colaboração, com nome e número da Carteira de Trabalho e Previdência Social de Cada um dos trabalhadores por ele recrutados para executar o contrato;

XV – Declaração de idêntico teor, sob as penas da lei, como condição para o pagamento de cada parcela mensal do preço colaborado, exceto quando efetivamente algum dos empregados tenha sido substituído ou

Pratelan



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

houver a inclusão de novo empregado, hipóteses nas quais o contratado deverá identifica-lo na forma prevista no inciso anterior;

XVI - Efetuar as prestações de contas parciais e final à MUNICÍPIO, na forma estabelecida neste Convênio;
 XVII - Efetuar as prestações de contas parciais e final ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme Resolução nº 28/2011, alterada pela Resolução nº 46/2016 e Instrução Normativa nº 61/2011, todas da referida Corte de Contas;

XVIII - Informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme exigências da Resolução nº 028/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR;

XIX - Instaurar processo administrativo apura-tório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução e gestão financeira deste convênio, comunicando tal fato à MUNICÍPIO;

XX - Prestar à MUNICÍPIO, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força deste convênio;

XXI - Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

XXII - Responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste convênio, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da MUNICÍPIO a inadimplência do ENTIDADE em relação aos referidos pagamentos;

XXIII - Preservar todos os documentos originais relacionados ao presente convênio em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do TCE/PR pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas;

XXIV - Manter, durante a execução do objeto deste convênio, todos os requisitos exigidos para sua celebração;

XXV - Franquear aos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas, livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XXVI - Dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público do Estado do Paraná;

XXVII - Indicar expressamente o servidor responsável pela gestão das ações referentes ao convênio;

XXVIII - Não autorizar o pagamento antecipado ou adiantamento pelo fornecimento de bens ainda não entregues, com recursos deste Convênio;

XXIX - Não repassar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto do presente convênio;

XXX - Solicitar a prorrogação da vigência do convênio, mediante Termo Aditivo, com observância ao contido na Cláusula Terceira e com a apresentação das razões que justifiquem a inexecução do objeto no prazo ajustado;

XXXI - Solicitar liberação de parcelas estabelecidas no cronograma de desembolso do plano de trabalho, mediante a comprovação de compatibilidade de execução física e financeira;

XXXII - Em caso de sobra de recursos a entidade DEVERÁ efetuar a devolução ao cedente MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES na conta corrente: 4866-6, agência: 0429-4, do Banco do Brasil em nome do Município sob CNPJ: 76.235.753/0001/48.

CLÁUSULA QUARTA – DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho proposto pela entidade deverá atender o artigo 22 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, contendo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

I - diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;

II - descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto;

III - prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas;

IV - definição dos indicadores qualitativos e quantitativos a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

V - elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público;

VI - plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública;

VII - estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto;

VIII - valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma físico;

IX - modo e periodicidade das prestações de contas, compatíveis com o período de realização das etapas vinculadas às metas e com o período de vigência da parceria, não se admitindo periodicidade superior a 1 (um) ano ou que dificulte a verificação física do cumprimento do objeto;

X - prazos de análise da prestação de contas pela administração pública responsável pela parceria.

Parágrafo 1º - Excepcionalmente, admitir-se-á a entidade propor a reformulação do Plano de Trabalho, sendo vedada a mudança de objeto. Caberá ao Monitoramento da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, apreciar a solicitação e manifestar-se a respeito no prazo máximo de trinta dias.

Parágrafo 2º - Constarão como anexos do instrumento de parceria:

XI - o plano de trabalho, que dele é parte integrante e indissociável;

XII - o regulamento de compras e contratações adotado pela organização da sociedade civil, devidamente aprovado pela administração pública parceira.

CLÁUSULA QUINTA – DO GESTOR DA PARCERIA

Em cumprimento do disposto na alínea “g” do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, fica designada Fica designado, pela MUNICÍPIO, como fiscal e gestora deste Convênio a Senhora Secretária de Assistência Social e Assuntos da Família, designada pela portaria nº 14.159/2023, **ANA CAROLINA DE ANDRADE LEITE BISETTO**, portadora do CPF/MF sob o nº 014.982.539-03, com prerrogativa técnica funcional.

CLÁUSULA SEXTA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Em cumprimento do disposto na alínea “h” do artigo 35 da Lei Ordinária nº 13.019, de 31.07.14, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pelo Decreto Municipal nº 3.238/2021 realizará o monitoramento e avaliação da presente parceria.

Paritau



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS IRREGULARIDADES

Qualquer irregularidade concernente às cláusulas desta Colaboração será oficiada à ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, que deliberará quanto à implicação de suspensão e demais providencias cabíveis.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre os colaboradores.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

Esta Colaboração terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias), a partir da data de assinatura, e com término previsto após a manifestação por escrito do titular da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, posterior ao parecer da equipe técnica e anuência do Conselho Municipal da Criança e Adolescente.

Em caso de prorrogação, será indicado nos termos aditivos, os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, em consonância com a atual legislação.

CLAUSULA NONA – DO VALOR E DAS FONTES DE RECURSOS

O valor total estimado da presente Colaboração é **R\$ 100.000,00(cem mil reais)**, onerando a seguinte rubrica orçamentária da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA

SECRETARIA	DESPESA/FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO
ASSIT. SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA	278/5017	09.001.08.244.0809.2064.3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS - ASSISTENCIA COMUNITARIA

Parágrafo 1º - O repasse será efetuado em parcela única, sendo paga em até 30 (trinta) dias úteis, após a publicação do extrato do Termo de Colaboração.

CLAUSULA DÉCIMA - DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do MUNICÍPIO e a contrapartida, se houver, do ENTIDADE, ambos destinados à execução do objeto deste Convênio, serão transferidos em conta específica, aberta em Banco Oficial, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação própria.

A liberação da primeira parcela dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a aprovação do Plano de Trabalho, a assinatura deste convênio e a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

Os recursos transferidos em decorrência deste convênio, bem como os rendimentos de aplicações financeiras, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados pelo ENTIDADE em conta poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos se verificarem prazos menores que um mês.

Os rendimentos das aplicações financeiras serão aplicados no objeto do presente convênio, desde que obtida a expressa autorização do MUNICÍPIO, sujeitando-se às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Toda a movimentação de recursos, no âmbito do convênio, será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em conta bancária de sua



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

titularidade, inclusive àquelas decorrentes de pagamentos, pelo ENTIDADE, a credores de despesas com previsão exclusiva no Plano de Trabalho.

CLAUSULA ONZE – DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A ENTIDADE prestará contas ao **MUNICÍPIO**, da seguinte forma:

A ENTIDADE apresentará ao setor responsável pela fiscalização e avaliação a prestação de contas, parcial e anual, de acordo com as instruções da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA e as normativas vigentes do Tribunal de Contas do Estado:

I) Prestação de contas mensal: até o 5º dia útil do mês subsequente ao repasse, devendo conter a documentação comprovadora (via original e uma cópia) da aplicação dos recursos recebidos, conforme descrito no Plano, de Trabalho, devidamente acompanhado de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas; certidão negativa de regularidade de situação junto à Previdência Social (CND) – (CNDT) e FGTS (CRF), relação nominal dos idosos atendidos, bem como relatório bimestral no Sistema Integrado de Transferência (SIT) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

II) Prestação de contas anual: deverá ser apresentada até 31 de Janeiro do exercício subsequente, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Município (prestação de contas do recurso total recebido no exercício, incluindo rentabilidade).

Parágrafo 1º - Não poderão ser pagas com recursos da Colaboração, despesas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração, bem como de aquisição de bens permanentes.

Parágrafo 2º - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta Cláusula, importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.

Fica estabelecida a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

Parágrafo 3º - A responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de colaboração ou de fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLAUSULA DOZE – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA COLABORAÇÃO.

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo da ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA, órgão municipal responsável pela execução Política de Assistência Social e do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo 1º - Dar livre acesso aos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionados a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

CLAUSULA TREZE – DA RESTITUIÇÃO E CLOSA DAS DESPESAS

A ENTIDADE compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

I - A inexecução do objeto desta Colaboração;

II - Não apresentação do relatório de execução físico-financeira; e prestação de contas no prazo exigido; Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida;

III - É vedada a utilização de recursos repassados ao ENTIDADE em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este Convênio, como também no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência estabelecido, ainda que em caráter de emergência, sem que se proceda a devida adequação.

CLAUSULA QUATORZE – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

A presente Colaboração poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas Cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

Parágrafo 1º - Quando da denúncia, rescisão ou extinção da Colaboração, caberá a entidade apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.

Parágrafo 2º - É prerrogativa do **MUNICÍPIO**, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

Parágrafo 3º - Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

CLAUSULA QUINZE – DAS ALTERAÇÕES

Durante sua vigência e comprovado o fiel cumprimento das obrigações convencionadas, este instrumento poderá ser alterado ou aditado por proposta da MUNICÍPIO ou do ENTIDADE em comum ajustada, devidamente justificada e conforme à legislação indicada no preâmbulo, mediante solicitação por escrito apresentada em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias contado do termo da vigência.

I - Qualquer alteração será precedida de parecer técnico elaborado por servidor que possua habilitação para se manifestar sobre a questão.

II - O valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela MUNICÍPIO de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por termo aditivo.

10



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

III - Os aditamentos serão sequencialmente numerados, admitindo-se Termos de Apostilamento na hipótese de simples alteração na indicação dos recursos orçamentários e de substituição de servidor fiscal e/ou gestor do convênio.

CLAUSULA DEZESSEIS – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia desta Colaboração fica condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do **MUNICÍPIO**, a contar da data de sua assinatura.

CLAUSULA DEZESSETE – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná para dirimir quaisquer questões resultantes da execução desta Colaboração.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo de Colaboração em 03 (três) vias de igual teor na presença de testemunhas abaixo assinadas.

Bandeirantes, 17 de maio de 2024.


MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
JAEISON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal


SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA
ANA CAROLINA DE ANDRADE LEITE BISETTO
Gestora


CLAR SÃO VICENTE DE PAULO
GERALDO FONTOLAN
Representante Legal

Ana Carolina de Andrade Leite Bissetto
Portaria nº 14.159/2024
Secretária de Assistência Social e Assuntos da Família

Testemunhas:

Alexandre Alves Araujo
CPF: 063.414.869-95

Diego Henrique Tozetti
CPF: 046.375.519-78

that, an entire 2000
page 1000
... 1000 ...
... 1000 ...
... 1000 ...



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 111/2024-PMB

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 63/2024- PMB
INEXIGIBILIDADE N.º 17/2024 -PMB

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

ENTIDADE: LAR SÃO VICENTE DE PAULO

OBJETO: TERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL N° 4.423/2024.

VALOR: R\$ 100.000,00(CEM MIL REAIS)

DOTAÇÃO:

SECRETARIA	DESPESA/FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO
ASSIT. SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA	278/5017	09.001.08.244.0809.2064.3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS - ASSISTENCIA COMUNITARIA

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: Será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado conforme disposições da legislação aplicável e este termo de convênio

Bandeirantes/PR, 17 de maio de 2024.


MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
JAEISON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal


SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA
ANA CAROLINA DE ANDRADE LEITE BISETTO
Gestor


LAR SÃO VICENTE DE PAULO
GERALDO FONTOLAN
Representante Legal

Ana Carolina de Andrade
Leite Bisetto
Portaria nº 14.159/2023
Secretária de Assistência Social
e Assuntos da Família



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Prefeitura Municipal de Bandeirantes

Edição nº 795
Ano 2024
Página 24 de
31

113

www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico

Terça-feira, 21 de Maio de 2024

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Licitações e Contratos

Extrato Contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 111/2024-PMB

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 63/2024- PMB
INEXIGIBILIDADE N.º 17/2024 -PMB

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

ENTIDADE: LAR SÃO VICENTE DE PAULO

OBJETO: TERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, REFERENTE AO REPASSE DA EMENDA PARLAMENTAR PARA SUBVENÇÃO SOCIAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME LEI MUNICIPAL N.º 4.423/2024.

VALOR: R\$ 100.000,00(CEM MIL REAIS)

DOTAÇÃO:

SECRETARIA	DESPESA/FONTE	DOTAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO
ASSIT. SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA	278/5017	09.001.08.244.0809.2064.3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS - ASSISTENCIA COMUNITARIA

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: Será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado conforme disposições da legislação aplicável e este termo de convênio

Bandeirantes/PR, 17 de maio de 2024.

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR
JAELSON RAMALHO MATTIA
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA
ANA CAROLINA DE ANDRADE LEITE BISETTO
Gestor

LAR SÃO VICENTE DE PAULO
GERALDO FONTOLAN
Representante Legal

Rua Frei Rafael Proner 1457 Cx. Postal 281 CEP 86360000 Tel. 3542-4525
E-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br CNPJ 76.235.753/0001-48



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001
Garantimos a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site
www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico

1. The first part of the report
describes the general situation
of the country and the
main features of the
economy.

2. The second part of the report
describes the main features of the
economy.

3. The third part of the report
describes the main features of the
economy.

4. The fourth part of the report
describes the main features of the
economy.

5. The fifth part of the report
describes the main features of the
economy.

6. The sixth part of the report
describes the main features of the
economy.

7. The seventh part of the report
describes the main features of the
economy.

8. The eighth part of the report
describes the main features of the
economy.